



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR

VOLUME I

FAU – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro
Paraná - 2021

EDSON FLAVIO HOFFMANN

Prefeito Municipal

AGNALDO JOSÉ PIOVESAN

Vice Prefeito Municipal

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM / GRUPO DE ACOMPANHAMENTO (GA)

HELDER VIANA

Engenharia Civil

EQUIPE TÉCNICA DA FAU UNICENTRO

ANNA CAROLINA SILVESTRI BLASZKOWSKI

Engenharia Civil

KARLA ADRIANE FERNANDES PEREIRA

Engenharia Civil

CLEVERSON FERNANDO SALACHE

Administração

FABIO HORST

Estatística

JOSÉ LEÃO

Topografia

RENATA PAZ

Engenharia Ambiental

MARCIO FERNANDES

Comunicação Social

LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS

ETM	Equipe Técnica Municipal
FAU	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro
GA	Grupo de Acompanhamento
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
1 PREMISSAS DO PLANO DIRETOR	18
1.1 OBJETIVO GERAL	18
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2 AGENTES DO PLANO DIRETOR	19
3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA	22
3.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO.....	22
3.1.1 Objetivos	22
3.1.2 Atividades	22
3.1.3 Metodologia	23
3.1.4 Produto.....	24
3.2 PERFIL DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	24
3.2.1 Objetivos	24
3.2.2 Atividades	25
3.2.3 Produto.....	26
3.3 FASE 2 – ANÁLISE TEMÁTICA.....	27
3.3.1 Objetivos	27
3.3.2 Atividades	27
3.3.3 Metodologia	31
3.3.4 Produto.....	32
3.4 FASE 3 – DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PROPOSTAS	33
3.4.1 Objetivos	33
3.4.2 Atividades e Metodologia	33
3.4.3 Produto.....	34
3.5 FASE 4 – ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI E PAI	34
3.5.1 Objetivos	35
3.5.2 Atividades e Metodologia	35
3.5.3 Produto.....	36
3.6 PARTICIPAÇÃO.....	36

3.6.1 Audiências Públicas.....	37
3.6.2 Reuniões Técnicas - ETM	38
3.6.3 Reuniões Regionalizadas CMC e Comunidade	39
4 EQUIPE TÉCNICA.....	41
CAPÍTULO II.....	43
APRESENTAÇÃO	43
INTRODUÇÃO	44
5 METODOLOGIA	45
5.1 ASPECTOS REGIONAIS.....	50
5.1.1 Histórico.....	50
5.1.2 O Município na região.....	52
5.1.3 Microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga	52
5.1.4 Rodovias	60
5.1.5 Informações Geopolíticas do Município.....	66
5.1.6 Metodologias de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP).....	67
5.2 ASPECTOS AMBIENTAIS	69
5.2.1 Clima.....	69
5.2.2 Relevo.....	72
5.2.3 Hidrografia	76
5.2.4 Vegetação	80
5.2.5 Condicionantes Geotécnicas	80
5.2.6 Hipsometria.....	81
5.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	84
5.3.1 Distribuição da População no Território	84
5.3.2 Condicionantes Econômicos	91
5.3.3 Setor Primário – Agricultura.....	94
5.3.4 Setor Secundário e Terciário – Indústria, Comércio e Serviços	97
5.4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS	98
5.4.1 Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Urbano	98
5.5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	104
5.5.1 Áreas irregulares, Regularização Fundiária e Expansão Urbana.....	109

5.5.2 Demanda do Solo Urbano.....	111
5.5.3 Vazios Urbanos	114
5.5.4 Uso e Ocupação do Solo Rural	118
5.6 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	122
5.6.1 Infraestrutura Urbana.....	122
5.6.2 Planta Genérica de Valores	123
5.6.3 Mobilidade Urbana	123
5.6.4 Saneamento Ambiental.....	125
5.6.5 Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos.....	128
5.6.6 Energia Elétrica e Iluminação Pública	128
5.6.7 Pavimentação	129
5.6.8 Sistema Viário.....	131
5.6.9 Arborização Urbana	131
5.6.10 Passeios Públicos	132
5.6.11 Educação	134
5.6.12 Assistência Social	137
5.6.13 Cultura e Esporte	138
5.6.14 Turismo	140
5.6.15 Segurança Pública	141
5.6.16 Recreação	142
5.6.17 Serviços Públicos.....	142
5.6.18 Telecomunicações	146
5.6.19 Telefonia e Internet.....	147
5.7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS	147
5.7.1 Estrutura Administrativa.....	147
5.7.2 Sistema de Informações Municipais.....	148
5.7.3 Legislação Estrutura Administrativa	149
5.7.4 Evolução e Composição das Receitas e Despesas.....	149
5.7.5 Condicionantes Deficiências Potencialidades	150
CAPÍTULO III	153
INTRODUÇÃO	153
6 DEFINIÇÃO DA VOCAÇÃO	158

6.1 Como definimos “Que Município Desejamos”	158
6.2 Cenário Atual	158
6.3 Macro Objetivos	159
6.4 Diretrizes e Proposições.....	165
6.4.1 Diretrizes para Infraestrutura e Serviços Públicos	165
6.5 Perímetro Urbano, Zoneamento e Macrozoneamento	166
6.5.1 Perímetro Urbano	167
6.6 Zoneamento	169
6.7 Macrozoneamento	172
6.8 Leitura Comunitária - Reunião Comunitária	174
6.9 Descrição das Potencialidades.....	177
6.10 Descrição das Deficiências	178
6.11 Novos Cenários e Tendências	178
6.12 Cenários Negativos	179
6.13 Cenários Positivos	179
6.14 Propostas Específicas	182
6.15 Regularização do Uso e Ocupação do Solo.....	185
6.16 Capacitação, Treinamento e Reciclagem dos Funcionários para o Constante Monitoramento da Comunidade	185
6.17 Conselho de Desenvolvimento Municipal.....	188
6.18 Participação Popular.....	188
6.19 Sistema Viário.....	188
6.20 Passeios Públicos	194
6.21 Vitalidade Urbana	195
6.22 Implantação e aumento na arrecadação municipal garantindo o adensamento urbano e respeitando o meio ambiente.....	197
6.23 Ampliar o Sistema Viário Urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade.....	198
6.24 Regularização Fundiária	199
7 CONCLUSÃO	203

CAPÍTULO IV.....	205
INTRODUÇÃO	205
TABELAS – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS (PAI)	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS.....	228

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Eixos Estratégicos do Planejamento.....	45
Figura 2 – Folder de divulgação da Audiência Pública – Fase 2: Análise Temática – Revisão do PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.....	49
Figura 3 – Aeroporto Regional de Guarapuava.....	62
Figura 4 – Mapa Temperatura Média Anual no Paraná	70
Figura 5 – Mapa de Precipitação Média Anual do Paraná	71
Figura 6 – Mapa de Geologia do Paraná	74
Figura 7 – Mapa de Geologia do Paraná Centro.....	75
Figura 8 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Território Centro do Paraná	77
Figura 9 - Mapa das Bacias com ênfase em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	79
Figura 10 - Mapa de Hipsometria do Paraná Centro.....	82
Figura 11 - Mapa de Declividade Paraná Centro	83
Figura 12 - Evolução da ocupação urbana.....	99
Figura 13 - População Rural e Urbana, segundo os Municípios em Estudo	105
Figura 14 - Avenida São Roque e Avenida Dalzotto	105
Figura 15 - Conjunto habitacional BNH.....	106
Figura 16 - Edificações Públicas	107
Figura 17 - Mapa dos Equipamentos Urbanos	108
Figura 18 - Vilas em áreas irregulares com alguma infraestrutura	110
Figura 19 - Parque municipal da Farinheira	114
Figura 20 - Mapa do Perímetro Urbano e aumento dos Vazios Urbanos.....	115
Figura 21 - Mapa dos Vazios Urbanos	117
Figura 22 - Mapa de Macrozoneamento de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	119
Figura 23 - Comunidade Sítio Boa Ventura	121
Figura 24 - Avanços na Mobilidade Urbana	124
Figura 25 – Mapa Pluvial	127
Figura 26 - Mapa de Pavimentação e Passeio	130
Figura 27 - Árvores nativas	132
Figura 28 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	168
Figura 29 - Sobreposição das imagens e Mapa de Zoneamento.....	170

Figura 30 - Mapa de Zoneamento	171
Figura 31 - Mapa do Macrozoneamento	173
Figura 32 - Sistema Viário – Hierarquia das vias	193
Figura 33 - Mapa de Melhorias Urbanas	196

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Equipe Técnica.....	41
Quadro 2 – Densidade Demográfica	100
Quadro 3 – Taxa de Crescimento Geométrico Populacional.....	111
Quadro 4 – Instituições de Ensino de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	134
Quadro 5 – Número de matrículas na Educação Infantil.....	135
Quadro 6 – Número de matrículas no Ensino Fundamental	135
Quadro 7 – Número de matrículas no Ensino Médio.....	135
Quadro 8 – Linhas de transporte terceirizadas - de todas as localidades do Município às Escolas centralizadas Municipal e Estadual.....	143
Quadro 9 – Linhas gratuitas para transporte de alunos do Ensino Superior	145
Quadro 10 – Transporte gratuito para Cursos dentro ou fora do Município	146
Quadro 11 – Frota própria municipal.....	146
Quadro 12 – Síntese das alterações da Lei nº 872/2012 e da Lei nº 843/2015	169
Quadro 13 – Grupo 1: Aspectos Regionais.....	175
Quadro 14 – Grupo 2: Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo	175
Quadro 15 – Grupo 3: Aspectos Urbanos	175
Quadro 16 – Grupo 4: Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transportes	176
Quadro 17 – Grupo1: Aspectos Regionais.....	176
Quadro 18 – Grupo 2: Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo	176
Quadro 19 – Grupo 3: Aspectos Urbanos	176
Quadro 20 – Grupo 4: Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transportes	177
Quadro 21 – Secretaria do Executivo Municipal.....	206
Quadro 22 – Secretaria de Administração	207
Quadro 23 – Secretaria de Finanças.....	208
Quadro 24 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.....	209
Quadro 25 – Secretaria de Saúde.....	212
Quadro 26 – Secretaria de Promoção Social.....	216
Quadro 27 – Secretaria de Obras, Transporte, Urbanismo.....	221
Quadro 28 – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento.....	222
Quadro 29 – Secretaria de Meio Ambiente	223
Quadro 30 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mesorregião Geográfica nº 08 e suas Mesorregiões.....	55
Tabela 2 – Relação de Espécies de Mamíferos da Região na Mesorregião Centro-Sul que se enquadram em Categoria Crítica de Preservação – Paraná 1995	58
Tabela 3 – Relação de espécies da Avifauna da Região Centro-Sul enquadradas em categorias críticas de Preservação – Paraná 1999	59
Tabela 4 – IDH-M de municípios próximos a BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	63
Tabela 5 – Aspectos Regionais: Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE em 2008	68
Tabela 6 – Rios e córregos que banham o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e seus afluentes	78
Tabela 7 – População censitária segundo tipo de domicílio e sexo - 2010	85
Tabela 8 – Distribuição da população urbana e rural de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	85
Tabela 9 – População censitária segundo faixa etária e sexo - 2010	86
Tabela 10 – População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada por tipo de domicílio, sexo e faixa etária - 2010	88
Tabela 11 – Número de domicílios recenseados segundo tipo e uso - 2010	89
Tabela 12 – Número de famílias, em domicílios particulares permanentes, segundo a composição – 2010.....	89
Tabela 13 – Número de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 2010	89
Tabela 14 – Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2020	90
Tabela 15 – Renda per capita de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	92
Tabela 16 – PIB a preços correntes segundo os ramos de atividades - 2019	92
Tabela 17 – Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades - 2020	93
Tabela 18 – Valor adicionado fiscal segundo as seções da CNAE 2.0 - 2020	93
Tabela 19 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária - 2020	94
Tabela 20 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção	

agrícola pelo tipo de cultura permanente - 2020	95
Tabela 21 – Efetivo de pecuária e aves - 2020	96
Tabela 22 – Produção de origem animal - 2020.....	96
Tabela 23 – Evolução da ocupação urbana – Loteamentos/Áreas	103
Tabela 24 – Número de Domicílios segundo uso e zona/2010	104
Tabela 25 – Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2007- 2008.....	128
Tabela 26 – Gastos financeiros com pessoal.....	148
Tabela 27 – Arrecadação – Exercícios de 2013 a 2022.....	150
Tabela 28 – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades	150
Tabela 29 – Síntese do município que temos (Fase 2).....	156
Tabela 30 – Infraestrutura e Serviços Públicos.....	157
Tabela 31 – Aspectos de Infraestrutura e Serviços.....	158
Tabela 32 – Diretrizes para Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal	159
Tabela 33 – Diretrizes para o estabelecimento de uma Sistemática Permanente de Planejamento Equipe Técnica.....	161
Tabela 34 – Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas)	163
Tabela 35 – Diretrizes e Proposições no aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos.....	165
Tabela 36 – Diretrizes para o estabelecimento de Sistemática Permanente de Planejamento	166
Tabela 37 – Diretrizes Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do Município (emprego, renda, geração de receitas)	166



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PARANÁ

FASE I – PLANO DE TRABALHO

Equipe FAU UNICENTRO - PARANÁ

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico compõe o PRODUTO 01 - PLANO DE TRABALHO produzido na 1ª FASE - MOBILIZAÇÃO, que prevê o planejamento da Revisão do Plano Diretor do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - Paraná - Brasil, decorrente do Contrato de Prestação de Serviços nº 56/2021, celebrado no dia 07 de outubro de 2021, entre o Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e a Equipe Técnica da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO (FAU).

INTRODUÇÃO

A nação brasileira reconhece o município como uma entidade federativa. A competência para legislar é uma das bases da autonomia municipal, pois o Executivo edita leis que, no âmbito de sua competência, têm a mesma hierarquia das leis estaduais e federais, salvo no exercício da competência suplementar quando as normas terão de se amoldar aos outros níveis de governo.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a política de desenvolvimento urbano deve obedecer às diretrizes gerais fixadas pela União e pelo Estado, mas será executada pelos Municípios que tiverem autonomia para a gestão do uso e ocupação do solo urbano. Os artigos nº 182 e nº 183 da Carta Magna delineiam os princípios da política urbana e ainda obrigam as cidades com mais de 20 mil habitantes a elaborar um Plano Diretor Municipal (PDM).

Em 2001 houve a aprovação do Estatuto da Cidade, na forma da Lei nº 10.257. Esta, além de regulamentar os artigos mencionados, fixava o final do mês de outubro de 2006, como último prazo para que os municípios se enquadrassem nas obrigações legais aprovando seus PDM. Assim, de acordo com o Art. 14 do Estatuto da Cidade, alguns aspectos tornam obrigatória a elaboração do referido PDM e, neste caso, enquadra-se BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. O Município está inserido em uma área de aspectos ambientais importantes, com elevado potencial hídrico, destaque na agricultura que representa o principal setor econômico e agricultura familiar.

A grande mudança que traz o Estatuto é a possibilidade de apropriação do PDM pela comunidade, compartilhando a sua gestão com o Poder Público. Assim o ancoramento do PDM na comunidade reduziria os conflitos de transição política da administração municipal. A participação da sociedade em todas as etapas de elaboração do referido Plano Diretor permite a definição de ações prioritárias calcadas na necessidade local e o conhecimento, por toda a população, dos projetos e programas que deverão ser implantados no Município nos próximos 10 (dez) anos. A capacitação da população para mobilização e planejamento permite a formação de multiplicadores do PDM e oferece amparo técnico à população para exigir o cumprimento do Plano diretor.

O Estatuto da Cidade ainda reafirma que o PDM deve constituir o

instrumento legal orientador da política de desenvolvimento e expansão urbana, cabendo-lhe garantir a função social da propriedade por meio da adoção de políticas e instrumentos. Territorialmente, o PDM deve abranger a totalidade local, assim, deverá reconhecer todas as formas de ocupação e as funções urbanas, ainda que estas não o estejam na área urbana legal.

Adicionalmente, cumpre destacar que a Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDU) reafirma os preceitos federais e recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a Implementação de Planos Diretores para os municípios com mais de 20 mil habitantes, pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá. Além disso, o Decreto Estadual nº 2581/2004, em seu Art. 1º traz a seguinte redação:

Art. 1º O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que obedecerem aos seguintes requisitos:

- a) municípios que já possuam planos diretores aprovados pelas respectivas Câmaras municipais; e
- b) aos municípios que executarem com recursos próprios ou financiarem prioritariamente planos diretores ou planos de zoneamento, em conformidade com o que estabelece o estatuto das cidades, para elaboração em até 180 (cento e oitenta) dias (PARANÁ, 2004).

Com a revisão do PDM, o Município passa a ter acesso aos investimentos para a execução de obras e similares, com base na construção de um Plano de Ação e Investimento (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implantação do processo de planejamento local durante a execução dos Planos Diretores.

Pondera-se ainda que, o PDM possui um objetivo amplo, o de interferir no processo de desenvolvimento local a partir de uma compreensão global dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e territoriais que condicionam a evolução do Município. Sua elaboração, portanto, não se volta apenas para o processo de urbanização, mas busca também o progresso econômico e a melhoria da qualidade de vida da população municipal.

1 PREMISSAS DO PLANO DIRETOR

1.1 OBJETIVO GERAL

Em consonância com os requerimentos do Termo de Referência e em conformidade com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2011), o Plano Diretor de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR tem como objetivo geral “Identificar as vocações, diferenciais, potencialidades, carências e dificuldades do Município; propor ações orientadas para o desenvolvimento local e regional, compatibilização dos condicionantes ambientais e das atividades antrópicas desenvolvidas em seu território; estabelecer a integração das atividades do Município com a região de forma a promover o crescimento sustentável e o ordenamento territorial”.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Propor ou rever a regulação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- 2) Adaptar os instrumentos legais à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal e outras pertinentes;
- 3) Discutir junto à administração municipal e à sociedade civil organizada os programas a serem implantados para o ordenamento do processo de desenvolvimento sustentável;
- 4) Definir o zoneamento de todo o território municipal visando ao desenvolvimento sustentado, levando-se em consideração os compartimentos ambientais protegidos por legislação federal e estadual;
- 5) Apresentar diretrizes e propostas para implantação e organização da infraestrutura e dos serviços públicos, desenvolvimento socioeconômico e institucional do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE;
- 6) Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implantação pelo município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constante do processo de planejamento.

2 AGENTES DO PLANO DIRETOR

O PDM deve envolver em suas etapas todos os agentes que interferem na realidade territorial, seja criando regras e fazendo a gestão do território seja ocupando e se apropriando dos espaços municipais.

Destaca-se a importância da mobilização e capacitação desses atores como prioritária para a efetiva produção de um Plano Diretor Participativo, sendo necessária a composição dos grupos de representação municipal e comunitária por via legal antecedendo ao início das atividades de Leitura da Cidade (Fase 2 - conforme item 4 deste Relatório).

A organização, as atribuições e a forma de relacionamento entre os agentes públicos e privados são apresentados na sequência.

O desenvolvimento da Revisão do PDM está organizado por meio da participação de vários atores (grupos de trabalho e decisão). As instâncias são ordenadas a partir da formação de grupos internos e externos à Prefeitura e representam diferentes interesses, afinidades técnicas ou políticas, conforme segue:

- Equipe Técnica Municipal (ETM);
- Conselho Municipal da Cidade (CMC);
- Grupo de Acompanhamento (GA).

Estas instâncias possuem representantes do Poder Público, de segmentos organizados, de moradores distribuídos a partir do local de moradia na cidade (Bairros e Distritos). Além destes, a participação é aberta a outros atores como, por exemplo, ao Ministério Público e à Câmara de Vereadores, de forma a permitir a fiscalização sobre o andamento do PDM.

No que diz respeito à Coordenação Geral, formada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro (FAU Unicentro) esta possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- ✓ Gestão Técnica e Política da revisão do PDM;
- ✓ Relatório do Plano de Trabalho;
- ✓ Acompanhar todas as etapas;
- ✓ Participar do processo coletivo;
- ✓ Mobilizar politicamente atores internos e externos à Prefeitura;

✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

A Equipe Técnica Municipal (ETM), formada por técnicos de diversas Secretarias Municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- ✓ Fiscalizar o processo de elaboração do PDM;
- ✓ Disponibilizar informações e documentos;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do PDM;
- ✓ Participar de reuniões técnicas e eventos coletivos;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Acompanhar todas as etapas da revisão do PDM;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- ✓ Zelar pelo cumprimento do termo de referência.

A Equipe Técnica de Apoio, composta por técnicos de diversas Secretarias Municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- ✓ Disponibilizar informações e documentos solicitados pela ETM e pela consultoria;
- ✓ Contribuir para visão intersetorial da revisão do PDM;
- ✓ Participar de reuniões técnicas e eventos participativos quando convocados;
- ✓ Mobilizar atores internos e externos;
- ✓ Avaliar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido sempre que entender necessário ou mediante solicitação;
- ✓ Acompanhar o processo de Revisão do PDM contribuindo com sugestões, críticas e correções quando julgarem pertinentes.

Em relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são representadas pelo Conselho Municipal da Cidade (CMC) o qual têm como funções, dentre outras:

- ✓ Participar efetivamente de todas as reuniões de discussão da elaboração da revisão do PDM, sempre que houver convocação;
- ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes à elaboração da revisão do PDM;

- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do PDM;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- ✓ Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do PDM;
- ✓ Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do PDM;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

Já o Grupo de Acompanhamento (GA) tem as seguintes funções, dentre outras:

- ✓ Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão sempre que houver convocação;
- ✓ Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- ✓ Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do PDM;
- ✓ Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do PDM;
- ✓ Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas apresentadas;
- ✓ Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- ✓ Participar dos espaços coletivos;
- ✓ Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

3 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES E METODOLOGIA

As atividades do PDM serão realizadas em 5 (cinco) fases durante um período de 330 (trezentos e trinta) dias, a contar de 07 de outubro de 2021. As fases, seus objetivos, metodologias e produtos são apresentados a seguir em ordem cronológica.

3.1 FASE 1 – PLANO DE TRABALHO

3.1.1 Objetivos

O Plano de Trabalho consiste no planejamento das atividades do PDM, com a definição e a descrição detalhada das fases, equacionamento da metodologia, do cronograma e de produtos. Sua importância está em planejar a execução dos trabalhos de acordo com os objetivos propostos e as metas a serem alcançadas.

Sendo assim, já foram identificadas as atividades desenvolvidas com a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal, Comissão de Acompanhamento e técnicos dos órgãos públicos, federais e estaduais envolvidos. Isso ocorreu preliminarmente em novembro de 2021.

3.1.2 Atividades

Articulação Institucional e Mobilização: o ponto de partida consistiu na abertura de um processo de envolvimento, com suporte legal, administrativo e financeiro, dos diversos interessados, agentes sociais e institucionais, públicos e privados, relacionados aos objetivos e atividades do PDM.

Na Fase 1 foram definidas as instituições a serem envolvidas na execução técnica do PDM, bem como a equipe multidisciplinar responsável pela execução das atividades e a geração do produto.

A **Consolidação das Atividades** incluiu a definição dos objetivos iniciais do PDM, que acabaram aprimorados em função das reuniões técnicas e audiências públicas, como a reunião inaugural de 22 de novembro de 2021, no Salão da Capela Santa Luzia, com transmissão via web – link <https://m.facebook.com/>. Foram

definidos os conteúdos temáticos, a programação do trabalho, a forma de comunicação entre os agentes participantes e o cronograma de trabalho, prevendo reuniões técnicas, entregas de produtos e audiências públicas.

1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

A elaboração do PDM deve ser feita por meio de consulta pública e do envolvimento de segmentos sociais com abertura à participação de toda a comunidade em caráter permanente. Um dos instrumentos de participação que serão realizados será a Audiência Pública.

A 1ª Audiência Pública deu-se no dia 22 de novembro de 2021, conforme estabelecido em reunião específica com a Equipe Técnica Municipal e seguiu todos os certames legais, abordando aspectos como:

- ✓ Explicação do que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- ✓ Apresentação das etapas e formas de participação publicidade e comunicação;
- ✓ Levantamento preliminar das expectativas e prioridades estabelecidas pela comunidade;
- ✓ Apresentação da composição da Comissão de Acompanhamento do PDM.

Em anexo ao presente relatório constam: a Ata da Audiência Pública; a lista de presença (pessoas e entidades); a apresentação em *Power point* utilizada durante a audiência e o arquivo (mídia eletrônica) com inteiro teor da Audiência, em áudio e vídeo.

3.1.3 Metodologia

Para a consecução destas atividades foram realizadas reuniões de trabalho entre o Núcleo do Plano Diretor – ETM e os técnicos da Equipe Técnica de Consultoria, sendo favorecida a participação de representantes de órgãos de Governo e entidades civis a fim de consolidar o Projeto.

3.1.4 Produto

Aos 25 (vinte e cinco) dias, a contar da ordem de serviço, diz o Contrato celebrado com o Município, deveria ser entregue o Relatório do Plano de Trabalho contendo o detalhamento das atividades a serem executadas, metodologia de trabalho e cronograma de entregas. O presente documento dá conta dessa obrigação contratual.

3.2 PERFIL DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

A pesquisa deverá ser iniciada com o levantamento de dados e avaliação do PDM já existentes, pesquisados especialmente por órgãos governamentais, como recenseamentos e pesquisas indiretas. A partir desse levantamento, será possível verificar a eventual necessidade de complementação de dados, por meio de pesquisas específicas. O conjunto de dados será reunido para facilitar a avaliação, conforme os temas:

- ✓ Aspectos regionais;
- ✓ Aspectos ambientais;
- ✓ Aspectos socioeconômicos/turísticos;
- ✓ Aspectos territoriais;
- ✓ Aspectos de infraestrutura e serviços públicos;
- ✓ Aspectos institucionais.

3.2.1 Objetivos

A Fase 2 consiste no reconhecimento da realidade municipal - urbana e rural – mediante Leitura sobre os aspectos regionais, institucionais, ambientais, territoriais, econômicos, sociais e de infraestrutura e serviços públicos. Além da capacitação do Conselho Municipal da Cidade (CMC) e Equipe Técnica Municipal (ETM) para mobilização da população.

3.2.2 Atividades

Na Fase 2 serão realizadas as atividades de levantamento de dados e informações; obtenção de cartografia e aerofotogrametria básica, espacialização de dados e informações nas escalas regional e municipal (urbana e rural), avaliando o que já foi implantado do PDM e das leis em vigor, o que foi alterado ao longo dos últimos anos, o que deu certo e o que não foi aplicado.

➤ **Capacitação do CMC e da ETM**

Nesta etapa será iniciada a capacitação do CMC e da ETM do PDM com o objetivo de: habilitá-los a discutir a Revisão do Plano Diretor e o Estatuto da Cidade; desenvolver métodos de mobilização da comunidade; acompanhar o processo de elaboração e implantação do PDM.

Objetivo da capacitação: preparar os representantes da comunidade para que possam participar do PDM de forma mais atuante, envolvendo a comunidade local de forma ampla e atuante em todas as etapas do processo de trabalho.

Metodologia de trabalho:

- ✓ Apresentação expositiva do conteúdo do tema “Plano Diretor”: como mobilizar, como planejar as atividades, qual objetivo deste trabalho e qual o papel do CMC no processo;
- ✓ Oficina de trabalho com o objetivo de perceber o grau de compreensão dos participantes em relação ao tema abordado e realizar uma “reunião regionalizada piloto” para que o CMC possa conduzi-la em reuniões locais com a comunidade;
- ✓ Planejamento das atividades dos representantes junto Às comunidades específicas;
- ✓ Abertura para sugestões dos participantes no processo de mobilização;
- ✓ Agenda de trabalho dos representantes com a comunidade: local, data, responsáveis pela organização.

➤ **Levantamento de Dados e Informações**

Esta atividade deverá proporcionar a construção do perfil de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE em relação à situação fundiária, aos serviços, à infraestrutura, à organização institucional, aos aspectos ambientais e sociais a partir informações

disponíveis de caráter multiescalar, elaboradas ou atualizadas por diversas instituições federais, estaduais, secretarias municipais e, quando possível, por programas específicos.

Serão coletados, sistematizados e organizados os dados e as informações abrangendo os setores públicos e privados nas esferas federal, estadual e municipal. Pretende-se buscar as informações e estudos já existentes como: mapeamento da região, estudos ambientais na região, informações socioeconômicas, estudos territoriais e econômicos entre outros. Além de levantar informações nas Secretarias da Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), Instituto Água e Terra (IAT), Companhia de Saneamento do Paraná (SEMA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (EMATER), Companhia Nacional de Abastecimento do Paraná (SANEPAR), entre outras.

Complementarmente, será realizada a identificação e a avaliação preliminar das demandas dos principais agentes envolvidos, assim como as ameaças e as oportunidades ambientais, socioeconômicas, territoriais e de organização institucional associando-os aos conteúdos temáticos e à programação de trabalho.

3.2.3 Produto

Aos 90 (noventa) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a o Perfil do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, que corresponde ao levantamento de dados e a configuração da situação atual e histórica dos temas ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

3.3 FASE 2 - ANÁLISE TEMÁTICA

Com base nos dados quantitativos e qualitativos coletados na fase anterior, deverão ser avaliados os temas levantados e suas inter-relações. Sempre que possível, as informações deverão ser espacializadas em mapas, em escala adequada, apresentada em formato apropriado e em meio digital.

Deverá ser elaborada a análise individualizada de cada informação, sua inter-relação e a inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais.

3.3.1 Objetivos

Realizar a Leitura Técnica em parceria com a ETM e outras entidades dos governos estadual e federal, e a leitura comunitária, com o apoio da Equipe Técnica de Consultoria. Nesta fase também serão realizadas reuniões técnicas temáticas e reuniões regionalizadas com a comunidade.

3.3.2 Atividades

➤ Leitura Técnica

A Leitura Técnica será realizada por meio de reuniões técnicas (ver item 4.6) considerando todos os temas setoriais. Serão consideradas análises espaciais georreferenciadas nas escalas regional e municipal (urbana e rural), identificando-se tendências, conflitos, ameaças e oportunidades, conforme metodologia apresentada no item a seguir (4.3.3).

Na Leitura Técnica serão desenvolvidos o cenário atual e o tendencial do município, nos quais poderão ser discutidas, dentre outras questões: o uso do solo; a participação da comunidade no planejamento municipal; tendências dos impactos ambientais na qualidade de vida urbana; ofertas e demandas socioeconômicas e o acesso a equipamentos, infraestrutura e serviços.

➤ Leitura Comunitária

A Leitura Comunitária será realizada por meio de reuniões regionalizadas (ver item 4.6) com as comunidades urbana e rural, para a definição em consenso do

cenário desejável e do cenário possível. Serão formados grupos a serem definidos em parceria com a ETM, GA e CMC de acordo com a compatibilidade das características de cada região.

As dinâmicas a serem adotadas devem dar preferência ao diálogo com a população, permitindo a interação da mesma com agentes técnicos e municipais e incentivando a participação direta no processo de planejamento territorial. Serão promovidas atividades para a mobilização da população, além de reuniões de trabalho com as comunidades locais e repasse das contribuições levantadas.

Visando potencializar o envolvimento de diferentes segmentos da população, está prevista a disponibilização de canais interativos on-line (especialmente por conta do cenário pandêmico em 2021) para a manifestação de ideias, críticas, sugestões e propostas relativas ao PDM.

➤ **2ª Audiência Pública**

A compatibilização da leitura técnica e da leitura comunitária será realizada na 2ª Audiência Pública, evento amplamente divulgado e aberto que terá como objetivo a legitimação da leitura participativa da realidade. Estima-se que essa agenda ocorrerá na segunda quinzena de janeiro de 2022.

➤ **Temas mínimos a serem abordados**

Os temas serão abordados na etapa de análise:

a) Aspectos Territoriais

O objetivo deste estudo consiste em entender e avaliar a dinâmica de formação, ocupação e organização do uso do solo urbano e municipal, considerando a forma como os agentes sociais se manifestam no território. Essa análise reconstrói as tendências históricas de produção do espaço perpassadas pelos estudos demográficos, sociais, econômicos, urbano-regionais e de infraestrutura, avaliando oportunidades e ameaças em um contexto regional, municipal e urbano.

As questões relacionadas a este tema abordarão as tendências de ocupação do território; a evolução urbana; o uso do solo urbanizado e rural; as demandas para o uso do solo atual e para os próximos 10 (dez) anos, identificando os principais entraves espaciais existentes; a organização do território municipal; as relações

entre os espaços da cidade; a tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rural; a análise da tipologia habitacional e de sua demanda; a identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico; a identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com capacidade de suporte da infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura); as potencialidades e restrições da área central e revitalização do entorno; a organização das comunidades nos bairros e no município entre outros.

b) Aspectos Ambientais

Este produto vai auxiliar a interpretação sobre a situação atual quanto ao tema ambiental. Devem ser determinadas áreas para a manutenção da biodiversidade existente nas unidades, permitindo que os processos ecológicos e seus serviços ambientais mantenham a qualidade necessária para o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Ainda, serão identificados quais são os fatores ecológicos limitantes à sustentabilidade de uso e integridade em cada unidade natural e quais os setores sociais produtivos ou, as interações e conflitos entre estes que mais influenciam positiva ou negativamente sobre a integridade nas diferentes unidades naturais.

Alguns indicadores podem auxiliar na avaliação das unidades naturais, entre os quais: extensão da área natural e antropizada; nível de conectividade e fragmentação; grau de ameaça; taxa de conversão de áreas naturais; número de espécies ameaçadas; perda de biodiversidade; erosão de solos; desperenização de córregos; redução na qualidade da água e do ar; unidades de conservação existentes; os diferentes tipos de cobertura vegetal, de solo, de relevo e hidrografia.

c) Aspectos de Infraestrutura e Serviços

A avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos aspectos de infraestrutura e serviços devem abordar os temas de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); sistema viário e transporte (terrestre e aeroviário), energia elétrica e iluminação pública e telecomunicações.

d) Aspectos Econômicos

Os estudos da área econômica contemplarão a avaliação das ameaças e as oportunidades nas escalas regional e municipal (urbana e rural) dos seguintes temas: capacidade de investimento do município, visando a priorização dos investimentos caracterizados como necessários para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do PDM; Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os); capacidade de mobilização de recursos do Município, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 (dez) anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento); turismo; ameaças e potencialidades para o desenvolvimento econômico local, entre outros necessários.

e) Aspectos Sociais

A espacialização e a identificação de indicadores sociais básicos, notadamente aqueles relativos à renda, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação, educação e saúde da população; formas de participação nas decisões do Município; organização das associações e entidades representativas da comunidade; interação entre os bairros, área urbana e rural; e relações entre espaço e comunidade, constituem um produto síntese da dimensão socioeconômica.

A análise dos indicadores sociais permite incorporar o estudo das desigualdades sociais com vistas a abordar, de forma mais direta, os limites e possibilidades das políticas públicas. As políticas sociais nesta área tornam relevante a construção de um quadro atualizado da distribuição geográfica das desigualdades e potencialidades sociais.

f) Organização Jurídico-Institucional

Os estudos devem levantar e avaliar os aspectos formais da legislação; os programas federais, estaduais e municipais pertinentes; a organização da administração pública; a dinâmica das forças atuantes da sociedade civil; a legislação vigente no município: Plano Diretor / Plano de Uso e Ocupação do Solo

Urbano, Perímetro Urbano, Expansão Urbana, Parcelamento do Solo para fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos. O enfoque da análise deve ser a adequação ou inadequação dos instrumentos de cada lei. Em particular em relação a questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; questões físico-ambientais e adequação à realidade do Uso e Ocupação do Solo existente.

g) Síntese da Situação Atual

A correlação dos produtos do diagnóstico dos aspectos territoriais, ambientais, sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais apresentam a situação atual do território. Este diagnóstico apresenta o nível dos conflitos e os tipos de problemas existentes segundo as escalas regional e municipal (rural, insular e urbana). Nesse sentido, identifica as principais ameaças e oportunidades para que seja possível propor adequações e melhorias visando minimizar ou afastar problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, econômica e ecológica, as potencialidades de cada área.

h) Análise e Estruturação das Informações

Esta atividade é fundamental para planejar e viabilizar a montagem da base de informação do PDM. Neste momento, são realizados os levantamentos dos documentos secundários existentes em seus diferentes formatos, bem como a necessidade de aquisição de material e/ou atualização dos mesmos. A sistematização das informações permitirá definir a estrutura do banco de dados bem como fornecerá o acervo documental preexistente para alimentar a Base de Informação do PDM.

3.3.3 Metodologia

Optou-se pela metodologia participativa apoiada na Teoria de Sistemas, Metodologias de Ameaças e Oportunidades para o Desenvolvimento de Cenários Tendencial e Dirigido. Esta metodologia será demonstrada a seguir.

A Metodologia de Ameaças e Oportunidades trata de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita a análise individualizada e integrada dos elementos e a estruturação de estratégias de ação conforme temas e escalas. Esta técnica é um instrumento útil na inter-relação entre escalas, multissetores e agentes envolvidos, pois possibilita o planejamento e a organização da leitura técnica do espaço de forma compreensível e de fácil visualização. Por meio deste método de análise é possível organizar e definir estratégias e ações específicas de forma sistêmica. A Metodologia de Ameaças e Oportunidades consiste em classificar os dados levantados nas seguintes categorias:

- a) Ameaças - elementos que representam deficiências, limites e problemas que devem ser solucionados;
- b) Oportunidades - elementos recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente, sanando deficiências ou se desenvolvendo no sentido de melhorar seu estado atual.

Estas categorias serão identificadas e organizadas em matrizes de análise compostas por Escalas x Temas. As escalas propostas para o PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE são: regional e municipal (urbana e rural). Os temas indicados são: ambientais, socioeconômico-turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos.

A Técnica de Cenários é utilizada como complemento ao processo de planejamento estratégico. Por meio desta são criados cenários alternativos que possibilitam considerar as diversas possibilidades de futuro na formulação dos objetivos, das diretrizes e das estratégias da organização.

No PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE serão traçados dois cenários: o atual, que caracteriza a situação presente e o cenário desejável, que corresponde ao futuro desejado e possível, estabelecido a partir de critérios de análise.

3.3.4 Produto

Aos 120 (cento e vinte) dias a partir da data da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a análise do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, que corresponde a compatibilização da leitura comunitária e técnica sobre

os temas: ambientais, socioeconômicos/turísticos, territoriais, institucionais, de infraestrutura e serviços públicos nas escalas regional e municipal (urbana e rural).

3.4 FASE 3 - DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Com base nas avaliações efetuadas, deverão ser elaboradas diretrizes e propostas para as ações ambientais, socioeconômicas, sócioespaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando intervenções para curto, médio e longo prazo. Ainda, poderá ser proposta uma adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE visando a implementação do PDM, a gestão do desenvolvimento municipal e a necessária atualização permanente.

3.4.1 Objetivos

Nesta fase serão elaboradas as diretrizes e propostas para as ações institucionais, socioeconômicas, ambientais, físicos espaciais e de infraestrutura e serviços públicos. Será também realizada a 3ª Audiência Pública.

3.4.2 Atividades e Metodologia

Serão realizadas reuniões técnicas e reuniões regionalizadas como proposto no item 4.6 e os resultados destas serão levados para definição de propostas prioritárias na 3ª Audiência Pública.

Diretrizes e Propostas

Desenvolvimento das diretrizes preliminares com base nas conclusões geradas pela Avaliação Temática Integrada. As propostas deverão abranger os temas avaliados na fase anterior e os temas priorizados pela administração municipal e pela comunidade em reuniões e audiências públicas. Destacam-se os seguintes temas:

- Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;

- Estruturação e articulação de um sistema de transporte que garanta o deslocamento de moradores;
- Diretrizes para o meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município;
- Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- Processos para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
- Propostas para regulamentar e promover usos compatíveis com a sustentabilidade ecológica, social e econômica das diferentes unidades ambientais definidas na análise;
- Estabelecer critérios e princípios que orientem o desenvolvimento, permitindo corrigir e superar desequilíbrios econômicos e ambientais, conservando os recursos naturais e elevando a qualidade de vida da população.

3.4.3 Produto

Aos 165 (cento e sessenta e cinco) dias a partir da ordem de serviço, deverá ser entregue o documento contendo a definição de Diretrizes e Proposições.

3.5 FASE 4 - ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETOS DE LEI E PAI

Após a consolidação das propostas e sua aprovação em audiência pública, serão elaboradas as minutas de projetos de Lei, as quais deverão ser acompanhadas, sempre, de mapas em escala apropriada. Também será realizada a 4ª Audiência Pública para a apresentação final das propostas do PDM e esclarecimento do processo contínuo de planejamento.

3.5.1 Objetivos

Nesta fase serão apresentadas as minutas de Anteprojeto de Lei do PDM e a organização do Sistema de Informação e Avaliação da Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e o Plano de Ação e Investimento do Município para os próximos 10 (dez) anos.

3.5.2 Atividades e Metodologia

- a) Anteprojetos de Lei - deverá ser elaborada minuta de anteprojeto de Lei das propostas do plano. Quando necessárias estas deverão estar acompanhadas de mapas em escala apropriada;
- b) As minutas de Anteprojeto de Lei abrangerão:
 - ✓ Anteprojeto de Lei do PDM: serão estabelecidas as diretrizes e proposições de desenvolvimento municipal incluindo: macrozoneamento (Organização Espacial); planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o poder municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento; sistema de acompanhamento e controle do plano e instrumentos do Estatuto da Cidade;
 - ✓ Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano: delimita as áreas urbanas e de expansão urbana do município, onde o Município proverá os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal. Acompanhado de mapa em escala apropriada;
 - ✓ Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano: define os procedimentos relacionados aos loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos. Ressalte-se que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano é uma regulamentação da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99;
 - ✓ Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano: divide o território do município em zonas, define a distribuição da população nesse espaço em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais;
 - ✓ Anteprojeto de Lei do Sistema Viário: hierarquização e dimensionamento das vias públicas;

- ✓ Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras: estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, realizados sobre o território municipal.
- ✓ Anteprojeto de Lei do Código de Posturas: contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de proteção paisagística e ambiental, higiene, ordem pública, funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, e atividades em logradouros públicos, instituindo as necessárias relações entre o poder público e os munícipes.

c) Planejamento Municipal

Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do PDM e gestão do desenvolvimento municipal e consequente atualização permanente.

Para a avaliação e monitoramento do desenvolvimento municipal será promovida a organização de um sistema de informações, baseado em indicadores. Estes indicadores possibilitarão a avaliação anual do desempenho do processo de planejamento e gestão municipal ressaltando as metas definidas a serem alcançadas.

3.5.3 Produto

Aos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da assinatura do contrato, deverá ser entregue a versão final dos documentos relativos aos produtos mencionados.

3.6 PARTICIPAÇÃO

As audiências públicas têm por objetivo a mobilização da comunidade, a publicidade do PDM, a participação direta da comunidade no reconhecimento da realidade municipal, a consolidação das diretrizes e propostas do PDM e, eventualmente, o acompanhamento do processo de discussão e aprovação pela Câmara Municipal.

A realização de Audiências Públicas durante o processo de elaboração do PDM é uma exigência legal. Contudo, é importante que a metodologia das

audiências não seja meramente de apresentação das propostas por parte de um corpo técnico. Além de toda a comunidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, é importante que participem também representantes da sociedade civil organizada (sindicatos, associações, institutos) e cidades vizinhas.

Para assegurar a participação comunitária direta e a construção de cenários adequados à realidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, está prevista uma ampla agenda de reuniões regionalizadas com a ETM e comunidade e reuniões técnicas com o CMC. As reuniões deverão ocorrer em todas as fases da elaboração do Plano. Além das reuniões técnicas e reuniões regionalizadas serão realizadas reuniões de apresentação de relatórios, nas quais serão discutidas as atividades já realizadas, ajustadas expectativas e revisado o cronograma.

3.6.1 Audiências Públicas

Reitera-se aqui que as audiências públicas do Plano Diretor Participativo têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar seu conteúdo e devem seguir as seguintes recomendações do Estatuto da Cidade e Conselho Nacional das Cidades:

- ✓ Ser convocada por edital, anunciada pela Imprensa local ou utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local como: a divulgação por panfletos, faixas, cartazes, *outdoors*;
- ✓ Ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- ✓ Serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo abrirá as discussões aos presentes;
- ✓ Garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição (assinar lista de presença);
- ✓ Serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo o memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

O Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE realizará, em local adequado e com divulgação prévia de no mínimo 15 dias, 4 (quatro) audiências públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor. As audiências serão organizadas pela Prefeitura Municipal, com total apoio da Equipe Técnica de

Consultoria. As audiências deverão ser gravadas, registradas em atas e seus resultados amplamente divulgados.

A divulgação deverá ser realizada por: faixas, cartazes, panfletos, *outdoors*, carro de som, redes sociais, site da prefeitura, convites para as entidades atuantes no município (associações, organizações não governamentais, cooperativas, sindicatos entre outros).

A mídia local deverá ser convidada para o acompanhamento e divulgação de todo o processo do Plano Diretor Participativo. O registro das reuniões e audiências públicas, bem como os relatórios de todas as fases deverá estar disponível à população na “sala do Plano Diretor”.

O local de realização das audiências deverá possuir: mesa na entrada do ambiente para as inscrições, cadeiras para os participantes, aparelhagem eletrônica necessária para a boa compreensão dos palestrantes e participantes, extensão elétrica, computador para a apresentação, *Datashow*. Caso seja possível: quadro branco e pincel atômico, mesa de água e café, papel e caneta para os participantes fazerem anotações, panfletos de divulgação do Plano Diretor.

Considerando a situação que o País se encontra em relação à pandemia da COVID-19, as audiências poderão ocorrer no formato on-line, garantindo os mesmos preceitos das audiências presenciais.

3.6.2 Reuniões Técnicas – ETM

As reuniões técnicas têm por objetivo a fiscalização, a discussão, o aprimoramento e o acompanhamento do PDM pelo os agentes públicos, especialmente aqueles que compõem a ETM, buscando ainda o início de um processo de interação desses agentes que conduzirão à política urbana municipal.

As reuniões técnicas não serão, necessariamente, realizadas com toda a ETM. Poderão existir reuniões técnicas temáticas nas quais representantes de cada secretaria discutirão, fornecerão dados e informações, apresentarão demandas, propostas e sugestões dos temas de sua área, individualmente.

As reuniões técnicas serão realizadas em todas as fases de acordo com a demanda apresentada. A convocação das mesmas poderá ser feita tanto pelos

membros da ETM como pela Equipe Técnica de Consultoria, sem restrições quanto ao número de convites.

3.6.3 Reuniões Regionalizadas CMC e Comunidade

As reuniões regionalizadas serão realizadas com a comunidade e/ou o grupo de Acompanhamento (GA) do Plano Diretor. As reuniões tem por objetivo a participação direta da comunidade na construção do PDM, agregando demandas e propostas locais. O enfoque metodológico das reuniões regionalizadas será voltado à “construção de consenso”, um método de tomada de decisões. Não é limitado à votação a partir do direcionamento de um orientador, mas é um processo que exige que os participantes enxerguem os outros como iguais, mesmo discordando de suas ideias. Todas as pessoas podem argumentar e podem se manifestar quanto às ideias do outro, mas apenas uma pessoa deve falar de cada vez. Ouvir também é participar ativamente nesta metodologia.

O consenso deve congrega, efetivamente, a contribuição de todos. Os participantes das reuniões serão divididos em grupos temáticos. Dentro do grupo, uma pessoa será o facilitador, que evitará a discussão negativa e encorajará o processo. Além disso, será encarregada de anotar os pontos consensuais, prestando atenção às discussões para anotar sempre que se alcançar um consenso. O Consenso Final será consolidado a partir dos pontos consensuais.

O interessante nesta metodologia é que ela obriga os participantes a ouvir as demandas alheias e, desta forma, supera a ideia de defender por meio da participação popular, apenas seus interesses individuais. Como o processo participativo ainda é incipiente no Brasil, as pessoas, na maioria das vezes, utilizam os meios de participação para expor suas demandas particulares, em prejuízo da construção comum de um pacto para melhorar as condições de todos.

Assim, é importante que, antes da dinâmica, os participantes sejam orientados a não pré-julgar as ideias dos outros, a se engajar no processo participativo e, principalmente, a escutar o que o outro tem a dizer. Após o consenso final, acrescenta-se mais um foco à discussão: a elaboração de um plano de ações para efetivar o que foi decidido. Após as reuniões dos grupos, serão realizadas sessões de discussão entre todos os grupos temáticos, para lapidação das ideias e

para a construção de um consenso da regional sobre todos os temas, que posteriormente será levado à audiência pública.

As reuniões regionalizadas serão realizadas nas Fases 3 e 4, antecedendo as audiências públicas. Serão organizadas em três grupos principais: área urbana, área rural e insular. O objetivo desta etapa é ampliar a participação popular e promover o envolvimento de todos os moradores com a avaliação (Fase 3) e a proposta (Fase 4) do Plano Diretor.

O objetivo maior desse trabalho é não apenas discutir os problemas, mas construir as possibilidades de solução junto com a comunidade e o poder público local. Deve-se lembrar sempre que o papel das equipes nesse processo é de envolver a população no projeto para que a mesma, após a conclusão do documento, mantenha uma comissão de acompanhamento do Plano Diretor em todas as etapas.

Um aspecto importante a destacar é que a metodologia de trabalho não é rígida podendo sofrer alterações de acordo com o que cada grupo de comunidade com suas características específicas exigirem do plano de trabalho.

4 EQUIPE TÉCNICA

A Equipe Técnica de Consultoria atualizada (Quadro 1), de acordo com sua área de atuação e função na equipe está disposta a seguir.

Quadro 1 – Equipe Técnica

Nº	NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO
1	Anna Carolina Silvestri	Engenheira Civil	Coordenação Geral do Trabalho
2	Cleverson Salache	Administrador	Setor Socioeconômico
3	Fábio Horst	Matemático	Setor Institucional
4	José Leão	Topógrafo	Setor de Infraestrutura e Ambiental
5	Karla Adriane Fernandes Pereira	Engenheira Civil	Responsável pelo desenvolvimento de mapas
6	Marcio Fernandes	Jornalista	Setor Institucional
7	Renata Paz	Engenheiro Ambiental	Setor de Infraestrutura e Ambiental

Adicionalmente, pontua-se que, profissionais de outras áreas poderão ser contratados, quando pertinente, para a boa consecução do processo revisional.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PARANÁ

FASE 2 – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA (ATI)

Equipe FAU UNICENTRO - PARANÁ

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO

Este produto tem como objetivo apresentar a Análise Temática Integrada – Levantamento de Dados pertencente à Fase 2 executada para elaboração da Revisão do Plano Diretor e de sua Lei do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, detalhando as etapas envolvidas, a metodologia adotada e os processos que nortearão este estudo.

A Fase 2 refere-se à Leitura Técnica sobre a realidade do Município e compreende as atividades relacionadas à obtenção de informações de fontes primárias e secundárias, elementos e dados necessários para a construção do diagnóstico territorial. Esses procedimentos permitem estabelecer um panorama geral de todos os aspectos referentes à realidade do Município, tais como territorial, ambiental, demográfica, social, econômica, entre outras.

A Etapa atual concentra-se no levantamento descritivo do trabalho em torno da busca de dados relativos à realidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. Para tanto, trata de reuniões desenvolvidas entre as equipes técnicas da FAU e do Município, agentes públicos e a contratada, bem como, o levantamento de legislações e compilação de um banco de dados completo. Essas ações são consideradas essenciais para o desenvolvimento da leitura territorial de Município em questão.

As etapas deste trabalho estão baseadas no Termo de Referência presente na Dispensa nº 18/2021, Contrato nº 56/2021 do referido Município e aprovado no Plano de Trabalho, referente a Revisão do Plano Diretor e de sua Lei municipal.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), oferece as diretrizes gerais para a fixação da política urbana, de forma a construir um ambiente saudável nos municípios para as gerações presentes e futuras. Para tanto, seu principal instrumento é o Plano Diretor.

Embora seja uma obrigação estabelecida em Lei para a maior parte das cidades brasileiras, há inúmeros motivos para a elaboração e implementação de um Plano Diretor em um município. Entre as razões, destaca-se a necessidade de ordenar o crescimento da cidade, corrigir distorções urbanas e sociais, bem como definir objetivos para o desenvolvimento do território em curto, médio e longo prazo. Contudo, destaca-se que a principal razão e importância do Plano Diretor consistem no estabelecimento da função social da cidade e da propriedade.

A função social da cidade é entendida como o direito à moradia digna, à terra urbanizada, ao saneamento ambiental, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços e equipamentos urbanos de qualidade. Há também que se considerar os meios de geração de renda e acesso à educação, saúde, informação, cultura, esporte, lazer, segurança pública, trabalho e participação por todos os cidadãos.

As premissas para que a cidade e a propriedade urbana cumpram sua função social tratam de adequar a produtividade da propriedade em um modelo capaz de otimizar o desenvolvimento coletivo, buscando a justiça social, mas sem suprimir a propriedade privada.

Por meio do Plano Diretor (e somente por este) é que se define a função social da propriedade e da cidade, equilibrando interesses individuais e coletivos de forma a garantir um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e atendimento aos direitos dos cidadãos. Nesse contexto, para que se possa atender às demandas dos moradores e usar as riquezas das propriedades em prol do bem coletivo, é necessário, primeiramente, conhecer tais demandas e riquezas. É neste cenário, de levantamento de informações, que se insere inicialmente esta etapa para que em seguida, seja elaborado o diagnóstico do Município.

5 METODOLOGIA

O desenvolvimento deste relatório tem por objetivo buscar, coletar e compilar dados para auxiliar a construção da realidade municipal. A elaboração do relatório de levantamento de dados de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE estruturou-se em quatro frentes de trabalho:

- A primeira etapa para o levantamento legislativo municipal relativo a medidas territoriais relevantes para a revisão do PDM – Levantamento Legislativo;
- A segunda etapa para o levantamento de dados existentes na Prefeitura realizada por questionário de avaliação interna – Consultas com Secretários Municipais por meio de questionários;
- A terceira etapa para pesquisas on-line em portais de dados abertos – Pesquisas on-line junto a órgãos públicos municipais, estaduais e federais; fundações e Institutos;
- A quarta na estruturação das Reuniões/Oficinas/ Audiências.

O Planejamento foi estruturado em 9 (nove) eixos estratégicos (Figura 1) baseados em áreas de atuação da dinâmica Municipal:

Figura 1 – Eixos Estratégicos do Planejamento



Fonte: Equipe FAU, 2021.

1. Planejamento Urbano e Territorial - engloba a aprovação de projetos de todos os usos, estudo da paisagem; habitação; mobilidade urbana; infraestrutura de energia, iluminação, internet, entre outras; obras e manutenção; planejamento urbano, elaboração de projetos e regularização fundiária; elaboração de políticas públicas na área do planejamento urbano e outras.

2. Planejamento do Meio Ambiente - responsável por temas que englobam bacias, como saneamento básico, drenagem urbana, infraestrutura verde, questões da área rural e agricultura; recursos minerais; resíduos sólidos; elaboração de políticas públicas na área da gestão ambiental e outras.

3. Saúde - gestão dos serviços na área da saúde como Unidade Básica de Saúde (UBS), Hospital, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), atendimentos médicos, vigilância sanitária, zoonoses; elaboração de políticas públicas voltadas para área da saúde no município e outros.

4. Educação - gestão dos serviços na área da educação em creches, escolas do ensino fundamental, médio, técnico, superior, capacitação técnica; elaboração de políticas públicas voltadas para área de educação no município e outras.

5. Desenvolvimento Social - gestão dos serviços do desenvolvimento social como nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Casas Lar, elaboração de políticas públicas voltadas para área do desenvolvimento social e outras.

6. Cultura, Turismo e Esportes - gestão dos serviços na área da Cultura, Turismo, Lazer e Esportes, elaboração de políticas públicas no tema e outras.

7. Segurança - gestão dos serviços na área de segurança, Conselho de Segurança Polícia Civil, Militar, defesa Civil, Monitoramento; elaboração de políticas públicas sobre a temática e outras.

8. Desenvolvimento Econômico - gestão dos serviços na área do desenvolvimento econômico como finanças, tributos, trabalho, emprego, tributário; elaboração de políticas públicas sobre o tema e outras.

9. Gestão e Comunicação - atuação na gestão e comunicação de todos os serviços prestados pelo Município; Comunicação; sistematização de procedimentos internos por meio de um Sistema de Qualidade; Tecnologia da Informação; Ouvidoria Geral e da Saúde do Sistema Único da Saúde (SUS), monitoramento; assistência jurídica e recursos humanos.

Diante dessa metodologia de levantamento por áreas de atuação no campo do planejamento operacional, os processos de consulta junto às Secretarias partiram da estruturação de questionários e reuniões segmentadas por temática e encaminhamento para os responsáveis nas secretarias competentes.

CONSULTAS À PREFEITURA

Uma das principais funções desta etapa é levantar e sistematizar um conjunto de dados e informações por meio dos quais se torna possível, não apenas obter uma imagem da situação das condições do município, mas também entender seus pontos econômicos, políticos, técnicos e culturais.

Conforme descrito na Metodologia, os temas da pesquisa foram: Planejamento Urbano e Territorial; Obras; Mobilidade Urbana; Segurança; Saneamento Básico e Resíduos Sólidos; Meio Ambiente; Educação; Esporte; Cultura, Turismo e Lazer; Saúde; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Econômico; Gestão, Transparência, Comunicação; Assessoria Jurídica.

O questionário envolve a caracterização territorial do Município, tais como nome dos bairros, história de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, principais dados demográficos, número de indústrias, loteamentos aprovados, áreas irregulares, vias pavimentadas e/ou com revestimento, unidades das quais é cobrado o Imposto Territorial Urbano (IPTU), estrutura de iluminação pública, água esgotamento sanitário, e outros dados necessários.

A coleta de dados e informações para o planejamento e gestão municipal é essencial para a construção da leitura territorial envolvendo o levantamento de

dados físico-territoriais, econômicos, financeiros, institucionais, políticos, socioambientais e de gestão do município. A partir desses dados é possível, apresentar posteriormente, um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana. Essas propostas são definidas para curto, médio e longo prazo e aprovadas por Lei Municipal.

As fontes de dados secundários são: estudos, estatísticas, projetos, séries históricas de levantamentos e outras análises já existentes e consolidadas em publicações, relatórios ou arquivos digitais. Foram buscados dados de nove tipos de grupos: Planejamento Urbano e Territorial, Planejamento do Meio Ambiente, Saúde, Educação e Esportes, Desenvolvimento Social, Cultura, Turismo e Lazer, Segurança, Desenvolvimento Econômico e Gestão/Comunicação.

Por meio desses grupos foram levantadas informações sobre aspectos históricos de formação do Município, demografia urbana e rural por população, gênero, idade, densidade; série histórica de crescimento populacional; indicadores nacionais de educação e saúde; distribuição de renda e emprego; empregos por setor econômico; Produto Interno Bruto (PIB) municipal por setor econômico; receitas e despesas; relevo, vegetação e hidrografia do território; condicionantes da ocupação urbana e uso e ocupação do solo; tendências de expansão urbana.

Primeiramente, buscou-se coletar Referências Bibliográficas, entre as quais, as mais elementares: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Ministério Público do Paraná (MPPR), Câmara de Vereadores, Secretarias da Prefeitura da Municipal e respectivos sites.

REUNIÕES, OFICINA E AUDIÊNCIA

Objetivando finalizar o processo estratégico de coleta de dados foram estabelecidos os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022 para coleta de informações em conjunto com a Equipe Técnica Municipal.

Durante esses meses foram realizadas diversas atividades para a continuidade da Revisão do PDM. As atividades compreenderam Oficina de Leitura, Reuniões Técnicas e Políticas com as principais Secretarias da Prefeitura e os

principais atores da sociedade civil organizada. Os objetivos das apresentações, oficinas e reuniões constaram, primeiramente, em mostrar a todos o que é um Plano Diretor, a importância deste para o município e a sociedade e as etapas de elaboração de Revisão do Plano; em segundo lugar, tratou-se da coleta de informações juntamente com o corpo técnico da Prefeitura e, a partir desses dados somados a outros, elaborar o diagnóstico da Revisão do Plano Diretor.

A Reunião Técnica de Capacitação foi realizada em formato on-line no dia 07/02/2022 e, na sequência, a oficina “Leitura Técnica” na data de 17/03/22, realizada na Câmara Municipal, com a equipe de engenharia, planejamento, equipe técnica municipal, para coleta de dados de mapas, relatório fotográfico e visita técnica nos principais pontos da área urbana da cidade (área de transbordo do barracão de reciclagem, aterro sanitário, áreas de invasões, parque recreativo ambiental urbano, entre outras); também se realizou a Audiência Pública, na Câmara Municipal no dia 17/03/22.

Para auxiliar na divulgação da Audiência, foi desenvolvido e realizado junto à equipe de Assessoria de Imprensa da Prefeitura de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, um folder (Figura 2) que foi distribuído pelos principais pontos da Cidade e disponibilizado na página da Internet oficial da Prefeitura, detalhado a seguir.

Figura 2 - Folder de divulgação da Audiência Pública – Fase 2: Análise Temática - Revisão do PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE



Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e Equipe FAU, 2022.

5.1 ASPECTOS REGIONAIS

5.1.1 Histórico

Oficialmente emancipado ao final do ano de 1995, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE é uma das localidades mais antigas do Estado do Paraná. A história do Município começou em 1847 quando Jean Maurice Faivre, médico e pesquisador francês, recebeu da Coroa uma expressiva quantidade de terras na região. Nestas, organizou os imigrantes franceses em uma colônia denominada Tereza Cristina, nome em homenagem à Imperatriz Tereza Cristina, que patrocinou o médico francês. A colônia ficava onde hoje é o município de Cândido de Abreu. Devido aos problemas de adaptação e doenças como a malária e a febre amarela, que vitimaram muitos colonizadores, muitas famílias, revoltadas com aquela situação e contra o pesquisador, resolveram deixar a colônia e saíram à procura de outro local para morar. Entre essas famílias estavam os irmãos Cailott, que, depois de cruzarem o rio Ivaí, fundaram no planalto o povoado onde hoje é o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

De acordo com os pioneiros, o nome foi escolhido em virtude da “aventura” que eles enfrentaram para transporem as corredeiras do Rio e atravessarem a mata fechada. Afinal, para eles foi uma “boa aventura” desbravar novos lugares. Da família Cailott, no entanto, pouco se sabe, a não ser que eles foram os primeiros moradores da localidade.

De acordo com registros oficiais do município, por volta de 1850 chegaram José Martimiano de Freitas e João Elias do Nascimento, que vieram em uma grande comitiva, passando pelo acampamento dos Cailott e se fixando na Colônia dos Freitas. Em seguida vieram outras famílias que passaram a habitar o local.

O atual município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE também ficou conhecido como Grilo do Tigre, por causa dos grileiros que invadiam as terras dos colonos e os expulsavam da região, cometendo assassinatos e fazendo com que os moradores abandonassem o local. Em 1926, a família do pioneiro Frederico Forekevick se deslocou de Prudentópolis para BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. Segundo ele, nas décadas de 1920 e 1930, a riqueza estava realmente na madeira, em virtude dos grandes cedros e os pinheiros (*Araucária angustifolia*).

Entre as famílias do imigrantes estava a de José Martins de Oliveira Mello, que mais tarde fundaria o povoado do qual teria origem o município de Pitanga. Depois desse período, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE se tornou o centro da exploração de madeira pela abundância das espécies já mencionadas. Naquela época chegou a existir mais de 26 (vinte e seis) serrarias. Conforme relatos dos moradores, o Município faz parte da rota do Caminho de Peabiru, que data de centenas de anos, com um "vão" próximo a BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

O Município em questão é composto por propriedades rurais, com área média de 20 há/por propriedade. Já foi um distrito do município de Pitanga, embora seja mais velho que Pitanga, cuja emancipação deu-se em 1943, por meio do Decreto - Lei nº 199. Apesar de em anos anteriores já existir um movimento pró-emancipação de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, o movimento não obteve o apoio necessário da população e dos políticos locais. É importante ressaltar que o início do povoamento antecede a colonização de Pitanga em 1897. BOA VENTURA DE SÃO ROQUE passou então a ser Distrito Administrativo de Pitanga pela Lei nº 3.267, de 14 de setembro de 1957.

Anos mais tarde a ideia de independência foi tomando forma e, em 13 de julho de 1992, o vereador Joaquim Domingos dos Santos, que representava a comunidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE na Câmara de Vereadores de Pitanga, criou uma comissão para dar início ao processo de emancipação e criação deste Município, com os dados relacionados da potencialidade da região.

Por meio de esforços e dedicação, as diversas barreiras encontradas como, por exemplo, comprovar que o Município era viável economicamente, apresentar documentos provando que havia mais de dez mil habitantes morando na localidade, bem como as riquezas naturais, agrícolas, cachoeiras; extensão, localização e as possibilidades de arrecadação de impostos, foram superadas. Finalmente, houve a conscientização da população e o fortalecimento da política local pelo número de eleitores. A comissão elaborou abaixo-assinados, antecedendo às votações na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do Paraná.

De acordo com os arquivos do Município, em 26 de abril de 1995, após três anos de mobilização, foi realizado plebiscito que obteve 90% dos votos válidos favoráveis à emancipação do distrito de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, sendo oficialmente criado em 1995, pelo Decreto-Lei nº 11.176, de autoria do Deputado

Estadual Renato Adur e sancionado pelo Governador do Estado do Paraná, na época, Jaime Lerner, no dia 18 de setembro. O pleito foi realizado em 3 de outubro de 1996.

Com Instalação oficial em 1º de janeiro de 1997, ocorreu a posse de Joaquim Domingos dos Santos, prefeito municipal. O Município, localizado na Região Central do Estado do Paraná, Região Sul do Brasil, pertencente à microrregião 17, denominada Associação dos Municípios da Região Central do Paraná (AMOCENTRO). Coordenadas do Município: latitude de 24º 52' 43" Sul e longitude de 51º 32' 22" Oeste, altitude de 894 metros acima do nível do mar; área de 621,427 km²; densidade demográfica de 10,53 hab/km²; distância da sede do Município à capital do Estado, Curitiba, é de 314,72 quilômetros. A data de comemoração do aniversário do Município é 18 de setembro. O prefeito atual (2022) é Edson Flávio Hoffmann. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base em estimativas de 2021, o Município possui uma população estimada de 6.343 habitantes; o gentílico de quem nasce nesse Município é Boa Venturense (IBGE, 2021).

A Vila Rural possui uma área de aproximadamente de 18 alqueires. As etnias predominantes no município de Boa Ventura de São Roque são brasileiros e descendentes de italianos, ucranianos, poloneses, portugueses e alemães.

5.1.2 O Município na região

O Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está situado no território da Mesorregião Geográfica do Centro Sul do Estado do Paraná. Esta mesorregião está dividida em três microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga.

5.1.3 Microrregiões: Guarapuava, Palmas e Pitanga

A mesorregião Centro Sul está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.638.104 hectares. Esta região faz fronteira ao norte com os municípios de Roncador, Nova Tebas, Manoel Ribas e Cândido de Abreu, pertencentes à mesorregião Norte Central; a oeste com as mesorregiões Oeste e Sudoeste e, ao sul com o Estado de Santa Catarina. Possui como principal divisa

geográfica, a leste, a Serra da Esperança. É constituída por 29 (vinte e nove) municípios, dos quais se destacam Guarapuava e Palmas, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização. (IPARDES, 2022).

As três microrregiões totalizam uma população de 563.545 habitantes e subdividem-se em:

- Microrregião Geográfica de Guarapuava: 397.970 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Palmas: 96.967 habitantes;
- Microrregião Geográfica de Pitanga: 68.608 habitantes.

A mesorregião Centro-Sul Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A história de organização do espaço da Região está vinculada às atividades econômicas tradicionais, de cunho extensivo e extrativo, concentradas nas áreas de campos naturais.

Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente, direcionou-se apenas à invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira. Convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumada de forma predatória e rudimentar.

Adicionalmente as sucessivas atividades econômicas predominantes no Centro-Sul basearam-se, em geral, em grandes propriedades rurais que praticavam, também, uma agricultura de subsistência, sempre com o recurso da mão de obra escrava e do trabalho familiar. A junção de todas essas características da sociedade campeira tradicional, patriarcal e latifundiária, fundada sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo – a uma quase total ausência de vias de comunicação, funcionou por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado. O que freou a ocupação regional em larga escala e manteve escassa sua população.

Nesse contexto de baixo adensamento populacional, a mesorregião Centro-Sul Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigando cerca de 338 mil habitantes, constituindo uma das áreas menos populosas do Estado do Paraná. Recortada por um pequeno número de extensos municípios apresentava a maior

parte da população residindo no meio rural, situação refletida no reduzido grau de urbanização estimado para 1970 (24%), um dos mais baixos do Estado.

Dadas as características estruturais da base produtiva regional, essencialmente assentada na pecuária extensiva e na exploração da madeira, com o predomínio de grandes propriedades agrícolas, a inserção da mesorregião no processo de modernização da agropecuária paranaense dos anos 1970 foi mais lenta. Atuou como fronteira interna de ocupação, absorvendo fluxos populacionais vindos de outras regiões do Paraná, em particular do norte e do oeste (IPARDES, 2000). É interessante notar que a mesorregião Centro-Sul, entre 1970 e 1980, experimentou a mais alta taxa de crescimento populacional dentre as mesorregiões do interior do Estado (3% a.a.), bem acima da taxa estadual. O ritmo de crescimento das áreas urbanas 8,4% a.a., bastante elevado, só foi inferior ao da mesorregião Oeste, e, em termos rurais, juntamente com a Centro-Oriental, constituíram os únicos espaços mesorregionais a registrarem incremento positivo de população naquela década, embora mínimo.

Nas décadas seguintes esse movimento inverteu os resultados, ocorrendo perdas demográficas no meio rural da região, gradualmente intensificadas. Apesar de, as áreas urbanas terem evidenciado ritmos expressivos de crescimento populacional provocando aumentos paulatinos no grau de urbanização regional, o conjunto da mesorregião experimentou taxas declinantes, diferentemente da maior parte das mesorregiões paranaenses. Como consequência dessa dinâmica, o peso populacional da região no total do Estado permaneceu baixo e estável nas três últimas décadas do século XX. Ainda que seja necessário destacar que, em 2000, o Centro-Sul abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural do Paraná, 11,7%.

O componente migratório, nesse cenário demográfico, vem tendo um peso substantivo. No bojo das transformações modernizantes das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos significativamente elevados no transcorrer das últimas décadas do século XX, resultando em um dos mais expressivos do Estado nos anos 1990. A despeito dos ganhos populacionais significativos das áreas urbanas, no cômputo geral da mesorregião o saldo e a taxa líquida de migração se mantêm negativos, expressando o predomínio das perdas populacionais para fora da região. O

município de Boa Ventura de São Roque integra a Mesorregião Geográfica nº 08 – Centro Sul do Paraná e Microrregião geográfica nº 28 – Pitanga (Tabela 1).

Tabela 1 - Mesorregião Geográfica nº 08 e suas Mesorregiões

28 - Microrregião de Pitanga	29 - Microrregião de Guarapuava	30 - Microrregião de Palmas
Boa Ventura de São Roque	Campina do Simão	Clevelândia
Laranjal	Candói	Coronel Domingos Soares
Mato Rico	Cantagalo	Honório Serpa
Palmital	Espigão Alto do Iguaçu	Mangueirinha
Pitanga	Foz do Jordão	Palmas
Santa Maria do Oeste	Goioxim	
	Guarapuava	
	Inácio Martins	
	Laranjeiras do Sul	
	Marquinho	
	Nova Laranjeiras	
	Pinhão	
	Porto Barreiro	
	Quedas do Iguaçu	
	Reserva do Iguaçu	
	Rio Bonito do Iguaçu	
	Turvo	
	Virmond	

Fonte: IPARDES, 2020.

Nessa Mesorregião (8) a população apresentou um avanço da década de 70 até o ano de 2000, chegando ao grau de urbanização de 60,9%.

Subjacentes às alterações na dinâmica de crescimento populacional da região, fortemente condicionadas pelos processos migratórios, interagem também as mudanças no comportamento reprodutivo e no perfil de mortalidade da população, observadas no período. Desde meados da década de 1960 várias regiões do Brasil passaram a experimentar uma trajetória firme e continuada de declínio da fecundidade, inserindo o país em um quadro irreversível de transição demográfica. A

população do Paraná acompanhou *pari passu*¹ esse processo, apesar da existência de diferenciais regionais intraestaduais, já no início dos anos 1990.

Dos municípios que compõem a Mesorregião Centro Sul Paranaense, Guarapuava e Laranjeiras do Sul possuem o maior número de habitantes, seguidos do município de Palmas.

Com relação à hidrografia da Mesorregião, em toda a extensão do limite ao oeste do Estado localiza-se o Rio Paraná, que estabelece as divisas com o Mato Grosso do Sul e a República do Paraguai, desde a embocadura do Rio Paranapanema até Foz do Iguaçu, numa extensão de 400 km. Atualmente, este rio encontra-se parcialmente represado pela barragem de Itaipu e com o fechamento da barragem de Porto Primavera remanesceu, no território, pouco mais de 200 km do rio, entre a cidade de Guaíra e a foz do rio Paranapanema, o único trecho livre do rio em território brasileiro. Desde suas nascentes do Rio Paraíba até a barra do Rio da Prata, o percurso total do Rio Paraná abrange 4.695 km.

Os principais rios da bacia hidrográfica do Rio Paraná são:

- ✓ Rio Paranapanema – faz a divisa com o Estado de São Paulo, possui uma extensão de 392 km e, juntamente com seus afluentes, drena uma área de 55.530 km² no Estado do Paraná. Tem como afluente mais importante o Tibagi, com extensão de aproximadamente 550 km;
- ✓ Rio Ivaí – possui suas nascentes na Serra da Esperança e percorre um total de 685 km até sua foz no Rio Paraná, drenando uma área de 35.845 km²;
- ✓ Rio Piquiri – com uma área de drenagem de 23.431 km² nasce na Serra São João e percorre 484 km até sua foz no Rio Paraná;
- ✓ Rio Iguaçu – é o maior complexo hidrográfico do Rio Paraná no Estado, ocupando uma área de 57.329 km²; percorre cerca de 910 km desde suas nascentes, na porção ocidental da Serra do Mar, até sua foz.

Na maior parte do território ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos; geadas severas e frequentes; sem estação seca, cujas principais médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C, e, dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 16°C, com chuvas entre 1.600 e 1.900 mm e umidade relativa do ar de 85%, sem deficiência hídrica. Nos campos de Guarapuava e Palmas as temperaturas são

¹ Ritmo.

diferenciadas dos demais municípios da mesorregião, com até 23°C no mês mais quente, e no mês mais frio inferior a 13°C, com mais de cinco geadas e precipitação anual de 1.800 mm. Nos locais de menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Ivaí, Piquiri, Iguaçu e Jordão, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência a concentração nos meses de verão. Apresenta as seguintes médias anuais: temperatura dos meses mais quentes superior a 22°C, dos meses mais frios inferior a 18°C; chuvas entre 1.600 mm e 1.900 mm; umidade relativa do ar de 80% (MAACK, 2002).

A região possui um total de 19 (dezenove) Unidades de Conservação, das quais, 18 de proteção integral nos âmbitos de governo federal, estadual e municipal e uma de uso sustentável (estadual). Dessas áreas protegidas, destacam-se a Estação Ecológica Rio dos Touros, com 1.227,5 hectares; o Parque Estadual das Araucárias, com 1.017,6 hectares; e a Reserva Florestal do Pinhão, com 196,8 hectares de floresta nativa, que, somadas às demais áreas de Parques Municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), confere à região uma área de aproximadamente 8.000 hectares de florestas nativas, representando 0,3% do território da mesorregião Centro-Sul.

A conservação dos biomas da região é contemplada, também, a partir de 2003, pela presença do Programa de Recuperação Ambiental dos Biomas - Projeto Paraná Biodiversidade, o qual possui, na região, o Corredor Araucária, onde as áreas legalmente protegidas e de implantação de programas de recuperação estão concentradas na Floresta Ombrófila Mista. Por outro lado, concentra-se nesse espaço uma grande extensão de terras destinadas aos indígenas, consideradas pelo Instituto Ambiental do Paraná, juntamente com o sistema faxinal, como áreas especialmente protegidas e, como tais, assim como as Unidades de Conservação, recebem ICMS ecológico (Lei Complementar nº 59/91). As áreas especialmente protegidas são: uma Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR), para o sistema faxinal, e sete áreas de terras indígenas. As terras indígenas representam 1,71% da área total da mesorregião e 61,7% do total das áreas indígenas no Estado.

Quanto à biodiversidade faunística, a presença de três biomas distintos, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Estacional Semidecidual e os Campos Naturais, determina uma biodiversidade em que as espécies ainda ocorrem de maneira

diversificada e se distribuem por entre os vários ambientes, como os campos, florestas, rios e córregos. Foram registradas 64 (sessenta e quatro) espécies de mamíferos na região, o que indica que, do total da biodiversidade de mamíferos do Paraná (cerca de 140 espécies), 45% têm seu habitat na área desta mesorregião, muitas são dependentes dos remanescentes florestais ainda existentes e, em menor número, há aquelas com hábitos mais sinantrópicos (FUPEF, 1992; SILVICONSULT ENGENHARIA, 1995; SPVS, 1991). Entre elas, ocorrem na região 12 espécies de mamíferos com status críticos ou importantes para a preservação da fauna paranaense (IPARDES, 2002).

Dentre estas, as 8 (oito) espécies de mamíferos ameaçadas de extinção ocorrem na região, 6 (seis) são de maior porte e com baixo potencial reprodutivo e a maioria pertence ao gênero *Leopardus*. Registrou-se, ainda, a ocorrência de três espécies raras de mamíferos e uma na categoria vulnerável (Tabela 2).

Tabela 2 - Relação de Espécies de Mamíferos da Região na Mesorregião Centro-Sul que se enquadram em Categoria Crítica de Preservação – Paraná 1995

Espécie	Nome comum	Status
<i>Chironectes Minimus</i>	Cuíca d'água	Rara
<i>Alouatta Fusca</i>	Bugio	Vulnerável
<i>Agouti Paca</i>	Paca	Ameaçada de extinção
<i>Lontra Longicaudis</i>	Lontra	Ameaçada de extinção
<i>Tapirus Terrestris</i>	Anta	Ameaçada de extinção
<i>Puma Concolor</i>	Suçuarana	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus Pardalis</i>	Jaguatirica	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus Tigrinus</i>	Gato do mato pequeno	Ameaçada de extinção
<i>Leopardus Wiedii</i>	Gato do mato maracujá	Ameaçada de extinção
<i>Pantera Onça</i>	Onça pintada	Ameaçada de extinção
<i>Tayassu Pecari</i>	Queixada	Rara
<i>Silvilagus Brasiliensis</i>	Tapiti	Rara

Fontes: SEMA, FUNAI.

Nota: dados trabalhados pelo IPARDES, 2002.

Com relação à biodiversidade das aves, estas ocorrem no Centro-Sul espécies raras, ameaçadas de extinção, migratórias e comuns. Do total das espécies de aves registradas, estão presentes na região 12 espécies com *status* de ameaçadas de extinção, e sete espécies com *status* raras. De cerca de 700 espécies que ocorrem no Estado do Paraná, foram registradas, nesta região, 321 espécies, distribuídas em 54 famílias, o que representa aproximadamente 46% da

avifauna do Estado do Paraná, demonstrando, desse modo, uma alta diversidade avifaunística na região (Tabela 3).

Tabela 3 - Relação de espécies da Avifauna da Região Centro-Sul enquadradas em categorias críticas de Preservação – Paraná 1999.

Espécie	Nome Comum	Status
<i>Tinamus Solitarius</i>	Macuco	Ameaçada de extinção
<i>Leucopternis polionota</i>	Gavião - Pombo	Ameaçada de extinção
<i>Penelope obscura</i>	Jacuaçu	Ameaçada de extinção
<i>Pipile jacutinga</i>	Jacutinga	Ameaçada de extinção
<i>Amazona vinaceo</i>	Papagaio – de – peito- roxo	Ameaçada de extinção
<i>Pleoceastes robustus</i>	Pica – pau - rei	Ameaçada de extinção
<i>Pyroderus scutatus</i>	Pavó	Ameaçada de extinção
<i>Sarcoramphus papa</i>	Urubu - rei	Rara
<i>Harpagus diodon</i>	Gavião-lombachinha	Rara
<i>Buteo leucorrhous</i>	Gavião-de-sabre-branco	Rara
<i>Aratinga auricapilla</i>	Jandaia	Rara
<i>Polioptila lactea</i>	Balança- robo- leitoso	Rara
<i>Sporophila leucoptera</i>	Chorão	Rara
<i>Biatas nigropectus</i>	Choca-da-taquara	Rara
<i>Ara maracana</i>	Maracanã	Ameaçada de extinção
<i>Macropsalis creagra</i>	Curiango-tesourão	Ameaçada de extinção
<i>Clibanornis dendrocolaptoides</i>	Cisqueiro	Ameaçada de extinção
<i>Oryzoborus angolensis</i>	Curió	Ameaçada de extinção
<i>Anaouospiza moesta</i>	Cigarra-da-taquara	Ameaçada de extinção

Fonte: SEMA.

Nota: Dados trabalhados pelo IPARDES, 2002.

A ictiofauna² da bacia do rio Iguaçu caracteriza-se por conter peixes de pequeno porte, intenso processo de especiação (9 espécies simpátricas de lambaris na comunidade) e grande número de espécies endêmicas. O Médio Iguaçu possui 37 espécies de peixes distribuídas em 13 famílias, sendo 26 espécies endêmicas e duas exóticas (AGOSTINHO; GOMES, 1997; SPVS, 1991; FUPEF, 1992).

O relevo da mesorregião Centro-Sul apresenta declividade de 0 a 10% (até 6° de inclinação do terreno) em 50% da área total, correspondendo a um relevo plano e suavemente ondulado. São áreas aptas à agricultura, permitem utilização de implementos mecanizáveis conforme as normas técnicas de uso e conservação dos solos, em toda a mesorregião, principalmente nas porções sul e central.

² Conjunto de espécies de peixes existentes numa determinada região biogeográfica.

O relevo ondulado ocorre em 30% da área da mesorregião, com declividade de 10 a 20% (até 12°), principalmente nas porções oeste e nordeste. Estes solos são aptos para a agricultura não mecanizada, pecuária e reflorestamento. Apresentam restrições ao uso de mecanização agrícola devido à vulnerabilidade erosiva. Em 15% da área da mesorregião o relevo é fortemente ondulado com declividade entre 20 a 45% (até 24°). Este tipo de relevo ocorre principalmente nos municípios de Palmital, Laranjal, Marquinho, Laranjeiras do Sul, Inácio Martins, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Mangueirinha e Coronel Domingos Soares. São áreas inaptas à agricultura mecanizada e com restrições moderadas para uso na pecuária e reflorestamento.

Na porção sudeste da mesorregião, principalmente em partes dos municípios de Coronel Domingos Soares, Reserva do Iguaçu e Pinhão, ocorre relevo montanhoso, com declividade acentuada, sendo superior a 45% (acima de 25°) e que corresponde a 5% da área total desta mesorregião. Com relação ao uso potencial dos solos para fins agrícolas, a área apresenta 60% de solos do tipo regular, nos quais a vulnerabilidade erosiva é o principal fator físico de restrição.

Essas áreas são potencialmente aptas (2e; 4i+2e; 2e+1a; 2e+1a +4i) para a produção agrícola, sendo ocupadas atualmente por culturas cíclicas de grãos, principalmente soja e milho. Outro fator restritivo para o uso agrícola é a baixa fertilidade dos solos (2ef; 2f), notadamente nos municípios de Pitanga, Santa Maria do Oeste, Goioxim, Campina do Simão, Boa Ventura de São Roque, Turvo, Guarapuava, Candói, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu.

Áreas inaptas a práticas agrícolas ocorrem em 30% da mesorregião (4i), principalmente devido ao relevo acidentado nos municípios de Pinhão, Reserva do Iguaçu, Coronel Domingos Soares, Candói, Foz do Jordão, Nova Laranjeiras e Cantagalo. Na porção sul, em 10% da área total dos municípios de Palmas e Clevelândia, ocorrem áreas inaptas e áreas com aptidão regular (4i+2f; 3m+4i), devido à presença de solos rasos com baixa fertilidade.

5.1.4 Rodovias

O sistema rodoviário da mesorregião Centro-Sul é estruturado por grande eixo, constituído pela BR-277, que corta o Paraná no sentido leste-oeste, ligando

Foz do Iguaçu ao litoral e ao Porto de Paranaguá, passando por Cascavel, Laranjeiras do Sul, Guarapuava e Curitiba. Em outra direção, essa rodovia se interliga com a “Ruta 2” (Rodovia Transparaguáia), alcançando Assunção; ainda seguindo rumo à fronteira com a Bolívia, pela “Ruta 33”, liga-se à La Paz e à Lima, no Peru. A BR-277 constitui, portanto, parte integrante da Rodovia Transversal Panamericana, possibilitando a esses países acesso a portos brasileiros no Atlântico (PARANÁ, 2003).

Construída em etapas, a BR-277 foi inaugurada (em toda sua extensão) em março de 1969, constituindo-se no principal eixo comercial e turístico do Paraná. Exercendo o papel de eixo estruturador, a BR supracitada abriga ramificações, pelas rodovias 466, 373 e 158, permitindo a articulação do Centro-Sul com as demais mesorregiões.

A PR-466 parte de Guarapuava em direção ao norte até atingir Pitanga; desta bifurca-se em duas rodovias: uma que alcança os grandes centros urbanos de Londrina e Maringá, no Norte Central e outra que atinge Campo Mourão, no Centro Ocidental. As outras duas promovem a ligação da mesorregião com o Sudoeste. A BR-373 parte da BR-277, na localidade de Três Pinheiros em direção a Pato Branco, com boas condições de trafegabilidade. A BR-158 inicia-se na cidade de Laranjeiras do Sul, passa por Rio Bonito do Iguaçu (nos limites da mesorregião), Saudade do Iguaçu, Chopinzinho, Coronel Vivida e Pato Branco.

Registra-se ainda a BR-280 que interliga no extremo sul da mesorregião, os municípios de Palmas e Clevelândia a Pato Branco e Francisco Beltrão, principais cidades da mesorregião Sudoeste, bem como a fronteira Barracão na sequência, adentrando a Argentina.

De modo geral, a mesorregião não possui uma malha rodoviária condizente com suas dimensões geográficas, havendo municípios precariamente atendidos por estradas municipais sem pavimentação, tanto ao norte quanto ao sul da BR-277.

Acerca do restante da malha viária, ainda que todos os municípios sejam atendidos por estradas pavimentadas e que, de modo geral, os serviços de manutenção garantam razoáveis condições de trafegabilidade, há forte presença de trechos ruins, segundo identificação do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), distribuídos ao longo de toda a mesorregião.

Rodovias Federais:

- ✓ BR 277 ligando Guarapuava a Curitiba;
- ✓ BR 373 ligando Guarapuava a Pato Branco.

Rodovias Estaduais:

- ✓ PR 466 ligando Guarapuava - Pitanga se ramificando para Apucarana – Londrina e em outra direção para Campo Mourão;
- ✓ PR 456 e PR 158 ligando Santa Maria do Oeste, Palmital e Laranjeiras do Sul;
- ✓ PR 170 ligando Guarapuava ao Sudoeste Paranaense.

O acesso a BOA VENTURA DE SÃO ROQUE ocorre pela Rodovia Estadual PR 466. Quanto ao transporte aéreo da região é possível citar o Aeroporto do Município de Guarapuava (Figura 3) como o de maior destaque denominado Aeroporto Regional de Guarapuava Tancredo Thomas de Farias, e também o maior aeroporto da região e em volume de pousos e decolagens regulares. Está localizado na BR 277, Km 342, região sul do Município. Depois de passar por adequações e certificação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), passou a oferecer voos comerciais com destino a Campinas (SP).

Figura 3 - Aeroporto Regional de Guarapuava



Fonte: Google Search, 2021.

O nível de centralidade na mesorregião Centro-Sul confirma que as principais centralidades apontadas na hierarquia é Guarapuava, com nível forte; de forte para médio os municípios de Laranjeiras do Sul e Palmas; com nível médio para fraco de centralidade, o município de Pitanga. Seguindo os parâmetros conforme o (IPARDES, 2002).

A construção do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) tem particular importância ao expor as desigualdades de forma abrangente e comparativa, permitindo que diferenças nos indicadores possam se tornar instigadoras da gestão pública. É importante destacar que a variação do índice entre 1991 e 2010 foi bastante positiva para o conjunto dos municípios, acompanhando a melhora generalizada do Estado, sem, contudo, representar mudanças mais favoráveis, uma vez que alguns municípios ainda estão no nível de baixo ou médio desenvolvimento.

Verifica-se que BOA VENTURA DE SÃO ROQUE logrou expressivo desenvolvimento, passando do índice muito baixo em 1991 para índice médio em 2010 (Tabela 4). Portanto, está em boa colocação comparado aos municípios vizinhos de mesmo porte.

Tabela 4 - IDH-M de municípios próximos a BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Cidade	IDH-M 1991	IDH-M 2000	IDH-M 2010
Boa Ventura de São Roque	0,208	0,525	0,655
Guarapuava	0,473	0,632	0,731
Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,706
Pitanga	0,381	0,575	0,702
Palmas	0,439	0,568	0,660
Palmital	0,316	0,509	0,639
Mato Rico	0,239	0,483	0,632
Santa Maria do Oeste	0,282	0,475	0,609
Laranjal	0,261	0,419	0,585

Fonte: IBGE, 2021.

Em relação aos indicadores usados para determinar o IDH-M observa-se que houve avanços no crescimento dos índices, reflexo importante detectado principalmente em função dos recursos garantidos por lei para educação e saúde, que refletiram no aumento dos índices de educação e longevidade.

Como evidenciado anteriormente, o IDH-M do município apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o IDH-M do Estado do Paraná passou de 0,650 para 0,749. No mesmo período, a evolução do índice foi de 27,18% no município, e 15,23% na UF. Por isso, há avanços, embora ainda esteja na 351ª colocação do ranking estadual, que conta com 399 municípios, necessitando de investimentos contínuos para avançar na tabela.

E ao levar em conta as dimensões que compõem o IDH-M, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o item Longevidade apresentou alteração 14,90%, Educação apresentou alteração 72,27% e Renda apresentou alteração 3,93%. (IBGE, 2021).

Ressaltando a necessidade de melhorias básicas no Município, tem-se que para a renda per capita, em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE é de R\$ 415,44 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2010), renda mediana se comparado aos municípios da região de Pitanga. Entretanto, a cada ano o Município tem demonstrado fortes tendências de crescimento de renda *per capita* em função do aproveitamento de produtos primários.

A região Centro-Sul tem uma densidade demográfica de 22,18. Ao todo, são 155.922 domicílios. Já na microrregião de Pitanga a densidade é de 13,26 e o total de domicílios chega a 29.313, sendo que há ausência de saneamento básico para praticamente 5 mil do total desses domicílios.

Na microrregião, o grau de urbanização é de 46,36%. Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, este índice é ainda menor, de 23,56% com base em dados de 2010. Todavia, em 2000 era de 15,93%. Quanto à distribuição de renda os valores da renda *per capita* mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam um crescimento da renda no Município entre os anos mencionados. A renda per capita mensal era de R\$ 357,81, em 2000, e de R\$ 415,44, em 2010, a preços de agosto de 2010.

Dos aspectos relacionados à área de Saúde Pública, pode-se dizer que BOA VENTURA DE SÃO ROQUE pertence à 5ª Regional de Saúde, da região de

Guarapuava, onde são encaminhados os usuários para atendimento hospitalar. Os pacientes do Município são atendidos com os serviços de Assistência Básica à Saúde (APS) no próprio município e os serviços essenciais e hospitalares de médio e grande vulto em hospitais de Pitanga, Guarapuava e Curitiba.

A Regional contempla 20 municípios, numa área de 19.984 km² e uma população de 4,30% do Paraná. Ao todo, o Estado conta com 22 Regionais de Saúde para dar conta dos 399 municípios.

Na região existem 16 hospitais – três em Guarapuava, dois em Cândido de Abreu, dois em Roncador e um hospital para cada um de outros nove municípios. Os municípios de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Campina do Simão, Laranjal e Mato Rico não possuem hospital. Portanto, dos 1.131 leitos hospitalares existentes em 12 municípios da região, aproximadamente 56% estão em Guarapuava, distribuídos entre leitos de clínica médica, leitos de pediatria, leitos psiquiátricos, leitos cirúrgicos e leitos obstétricos, além de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O município de Pitanga tem outros leitos hospitalares no território, distribuídos proporcionalmente entre leitos cirúrgicos, leitos obstétricos, leitos de clínica médica e leitos de pediatria.

De modo geral, na grande maioria dos municípios a pauta agrícola é pouco diversificada e reproduz o padrão concentrado da mesorregião Centro-Sul, com predominância dos cultivos de soja e milho.

Na mesorregião, as amplas áreas de reservas nativas e de reflorestamento favorecem as atividades que têm como base a matéria-prima silvícola (desdobramento, lâminas e chapas, celulose, papel e papelão, artefatos e embalagens, e mobiliário), constituindo sua principal atividade. Em que pesem alguns avanços no setor de carne bovina, malte e erva-mate, o setor madeireiro é o que move a indústria da mesorregião, com nítida tendência de continuidade nesta matriz industrial.

De acordo com o Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o valor bruto da produção agrícola de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE da safra 2019/2020 foi de 25.100,0 ha e 97.890,0 toneladas.

A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um

indicador das desigualdades sociais ao dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na qualidade de vida. Sob o ponto de vista da abrangência do atendimento desses serviços, o abastecimento de água por rede, na maioria das mesorregiões paranaenses, apresenta-se bastante extensivo em áreas urbanas.

Dentre as regiões turísticas do Paraná, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está na região intitulada Entre Matas, Morros e Rios, que possui estradas e caminhos históricos. É uma área marcada por costumes de tropeiros, cavalgadas e eventos que salientam a cultura tradicional. Destaca-se, por exemplo, o Caminho do Peabiru, no entorno de Pitanga e Palmital. Além disso, Pitanga contempla o Marco Geodésico do Estado do Paraná.

5.1.5 Informações Geopolíticas do Município

A área total do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE é de 621,427 km² (IPARDES, 2021). Segundo a Prefeitura do Município em questão, as confrontações e as divisas municipais existentes ficam configuradas da seguinte forma:

- ✓ 1 - COM O MUNICÍPIO DE PITANGA - inicia na cabeceira do Rio Marrequinha, desce por este até sua foz no rio Pitanga, desce por este até sua foz no Rio Ivaí.
- ✓ 2 - COM O MUNICÍPIO DE CÂNDIDO DE ABREU - inicia na foz do Rio Pitanga no Rio Ivaí, sobe por este até a foz do Rio Pedrinho;
- ✓ 3 - COM O MUNICÍPIO DE TURVO - inicia no rio Ivaí na foz do rio Pedrinho, sobe por este até a foz do rio Bonito subindo por este até encontrar a estrada Saudade/Santa Maria;
- ✓ 4 - COM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE - inicia no encontro do Rio Bonito com a estrada Saudade/Santa Maria; segue por esta na direção geral Oeste até encontrar o Arroio Buriti, desce por este até sua foz no Rio Araguaí, sobe por este até a foz do Arroio Corrente ou Rio Pocinho, sobe por este até sua cabeceira. Deste ponto em diante segue na direção geral Noroeste pelo divisor de águas até encontrar a cabeceira do Rio Marrequinha.

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE tem como limites confrontantes ao norte com o município de Pitanga – divisa por água Rio Marrequinha e Pitanga, a Oeste município de Santa Maria do Oeste – divisa por água Rio Araguaí e Arroio Buriti, ao Leste com Cândido de Abreu – divisa por água Rio Ivaí e Rio Pedrinho a ao Sul o município de Turvo – divisa por água Rio Pedrinho e Bonito.

Quanto às influências externas sobre o território do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, pode-se afirmar que a proximidade com os principais municípios polos da região (Pitanga e Guarapuava) ajuda a suprir as deficiências locais tanto no que se refere ao setor econômico quanto de necessidades básicas. O município está numa distância de 314,72 km da Capital do Estado, a 23,7 km da sede do município de Pitanga e a 65 km de Guarapuava. BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está centralizada no Estado, tendo potencialidade de desenvolvimento em função da sua posição geográfica, a partir de melhorias das infraestruturas, principalmente viárias, proporcionando melhor acessibilidade ao seu território.

5.1.6 Metodologias de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP)

A metodologia adotada nesta fase é a de Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP). Trata-se de uma sistemática de organização dos dados levantados que possibilita sua análise de forma compreensível, sendo um instrumento de muita eficiência na apresentação e discussão de PDM.

A visão de forma sintética proporcionada por este método é também extremamente eficaz para a definição de estratégias de ações, visando dar um rumo ao Município em relação a diversos aspectos. Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas:

a) Condicionantes

As condicionantes são os elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados, devendo ser mantidos ou preservados pelo Plano Diretor Municipal Participativo. O caráter das condicionantes pode ser espacial, funcional, ambiental, de infraestrutura, socioeconômico, administrativo ou legal;

b) Deficiências

Entendem-se como deficiências situações que significam problemas qualitativos e quantitativos no contexto urbano e rural e que devem ser alterados, melhorados ou eliminados. Assim como as condicionantes, as deficiências também podem ser de caráter espacial, funcional, ambiental, de infraestrutura, socioeconômico, administrativo ou legal;

c) Potencialidades

Entendem-se como potencialidades elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitados adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano e rural, sanando suas deficiências ou desenvolvendo-o no sentido de melhorar seu estado atual.

De forma abrangente as três Categorias incluem (Tabela 5):

Tabela 5 - Aspectos Regionais: Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE em 2008

Aspectos Regionais		
Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
✓ Área de influência; ✓ Relação com os Municípios vizinhos; ✓ Localização na região Centro Sul do Estado.	✓ Fora dos eixos principais de entroncamento viário, proporcionando certo “isolamento” prejudicando vários setores da economia local; ✓ Falta de acessibilidade ao município, dificultando a integração com outros municípios da região; ✓ Setor de comércio e serviço incipiente devido à proximidade com os municípios polos da mesorregião Centro Sul, que impedem o seu crescimento local. ✓ Acesso a sede urbana bem aquém do ideal, sendo necessárias intervenções para atrair investimentos dando uma nova visão ao entroncamento viário com a PR-466; ✓ Estabelecer melhorias significativas com relação ao atendimento de Saúde	✓ Município localizado no centro geográfico do Estado do Paraná; ✓ Proximidade com Polos Regionais relevantes (Guarapuava e Pitanga) principalmente no que se refere à agroindústria e capacitação de mão-de-obra; ✓ Município Tranquilo com boa qualidade de vida com excelente potencial ambiental; ✓ Potencializar regionalmente no setor de Turismo rural e ecológico; ✓ Potencializar empreendimentos voltados ao Turismo rural; cadastrar propriedades, incentivar a instalação de equipamentos como cafés coloniais, trilhas, Cavalgadas, hospedarias e pousadas; ✓ Potencial para diversificação da economia local (Agronegócio).

- ✓ hospitalar na região;
- ✓ Incrementar parcerias com a Copel, SEBRAE e com os outros municípios da AMOCENTRO;
- ✓ Incentivo ao homem do campo principalmente no programa de agricultura familiar, visando conter as migrações para fora do município.
- ✓ Estruturar o Parque Municipal da Farinheira potencializando como estrutura turística regional;
- ✓ Forte potencial cultural em função da presença da colonização ucraniana (na gastronomia, arquitetura e nas festividades).
- ✓ Com vocação essencialmente agrícola, prevalecem às pequenas propriedades, com utilização da mão-de-obra familiar.
- ✓ Formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –CIDERS da região central do Paraná

Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2008.

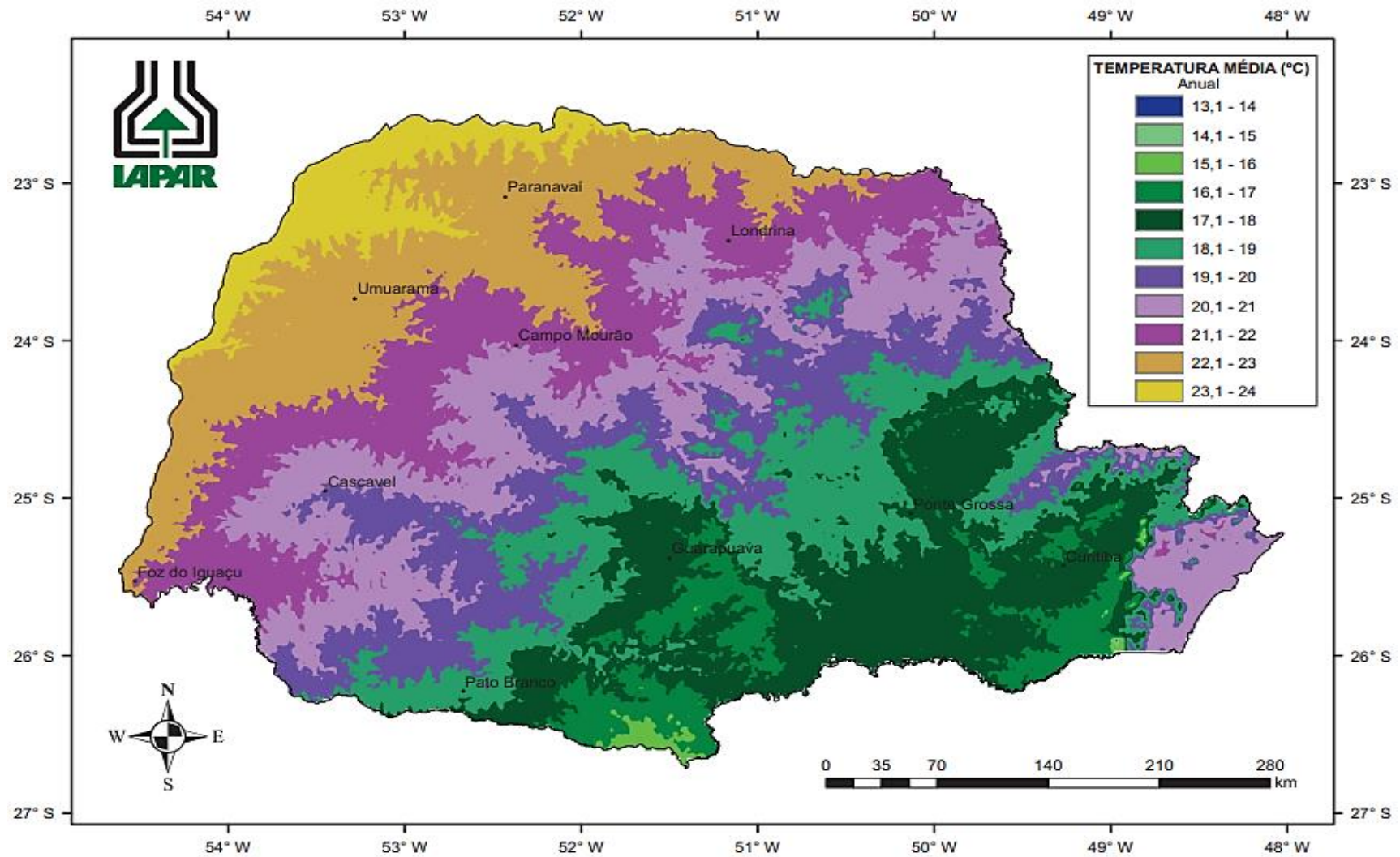
5.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

5.2.1 Clima

O Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE encontra-se na zona de clima quente-temperado subtropical, fresco e até frio no inverno. Segundo a classificação de Köeppen, o clima é do tipo Cfb, que se caracteriza por ser subtropical úmido, mesotérmico, com verões frescos e ocorrência de geadas severas, embora nos últimos anos a incidência de geadas tenha diminuído consideravelmente, se comparada aos anos anteriores. O clima apresenta temperatura média anual de 19° C (Figura 4).

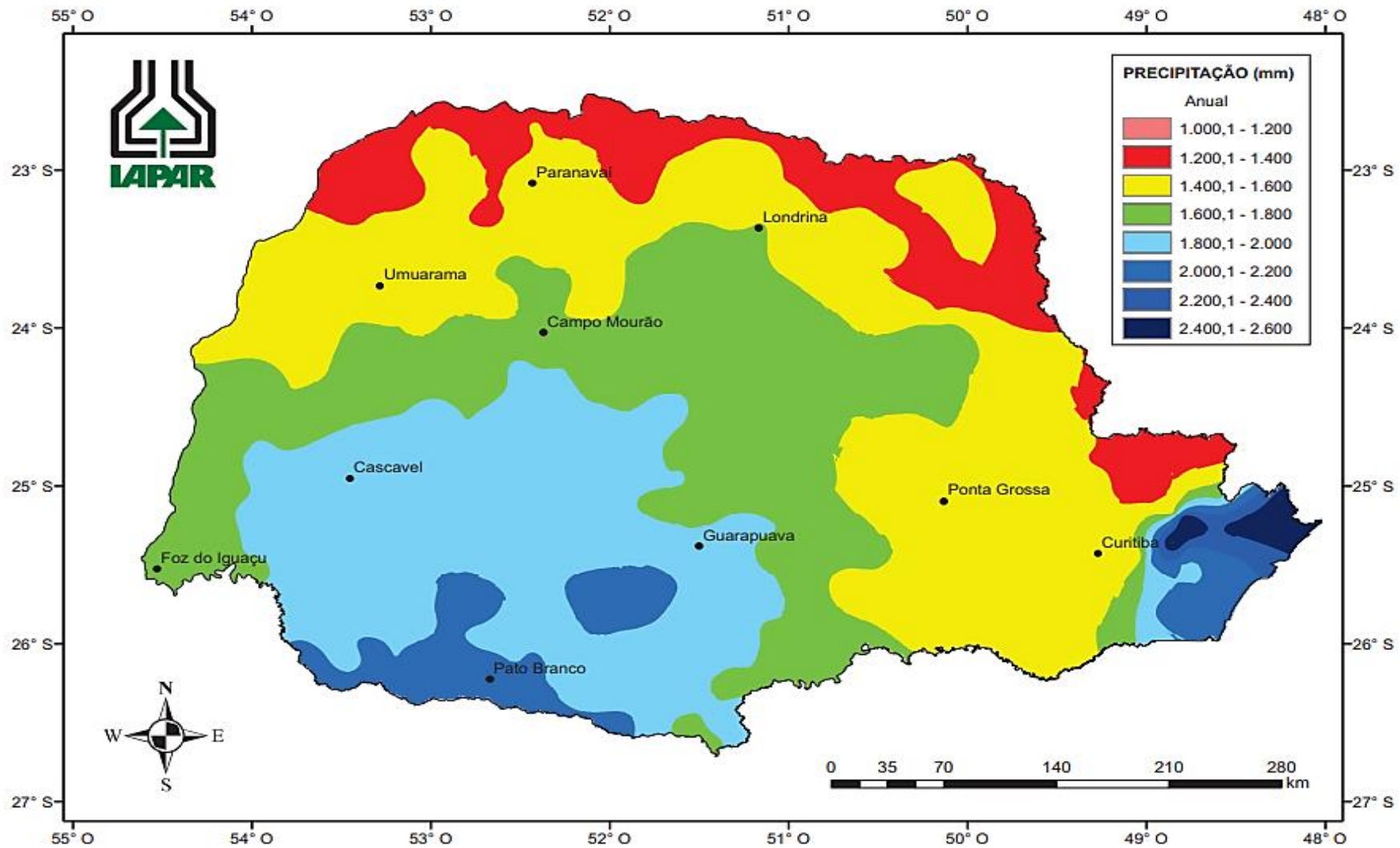
O mês mais chuvoso é janeiro e o mês de agosto é considerado o mais seco com precipitação média anual é de 1.800 a 2.000 mm (Figura 5) (IAPAR, 2019).

Figura 4 – Mapa Temperatura Média Anual no Paraná



Fonte: IAPAR, 2019.

Figura 5 – Mapa de Precipitação Média Anual do Paraná



Fonte: IAPAR, 2019.

5.2.2 Relevô

O Estado do Paraná possui em sua configuração de relevô quatro paisagens naturais, o Litoral, o Primeiro Planalto, o Segundo Planalto e o Terceiro Planalto.

A mesorregião Centro-Sul está localizada, em toda sua extensão territorial, no Terceiro Planalto ou Planalto do Trapp do Paraná, o qual é constituído por derrames basálticos. A configuração de sua paisagem é bastante uniforme, determinada pelas formas de mesetas (pequenos planaltos) e patamares (planaltos pouco elevados, em geral arenosos). O trabalho erosivo dos rios determinou a formação de um relevô de altas declividades, entre 25% e 50% em certos locais da região. No sentido leste, a Serra da Esperança separa a mesorregião do Segundo Planalto. A alteração das rochas basálticas, associada ao clima da região, deu origem aos solos do tipo terra roxa, nos quais os solos mais profundos ocupam áreas mais aplainadas e suavemente onduladas. As superfícies de maiores declividades são ocupadas por solos rasos, dentre os quais se ressaltam cinco tipos:

- ✓ Latossolos, de baixa fertilidade natural, onde ocorre processo de lixiviação intensa provocada pelas chuvas;
- ✓ Latossolos bruno e roxo, muito ácidos e com baixa fertilidade;
- ✓ Terra roxa estruturada, com solos profundos, argilosos, bem drenados e com elevada fertilidade natural;
- ✓ Litólicos, solos pouco profundos e muito suscetíveis à erosão;
- ✓ Cambissolos, solos rasos, drenados e pouco profundos (MAACK, 2002).

O Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está localizado em terrenos do período Cretáceo da era Mesozóica no Terceiro Planalto de Guarapuava. Constituído por rochas vulcânicas como: basalto, diabásios, meláfios e depósitos de arenitos (Botucatu e Caiuá).

De acordo com a Prefeitura Municipal, a topografia é formada por rochas basálticas da era Mesozóica, as quais submetidas às condições climáticas deram origem ao latossolo roxo, distrófico ou Álico, Litólico Álico e Cambissolo Álico, além das inclusões de géis e hidromórficos sem expressão. Os respectivos percentuais são: Latossolo Roxo 35%, Cambissolo Álico 35% e Litólico Álico 30%.

Predomina nessa região o relevô do tipo suave ondulado a ondulado em uma pequena extensão, sem restrições à mecanização agrícola. Na extensão maior,

parte Norte do Município, apresenta um relevo, fortemente, de ondulado a montanhoso que dificulta a mecanização agrícola.

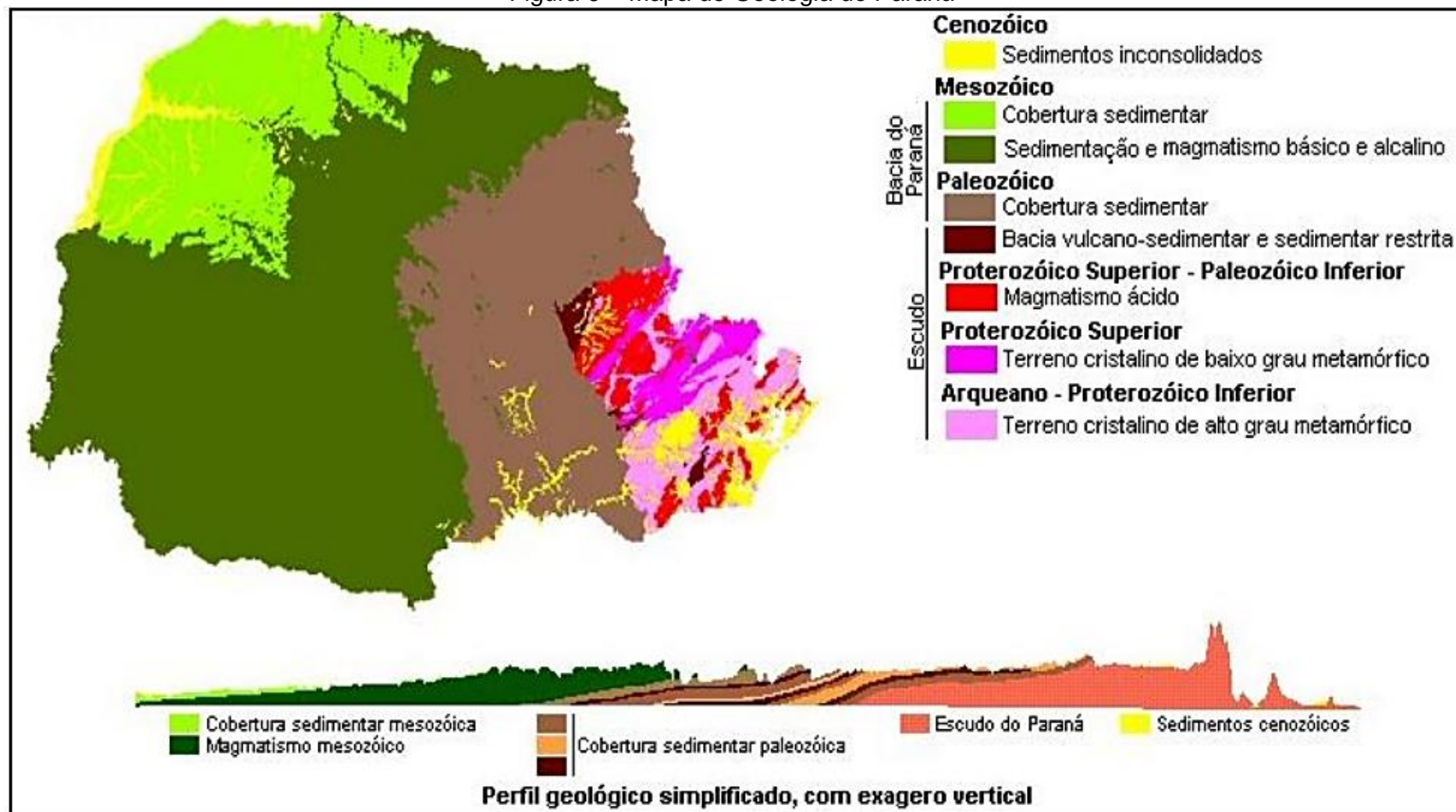
A feição geomorfológica dominante é uma série de patamares em função de três fatores:

- ✓ A sucessão de derrames basálticos;
- ✓ A erosão diferencial;
- ✓ O desnível de blocos falhados.

O mapa (Figura 6) apresenta o Estado do Paraná e as várias unidades classificadas de acordo com a idade geológica.

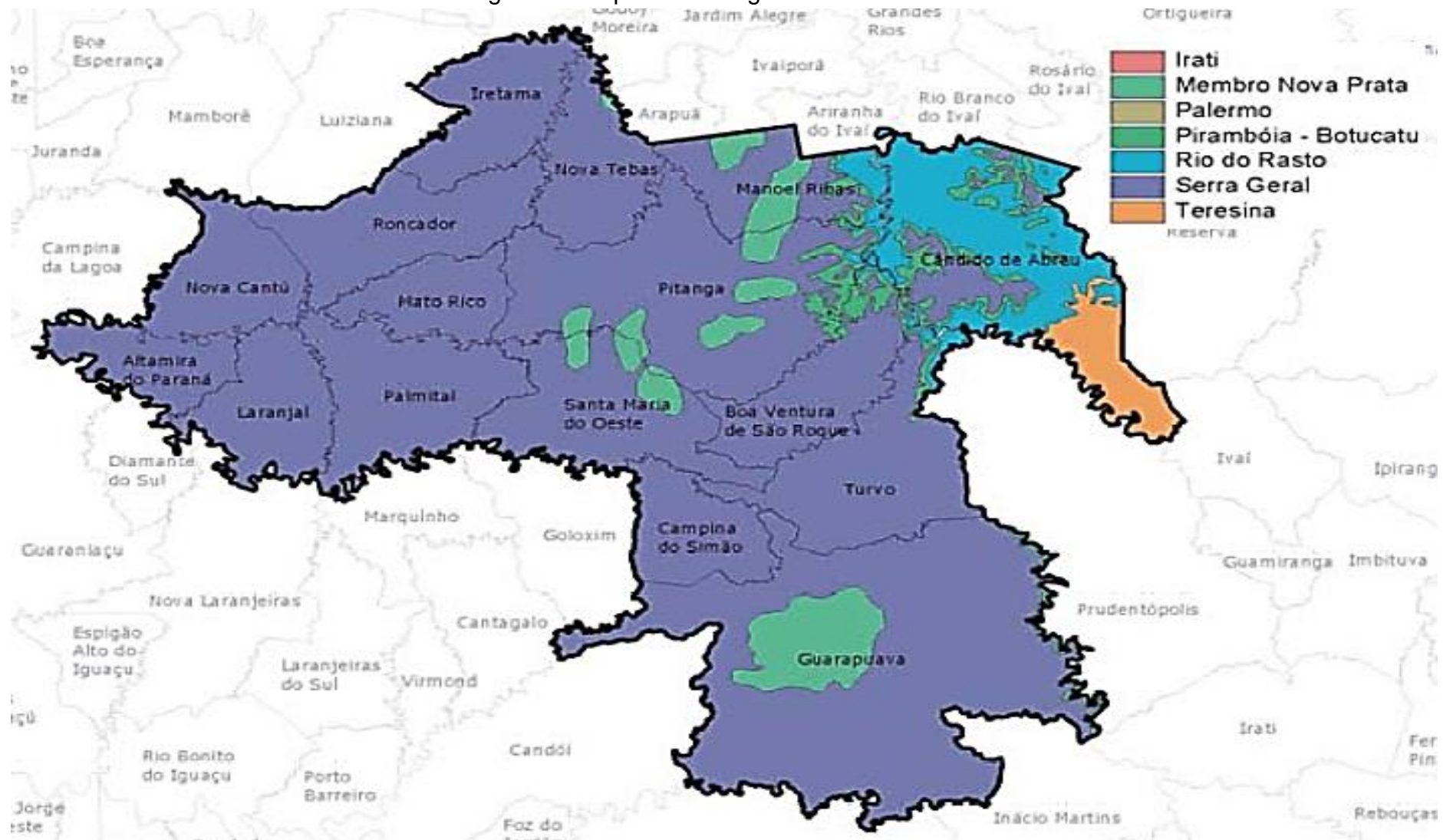
Na sequência, o Mapa (Figura 7) mostra a região Centro do Estado do Paraná, onde está localizado o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

Figura 6 – Mapa de Geologia do Paraná



Fonte: Mineropar, 2014.

Figura 7 - Mapa de Geologia do Paraná Centro



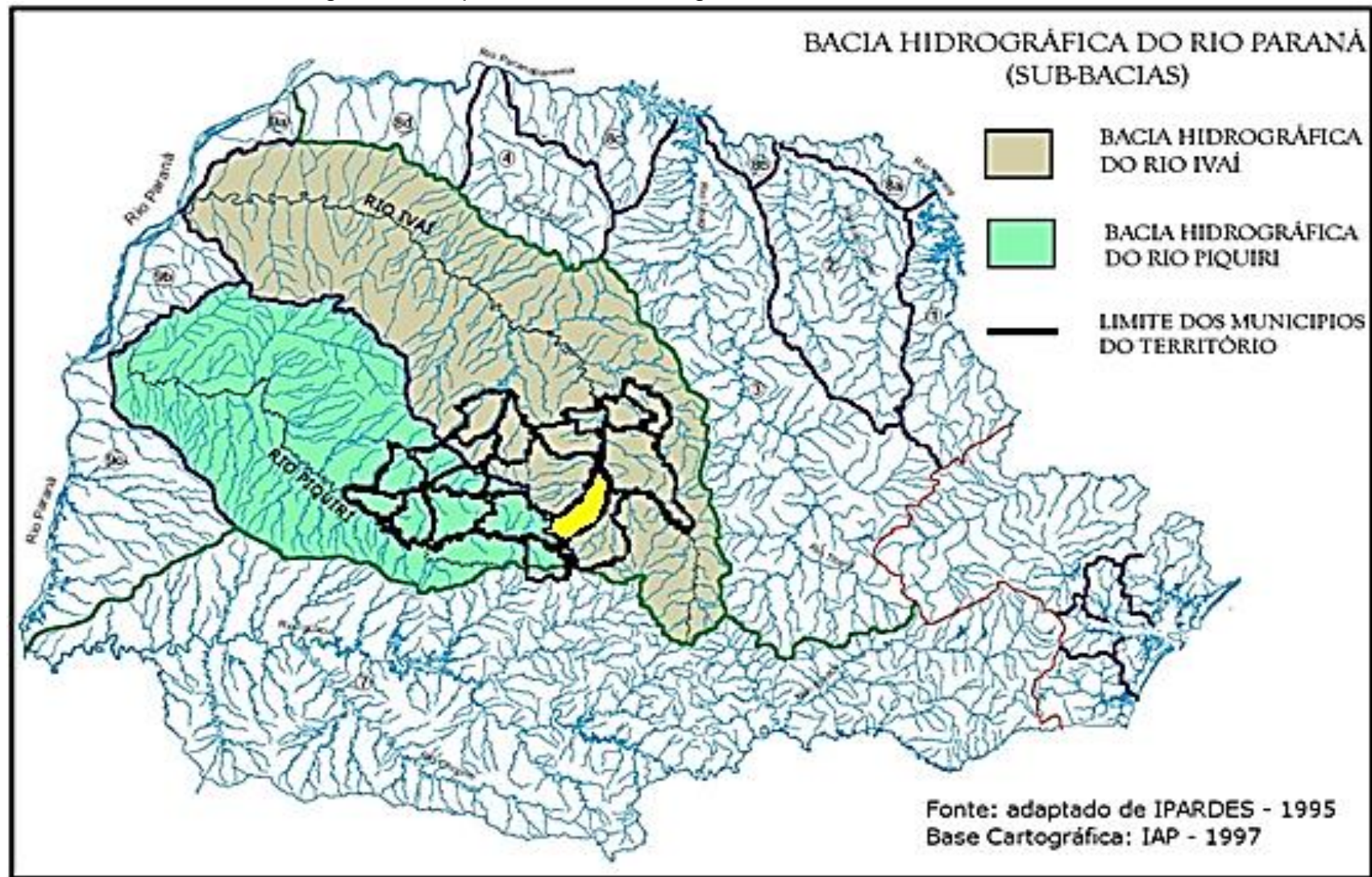
Fonte: Mineropar, 2001.

O relevo de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE pode variar de plano a ondulado, embora, em algumas áreas, principalmente próximas ao Rio Ivaí, ocorram relevos de fortemente ondulados a montanhoso. Dessa forma, a topografia do Município tem íntima relação com a intensa dissecação dos vales, o que condiciona a ocorrência de duas regiões bem definidas: uma dela corresponde à metade sul, caracterizada por declividades médias de 0 a 20%, e a outra referente à metade norte com declividades superiores a 20%, exceto nos topos planos dos morros.

5.2.3 Hidrografia

Com relação ao potencial hídrico das águas superficiais, a região destaca-se pela presença da porção média do curso dos Rios Ivaí e Piquiri. O Território Paraná Centro está, em sua maior parte, dividido entre duas bacias hidrográficas: a do Rio Ivaí e a do Rio Piquiri, ambos importantes afluentes para a formação do lago de Itaipu no Rio Paraná (Figura 8).

Figura 8 – Mapa das Bacias Hidrográficas do Território Centro do Paraná



Fonte: IPARDES, 2003.

O curso do Rio Ivaí percorre a divisa entre o município de Cândido de Abreu e os municípios de Turvo, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Pitanga e Manoel Ribas passando também nos limites do município de Rio Branco do Ivaí. O Rio Ivaí está localizado a nordeste da região e tem uma extensão total de 685 km e aproximadamente 54,5 km cortam o território da região.

O Rio Piquiri tem extensão total aproximada de 485 km e, aproximadamente 179 km de seu curso, passa pelo território da mesorregião Centro-Sul. A sua nascente está localizada no município de Campina do Simão. Percorre parte do contorno Sul do território, nos limites dos municípios de Santa Maria do Oeste, Palmital, Laranjal e Altamira do Paraná.

Os principais rios que drenam a área territorial do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE são: Rio Marrequinha, Rio Bonito, Rio Pedrinho, Rio do Corvo, Rio Carazinho, Rio do Tigre, Rio das Antas, Rio Pitanga, Arroio Buriti e Arroio Corrente dos Pocinhos entre outros. Observa-se que a maioria dos rios acima mencionada nasce no extremo sul do Município correndo no sentido sudoeste-nordeste em direção à calha do Rio Ivaí. O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está com 96% de seu território na bacia hidrográfica do Rio Ivaí e apenas 4% na bacia do Rio Piquiri no extremo sudoeste do território municipal.

Observa-se (Tabela 6) os principais rios que cortam o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, bem como seus afluentes.

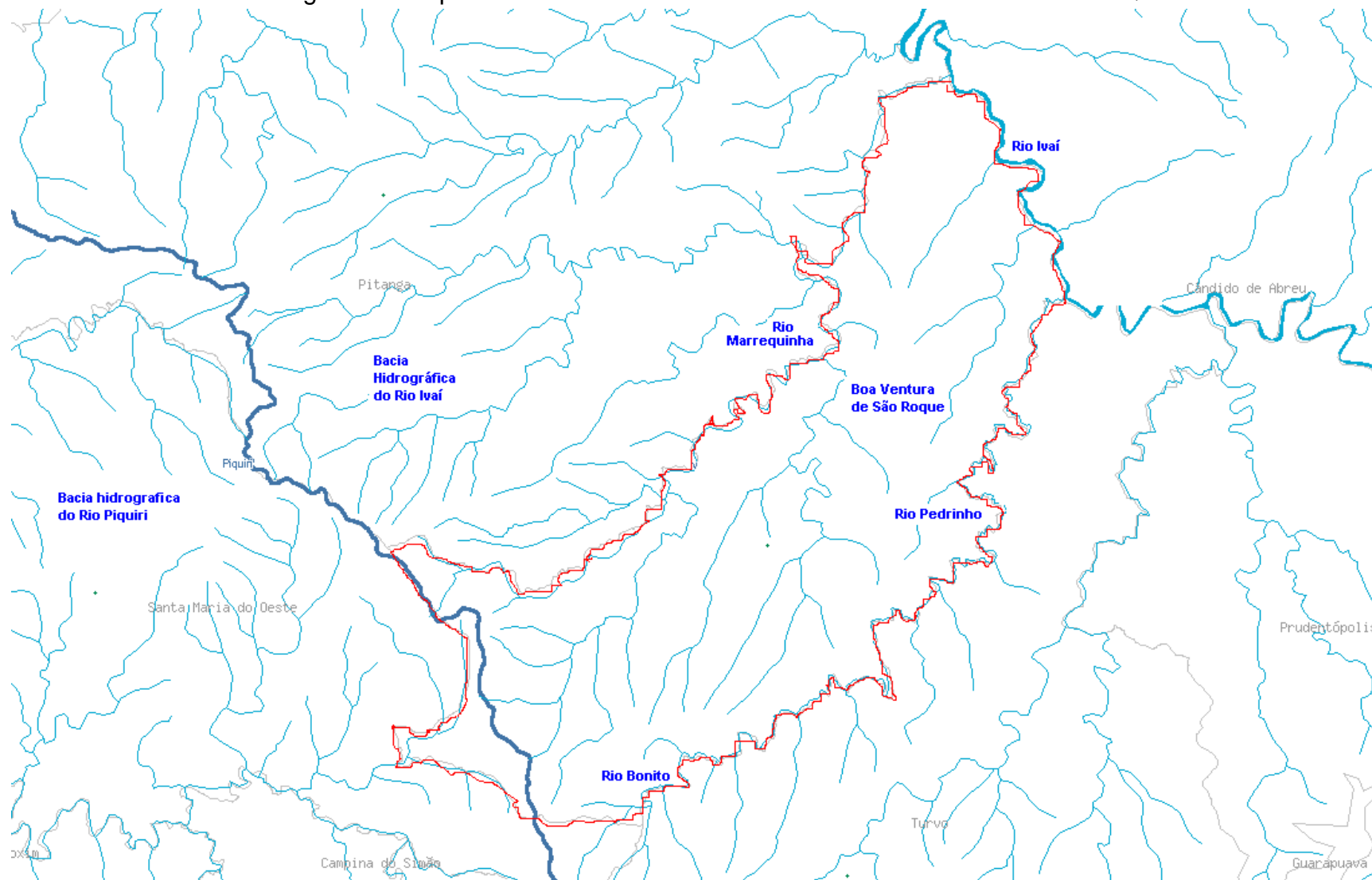
Tabela 6 – Rios e córregos que banham o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e seus afluentes

Rios	Afluentes
Rio Pitanga	Arroio Tuneiras
Rio Ivaí	Rio Carijó, Arroio Pinhalzinho, Arroio da Cachoeirinha, Rio Pedrinho e Rio Pitanga
Rio Marrequinha	Rio Carazinho, Rio do Corvo, Arroio Água Velha
Rio Pedrinho	Arroio do Grissa e Rio Bonito
Rio Bonito	Rio Matão
Rio Carazinho	Arroio da Baliza, Arroio Tigrinho e Rio das Antas
Arroio Corrente dos Pocinhos	Arroio do Ouriço e Rio Araguaí
Rio do Corvo	Arroio Chupador, Rio Cristo Rei e Rio do Tigre

Fonte: Prefeitura de Boa Ventura de São Roque.

O mapa das bacias (Figura 9) destaca o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

Figura 9 – Mapa das Bacias com ênfase em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE



Fonte: IPARDES, 2003.

5.2.4 Vegetação

A mesorregião encontra-se nos domínios fitogeográficos de três biomas distintos: Floresta Estacional Semidecidual – FES; Floresta Ombrófila Mista – FOM e Campos Naturais. Segundo o levantamento fitogeográfico feito por Maack, em 1950, a cobertura vegetal original da região Centro-Sul era 63% de FOM original, 24% de Campos Naturais e 13% de FES alterada e aluvial (IPARDES, 2004).

Para a Prefeitura Municipal, a vegetação natural do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, é formada por mata subtropical de coníferas, mais conhecida como Florestas de Araucária. Nesta se destacam as espécies nativas: Pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia) que aparece como espécie vegetal principal, com incidência também de outras espécies nativas, Cedro, Angico, Canafístula, Peroba, imbuía e erva-mate. Além deste tipo de floresta, é possível encontrar, principalmente próximo à calha do Rio Ivaí segmentos da Floresta Estacional Semidecidual (IPARDES, 2004).

As áreas de matas ciliares, onde a agricultura é restrita ao trabalho braçal as matas continuam intactas. Contudo, onde a mecanização agrícola não possui nenhuma restrição, a vegetação ciliar encontra-se totalmente destruída. Conforme a lei, todo proprietário de terras que invista na produção agrícola, deverá deixar ao longo das margens ou leito de rios uma faixa de trinta metros ou mais dependendo da largura do rio confrontante, para evitar erosão e danos ao meio ambiente.

5.2.5 Condicionantes Geotécnicas

Os Litotipos existentes no município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE compreendem as rochas da Formação Serra Geral que engloba o Trapp basáltico toleítico. As rochas basálticas apresentam uniformidade de composição, constituídas principalmente por plagioclásios cálcicos como labradorita, augita e pigeonita com minerais subordinados como titano-magnetita, apatita, quartzo, feldspato potássico e raramente biotita. A textura é basáltica rica em vidro intersticial.

De modo geral as topossequências no município são representadas por Terra Roxa Estruturada em relevos do tipo suave ondulado; por Latossolo Roxo e Terra Bruta Estruturada com associações em relevo ondulado à suave ondulado; por Cambissolos em relevo ondulado e por solos Litólicos em relevo de forte ondulado até montanhoso.

A Terra Roxa Estruturada ocorre na porção norte do Município recebendo a seguinte classificação “Associação terra roxa estruturada distrófica com relevo ondulado + latossolo roxo distrófico com relevo suave ondulado”. Estes solos são aptos para a agricultura em geral, mas requerem grandes quantidades de fertilizantes e corretivos para adequar sua fertilidade natural que varia de baixa à média. A principal limitação que apresentam, refere-se a uma moderada susceptibilidade à erosão no primeiro componente da associação, a qual pode ser controlada com muita eficiência, com o emprego de práticas conservacionistas intensivas.

O solo é do tipo argiloso – latossolos (80%) na parte central e no sul do território, cujas características apresentam pouca suscetibilidade à erosão, presentes somente nas áreas próximas aos rios e fundos de vales. A parte norte é constituída de Neossolo representando entre 18% e 20% de solos do tipo Cambissolo e Argissolo nos trechos extremos de fundo de vale. Na área urbana a declividade é suave, variando de 0 a 10% e alguns pontos variando de 10% a 20% e outros em 20% a 45% (MINEROPAR, 2001).

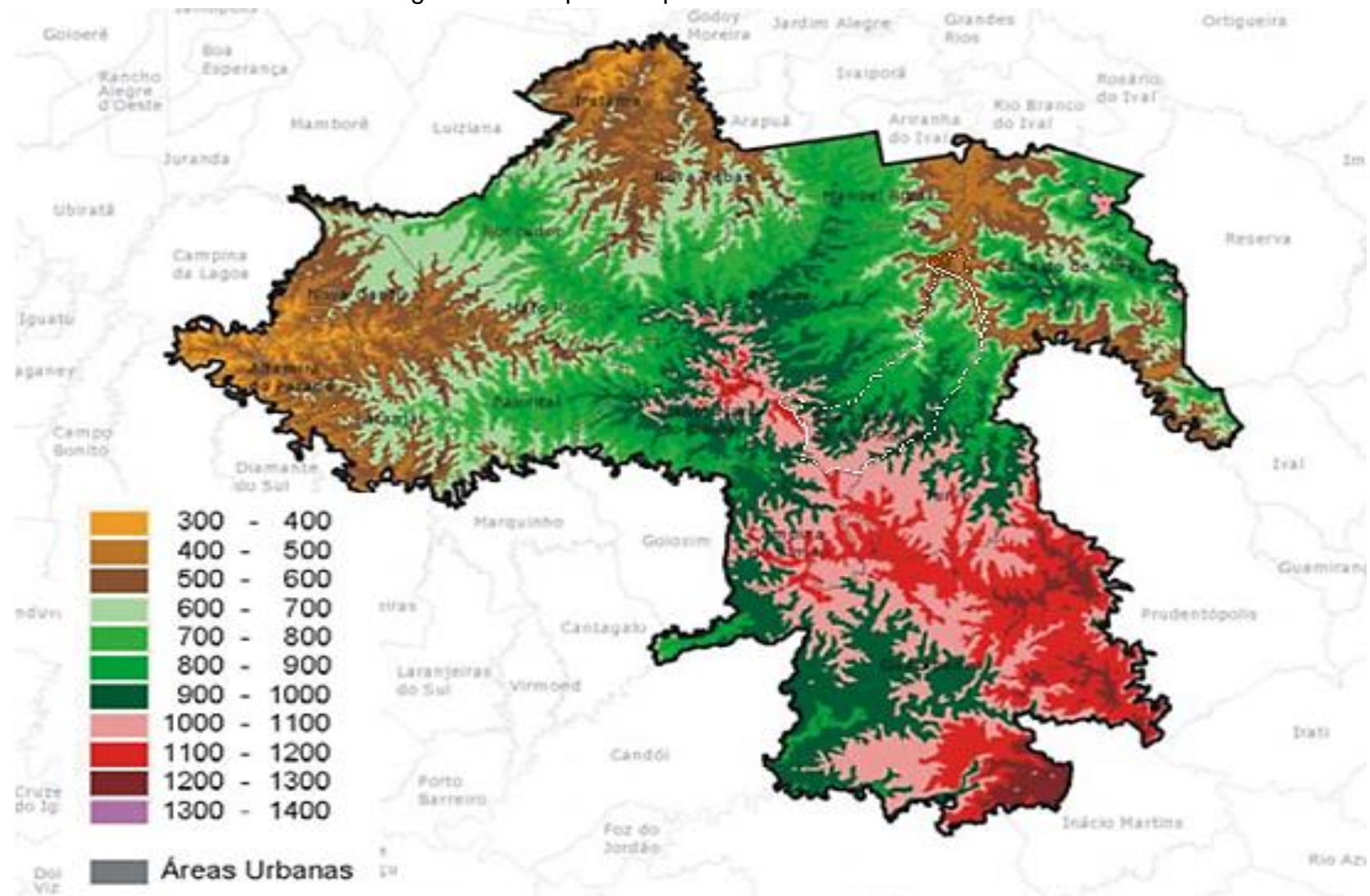
5.2.6 Hipsometria

A altitude média de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE é de 870 metros (IPARDES/IBGE, 2021), localizado no Terceiro Planalto do Paraná. A hipsometria de um local ou região é a representação altimétrica do relevo com relação a um determinado nível horizontal referencial.

A altitude do Município varia de 440 a 1140 m, com uma amplitude altimétrica de cerca de 700 m, porém 61,03% de suas terras situam-se entre altitudes que vão de 860 a 1040 m. Cotas altimétricas abaixo destas ocorrem em 33,32% e, superiores ocorrem em apenas 5,65%. As classes hipsométricas para o município de Boa Ventura de São Roque são apresentadas a seguir (Figura 10). O relevo de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE pode variar de plano a ondulado, embora, em algumas áreas, principalmente próximas ao Rio Ivaí, ocorram relevos fortemente de ondulados a montanhosos.

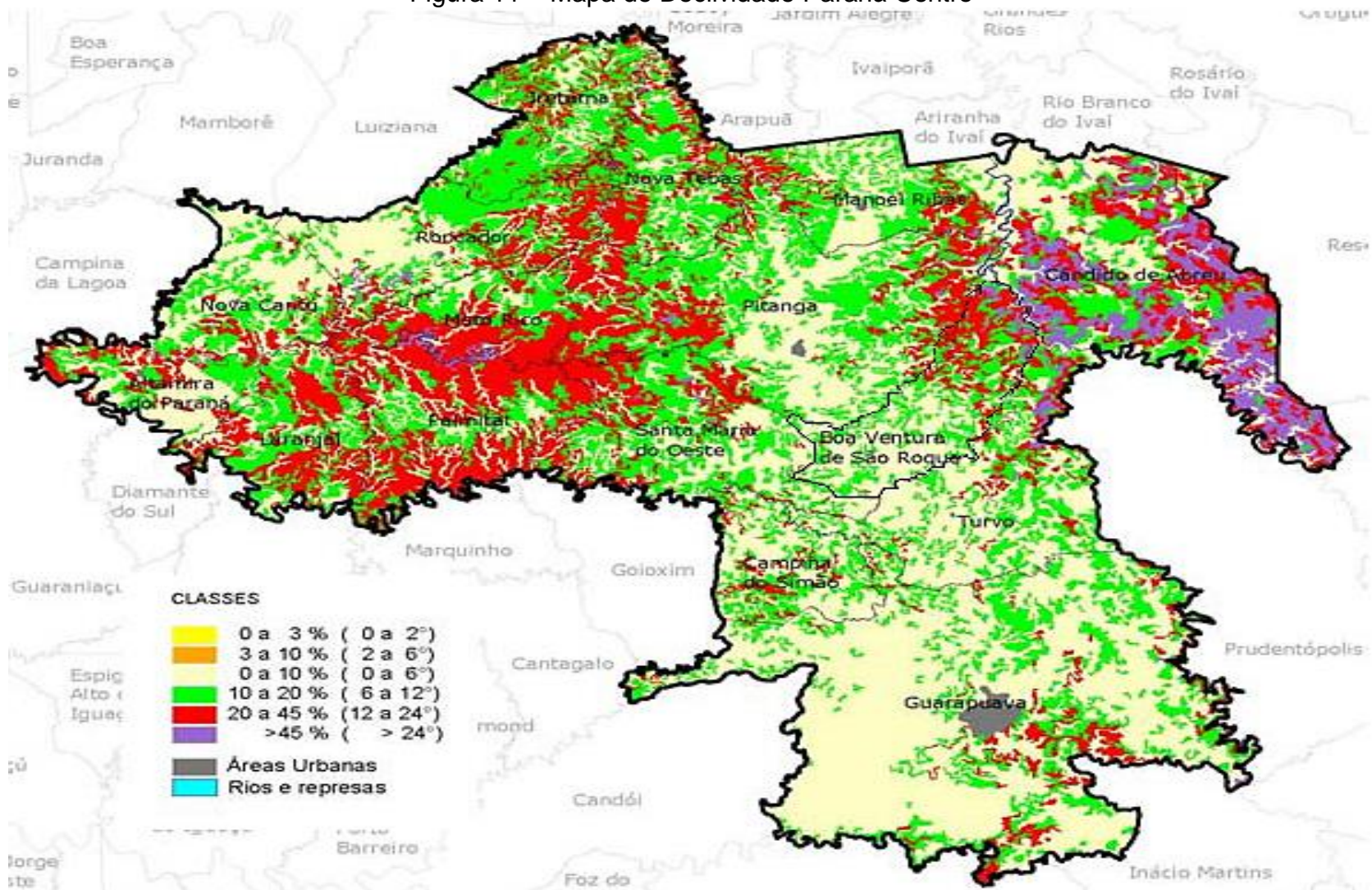
A topografia do Município tem íntima relação com a intensa dissecação dos vales, o que condiciona a ocorrência de duas regiões bem definidas, uma dela corresponde à metade sul, caracterizada por declividades médias de 0 a 20% e a outra se refere à metade norte com declividades superiores a 20% exceto nos topos planos dos morros. A espacialização das principais classes de declividade consta no Mapa (Figura 11).

Figura 10 – Mapa de Hipsometria do Paraná Centro



Fonte: IPARDES, 2019.

Figura 11 – Mapa de Declividade Paraná Centro



Fonte: IPARDES, 2019.

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE possui basicamente três faixas referenciais de altitude. A primeira varia de 440m a 600m, localizada predominantemente ao norte do território municipal em direção ao Rio Ivaí, de 601m a 900m na parte central do município onde está localizada a área urbana, representando cerca de 60% de todo o território. As altitudes na sede urbana variam entre 885 a 950 m, tendo regiões mais baixas como os fundos de vale que circundam a malha urbana. A terceira faixa de 901 a 1140 m está localizada na parte sul e oeste extremo do território municipal.

5.3 ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS

5.3.1 Distribuição da População no Território

A situação do uso e ocupação do território do Paraná, nos dias atuais, se deve aos diversos processos ocorridos ao longo da estruturação da economia e de toda a sociedade paranaense. Cada processo econômico ou social se deu de modo diferenciado quanto a sua abrangência espacial.

Na ocupação do solo para a prática da agropecuária é levada em conta a condição física do território, enquanto que a ocupação da área urbana tende a ser decidida pelos aspectos de infraestrutura e condições de moradia oferecidas para a população presentes no local.

Considerando os diferentes meios de ocupação e as diferenças de cada um, em épocas distintas, em uma perspectiva regional bem como as tendências do Município em estudo, é possível chegar a uma análise mais geral sobre a história da ocupação socioeconômica de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, a realidade atual e uma previsão para a ocupação futura.

O Município mais populoso da microrregião é Pitanga, que sozinho representa grande parte da população. BOA VENTURA DE SÃO ROQUE corresponde a cerca de 8% da população total da microrregião ficando à frente de Mato Rico e Laranjal.

A mudança na distribuição espacial da população paranaense nas últimas décadas ocorre, principalmente, pela variação da população rural entre 1970 e 2010. Esse êxodo da população da zona rural para as cidades ocorre principalmente pela adoção de práticas de agropecuária que agregam grandes espaços de terras na

mão de poucos proprietários e alteram a ocupação da terra, local de moradia, para área de produção em larga escala.

No município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, também ocorreu certa redução da população rural. Porém, o município continua tendo uma população predominantemente rural (Tabela 7), cerca de cinco vezes maior que a população urbana.

Tabela 07: População censitária segundo tipo de domicílio e sexo - 2010

TIPO DE DOMICÍLIO	MASCULIN A	FEMININA	TOTAL
Urbano	765	779	1.544
Rural	2.581	2.429	5.010
TOTAL	3.346	3.208	6.554

FONTE: IBGE - Censo Demográfico/IPARDES, 2022.

O decréscimo gradual em relação a população do Município (Tabela 8) ocorre a partir do ano de 1996. Ou seja, um ano após sua emancipação, observa-se que foi decrescente o percentual da população rural e crescente na população urbana. Num comparativo da diferença percebe-se, conseqüentemente, um decréscimo na população total do Município.

Tabela 8: Distribuição da população urbana e rural de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Ano	Urbana	Rural	Total
1991	-	-	-
1996	688	5.917	6.605
2000	1.080	5.700	6.780
2001	-	-	6.782
2002	-	-	6.776
2003	-	-	6.774
2004	-	-	6.771
2005	-	-	6.769
2006	-	-	6.767
2007	1359	5.385	6.744
2008	-	-	6.952
2009	-	-	6.964
2010	1544	5010	6.554

FONTE: IBGE - Censo Demográfico/IPARDES, 2022.

Percebe-se a perda populacional na área rural quase que constante. No período de 2000 a 2010 houve uma perda em torno de 6,4%, contudo na área urbana há um ganho populacional em torno de quase 28% no mesmo período.

No total da população do Município constata-se que no período de 1996 a 2010 houve perda populacional. Entretanto, nos últimos anos, percebe-se uma tendência de crescimento, fato que se deve às melhorias de infraestrutura urbana na sede. Essa premissa tem atraído maiores condizentes populacionais, bem como o asfaltamento da estrada que liga a sede a PR 460 promovendo melhorias e facilitando a mobilidade das pessoas.

Em trabalho realizado pelo IPARDES (2010) sobre as projeções da população por município, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE aparece como um município que apresenta um *déficit* populacional no período de 2000-2010 da ordem de 27,92%, ou seja, uma redução da população total para mais de 4.000 pessoas. Devido à predominância da população na zona rural, as atividades principais são ligadas ao campo, como a agricultura e a pecuária.

Quanto à população do Município na área rural, com relação ao gênero (masculina e feminina) a maior população é masculina no ano de referência, 2010, contrariando os índices na área urbana. O processo de perda populacional é refletido principalmente no campo com um decréscimo superior da população rural. Assim, tem-se uma taxa de crescimento alta e positiva na área urbana e, conseqüentemente, uma taxa negativa total da população no Município.

A taxa de urbanização de um município é a porcentagem (%) da população que reside no meio urbano em relação à população total do mesmo. Analisando as taxas de urbanização do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, mesmo crescendo no ano de 2010 em relação à apuração feita do Plano Diretor inicial, ainda é baixa comparada a outros municípios do Estado.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE caracteriza-se por uma população jovem, com predomínio de faixa etária entre 05 e 14 anos, com equivalência entre os números de homens e mulheres (Tabela 9).

Segundo o IBGE, a população no ano de 2021 está prevista para 6.343 habitantes, o que significaria uma perda pequena em relação aos índices apurados nos anos de 2000, 2007 e 2010 (IBGE, 2021). Em contrapartida, observa-se uma pequena elevação da população na área urbana contrapondo na área rural perdas

populacionais, devido aos problemas agrários. Fato que provoca o denominado êxodo rural para áreas urbanas ou polos regionais urbanos.

Tabela 9 - População censitária segundo faixa etária e sexo - 2010

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Com até 14	890	901	1.791
- Menores de 1 ano	55	48	103
- De 1 a 4	194	189	383
De 1	39	45	84
De 2	54	39	93
De 3	49	54	103
De 4	52	51	103
- De 5 a 9	285	294	579
De 5	51	53	104
De 6	43	60	103
De 7	56	60	116
De 8	64	69	133
De 9	71	52	123
- De 10 a 14	356	370	726
De 10	67	94	161
De 11	59	64	123
De 12	77	73	150
De 13	86	55	141
De 14	67	84	151
De 15 a 64	2.257	2.108	4.365
- De 15 a 19	364	318	682
De 15	78	87	165
De 16	81	72	153
De 17	73	49	122
De 18	66	65	131
De 19	66	45	111
- De 20 a 24	286	246	532
- De 25 a 29	242	261	503
- De 30 a 34	277	238	515
- De 35 a 39	238	266	504
- De 40 a 44	232	185	417
- De 45 a 49	207	206	413
- De 50 a 54	172	139	311

- De 55 a 59	145	146	291
- De 60 a 64	94	103	197
De 65 anos e mais	199	199	398
- De 65 a 69	91	74	165
- De 70 a 74	50	55	105
- De 75 a 79	35	33	68
- De 80 anos e mais	23	37	60
TOTAL	3.346	3.208	6.554

Fonte: IBGE, 2021.

Dados do censo de 2010 sobre a População Economicamente Ativa (PEA) foram apurados no último censo que ocorreu no Brasil (Tabela 10), demonstrando que da população total, a grande maioria estava com ocupação concentrada na área rural e uma parcela menor estava em zona urbana.

Tabela 10 - População em idade ativa (PIA), economicamente ativa (PEA) e ocupada por tipo de domicílio, sexo e faixa etária - 2010

INFORMAÇÕES	PIA (10 anos e mais)	PEA (10 anos e mais)	POPULAÇÃO OCUPADA
TIPO DE DOMICÍLIO			
Urbano	1.245	760	741
Rural	4.234	3.009	2.982
SEXO			
Masculino	2.804	2.251	2.227
Feminino	2.674	1.517	1.496
FAIXA ETÁRIA (anos)			
De 10 a 14	726	230	223
De 15 a 17	442	265	256
De 18 a 24	772	594	577
De 25 a 29	503	431	429
De 30 a 39	1.019	844	839
De 40 a 49	830	696	691
De 50 a 59	602	433	431
De 60 ou mais	602	275	275
TOTAL	5.478	3.769	3.723

Fonte: IBGE, 2021.

Há certa diferença entre as ocupações por zona, contudo não existe variação significativa entre homens e mulheres quantitativamente em relação ao

Município. Devido ao desgaste da atividade e a necessidade da força de trabalho o predomínio da participação e das ocupações seja feita pelo sexo masculino.

A soma das informações por tipo de domicílio, sexo e/ou faixa etária podem diferir do total. O número de domicílios construídos para fins residenciais levantados pelo IBGE no ano 2010 foi de 2284 domicílios, sejam casas apartamentos ou cômodos (Tabelas 11, 12 e 13).

Tabela 11 - Número de domicílios recenseados segundo tipo e uso - 2010

TIPO DE DOMICÍLIO RECENSEADO	URBANA	RURAL	TOTAL
Particular	559	1.725	2.284
Ocupado	472	1.460	1.932
Não ocupado	87	265	352
Coletivo	-	-	-
TOTAL	559	1.725	2.284

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da sinopse, 2021.

Tabela 12 - Número de famílias, em domicílios particulares permanentes, segundo a composição - 2010

COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS	Nº DE FAMÍLIAS
Com até 2 pessoas	480
Com 3 pessoas	543
Com 4 pessoas	437
Com 5 pessoas	238
Com 6 pessoas ou mais	119
TOTAL	1.817

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra, 2021.
Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

Tabela 13 - Número de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 2010

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO	Nº DE DOMICÍLIOS
Próprio	1.573
Alugado	93
Cedido	229
Outra condição	16
TOTAL	1.911

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra, 2021.
Posição dos dados, no site da fonte, 20 de agosto de 2014.

O Setor Primário (agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca) é o que mais absorve mão de obra no município, visto sua vocação natural agrícola, empregando a maioria das pessoas.

Destacam-se, posteriormente, serviços domésticos e a Administração Pública com mais pessoas ocupadas (Tabela 14).

Tabela 14 - Número de estabelecimentos e empregos (RAIS) segundo as atividades econômicas - 2020

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECEMENTOS	EMPREGOS
EXTRAÇÃO DE MINERAIS/INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	-
- Produtos minerais não metálicos	6	383
- Metalúrgica	2	7
- Mecânica	-	-
- Material elétrico e de comunicações	-	-
- Material de transporte	-	-
- Madeira e do mobiliário	1	1
- Papel, papelão, editorial e gráfica	2	342
- Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	-	-
- Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	-	-
- Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	-	-
- Calçados	1	33
- Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	-	-
	1	1
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	30	175
CONSTRUÇÃO CIVIL	25	95
COMÉRCIO	5	80
- Comércio varejista	5	80
- Comércio atacadista	20	112
SERVIÇOS	2	10
- Instituições de crédito, seguros e de capitalização	2	10
- Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	3	4
- Transporte e comunicações	8	59
- Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e	6	38

televisão	1	1
- Serviços médicos, odontológicos e veterinários	-	-
- Ensino ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	252
AGROPECUÁRIA (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	63	150
ATIVIDADE NÃO ESPECIFICADA OU CLASSIFICADA	-	-
TOTAL	123	1.073

Fonte: Data MTP Brasil, 2020.

A posição da tabela acima é de em 31 de dezembro de 2020. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos setores: Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

A indústria de transformação elencada na tabela representa os minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico.

O Comércio representa as atividades varejista e atacadista.

Os serviços elencados representam as atividades de instituições de crédito, seguros, administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino.

5.3.2 Condicionantes Econômicos

Na análise dos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, observa-se que o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE apresentou no ano de 2000 uma renda per capita de R\$ 168,22, sendo que no ano de 2010 esses números avançaram muito, chegando a R\$ 415,44 (Tabela 15), o que

pode ser considerado um índice mediano comparado aos municípios maiores da região.

Tabela 15 – Renda per capita de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

IDHM - Renda	0,635	
Renda per capita	415,44	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	351	
Classificação nacional	3.008	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; PNUD, IPEA, FJP; IBGE, IPARDES, 2021.

Quanto ao PIB, a preço básico segundo o ramo de atividade (Tabela 16), percebe-se que mesmo com as dificuldades do setor primário ainda é o grande indutor do desenvolvimento em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE dividindo o PIB com o setor terciário. Já este setor (comércio e serviços) apresenta quase a metade e posteriormente pelo setor secundário (indústrias) com um índice menor.

Tabela 16 - PIB a preços correntes segundo os ramos de atividades - 2019

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
PIB a preços correntes	217.787
PIB - Valor adicionado bruto (VAB) a preços básicos - total	188.476
PIB - VAB a preços básicos na agropecuária	67.666
PIB - VAB a preços básicos na indústria	22.983
PIB - VAB a preços básicos no comércio e serviços	63.192
PIB - VAB a preços básicos na administração pública	34.635
PIB - Impostos	29.311

Fonte: IBGE, IPARDES, 2021.

Observa-se que a nova metodologia referente a 2010 atualizada para em 2019, último ano disponível, estarão sujeitos à revisão na próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

Analisando e comparando ao valor adicionado, segundo o ramo de atividade (Tabela 17) no período de 2020, em que estão inclusos os valores de mercado, verifica-se um ganho significativo na produção primária. No ramo industrial houve um avanço no faturamento em relação aos anos anteriores, bem como se percebe

um avanço significativo no indicador neste mesmo período para o ramo de comércio e serviços, comparado à última versão do PDM.

Tabela 17 - Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades - 2020

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1,00)
Produção primária	236.501.744
Indústria	84.991.440
Comércio e em Serviços	90.562.008
Recursos / Autos (1)	733.431
TOTAL	412.788.623

Fonte: SEFA/IPARDES, 2022.

Verificou-se que os Recursos (Tabela 18) são valores provenientes de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência.

Tabela 18 - Valor adicionado fiscal segundo as seções da CNAE 2.0 - 2020

SEÇÃO	VALOR (R\$ 1,00)
Seção A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	241.701.842
Seção B - Indústrias Extrativas	-
Seção C - Indústrias de Transformação	64.719.868
Seção D - Eletricidade e Gás	20.271.572
Seção E - Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	-
Seção F - Construção	-
Seção G - Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	64.620.174
Seção H - Transporte, Armazenagem e Correio	17.499.560
Seção I - Alojamento e Alimentação	283.545
Seção J - Informação e Comunicação	2.958.631
Seção K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	-
Seção L - Atividades Imobiliárias	-
Seção M - Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	-
Seção N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	-
Seção O - Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	-

Seção P - Educação	-
Seção Q - Saúde Humana e Serviços Sociais	-
Seção R - Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-
Seção S - Outras Atividades de Serviços	-
Seção T - Serviços Domésticos	-
Seção U - Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-

Fonte: SEFA/IPARDES, 2022.

5.3.3. Setor Primário – Agricultura

A base da produção da região Centro-Sul do Paraná é o setor primário, principalmente a agricultura. A principal atividade da agricultura regional é a produção de soja. Além desta, outro produto se destaca pela grande produção, o trigo, que em muitos casos é plantado alternadamente nas mesmas terras que a soja, o que permite que o agricultor tenha duas safras anuais.

Porém devido a esse modelo de produção implantado é cada vez maior o desgaste do solo da região. Na produção agrícola de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, assim como na produção regional, predomina a monocultura e lavouras temporárias, e o principal produto é soja, seguido da produção de milho.

A estrutura fundiária do Município em questão, é reflexo da sua colonização e, portanto, caracterizada por pequenas propriedades. O minifúndio provoca uma organização rural mais produtiva.

Com relação à produção agrícola (Produção Agrícola Municipal – 2020 – IPARDES, 2022), o município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE se destaca no cenário da microrregião, principalmente com as culturas de milho, soja e posteriormente trigo (Tabela 19) ficando somente atrás do município de Pitanga que desponta nessas culturas.

Tabela 19 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária - 2020

CULTURA TEMPORÁRIA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Arroz (em casca)	17	34	2.000	35
Aveia (em grão)	80	160	2.000	125

Batata-doce	12	240	20.000	228
Cevada (em grão)	520	2.340	4.500	3.182
Feijão (em grão)	1.250	1.843	1.474	7.018
Mandioca	60	1.353	22.550	580
Melancia	8	280	35.000	168
Milho (em grão)	850	6.550	7.706	4.536
Soja (em grão)	20.500	72.775	3.550	109.163
Trigo (em grão)	5.000	10.000	2.000	11.650
Triticale (em grão)	50	110	2.200	110

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)/IPARDES, 2022.

Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação. Posição dos dados, no site da fonte, 22 de setembro de 2021.

Já em relação a área colhida de caráter permanente, BOA VENTURA DO SÃO ROQUE apresenta a erva-mate à frente em relação às demais culturas (Tabela 20).

Tabela 20 - Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente - 2020

CULTURA PERMANENTE	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO O (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1.000,00)
Banana (cacho)	11	171	15.545	162
Erva-mate (folha verde)	310	2.170	7.000	1.411
Figo	1	9	9.000	36
Laranja	4	80	20.000	104
Pêssego	5	100	20.000	410
Uva	4	48	12.000	226

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)/IPARDES, 2022.

Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação. Posição dos dados, no site da fonte, 22 de setembro de 2021.

A pecuária e aves (Pesquisa Pecuária Municipal – 2020 – IBGE/IPARDES, 2022) do município no quadro da microrregião tem nos efetivos de bovinos e galináceos seu maior destaque.

A criação animal da microrregião de Pitanga centra-se na produção de bovinos e suínos, principalmente para o aproveitamento agro-industrial, além da criação de ovinos. Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (Tabela 21) a produção bovina é destacada no contexto da criação animal. Apesar do expressivo número de galináceos produzidos neste Município, representativamente o percentual é pequeno quando se analisa a contribuição no total produzido pelo Estado.

Tabela 21 - Efetivo de pecuária e aves - 2020

EFETIVOS	NÚMERO	EFETIVOS	NÚMERO
Rebanho de bovinos	26.350	Rebanho de ovinos	1.220
Rebanho de equinos	645	Rebanho de bubalinos	-
Galináceos - Total	33.000	Rebanho de caprinos	190
Galinhas (1)	3.580	Codornas	600
Rebanho de suínos - Total	2.150	Rebanho de ovinos tosquiados	-
Matrizes de suínos (1)	570	Rebanho de vacas ordenhadas	8.800

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)/IPARDES, 2022.

O efetivo tem como data de referência o dia 31 de dezembro do ano em questão. Os efetivos dos rebanhos de asininos, muares e coelhos deixam de ser pesquisados, em razão da pouca importância econômica e a série histórica, encerra-se com dados de 2012. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro de 2021.

A partir de 2013 as pesquisas foram direcionadas às galinhas fêmeas em produção de ovos (Tabela 22), independente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação) e as matrizes de suínos.

Tabela 22 - Produção de origem animal - 2020

PRODUTOS	VALOR R\$ 1.000,00	PRODUÇÃO	UNIDADE
Casulos do bicho-da-seda	175	8.349	kg
Lã	-	-	kg

Leite	43.680	27.300	mil l
Mel de abelha	231	22.000	kg
Ovos de codorna	15	5	mil dz
Ovos de galinha	192	48	mil dz

Fonte: IBGE - Produção da Pecuária Municipal (PPM)

Diferenças encontradas são devidas às unidades adotadas. Os dados do último ano divulgado são resultados preliminares e podem sofrer alterações até a próxima divulgação. Posição dos dados, no site da fonte, 29 de setembro de 2021. A evolução da produção agropecuária em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE manteve-se sempre em um crescente.

5.3.4 Setor Secundário e Terciário – Indústria, Comércio e Serviços

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE apresenta setor industrial com índices baixos de produção, caracterizando-o como produtor de matéria-prima, com um quadro socioeconômico lento e de baixo valor adicionado fiscal do setor industrial em relação a outros municípios do Estado do Paraná.

Destacam-se no setor secundário do Município, atividades de pequeno porte como área de embalagens, madeiras, compensados e cooperativas de grãos. Apesar do desenvolvimento da atividade industrial a situação socioeconômica da população, na sua maioria, apresenta um bom nível, caracterizada pelo fato de a maioria ser produtor rural.

O movimento observado nos anos 70 e 80 apontavam para um deslocamento do núcleo dinâmico da economia paranaense da agricultura para o setor industrial, no qual a agroindústria desempenhou papel considerável. Neste sentido, a relação dinâmica entre a produção primária e a indústria é reconhecida como a alavanca do processo de industrialização do Estado.

Contrariamente ao setor industrial, considerado pouco importante com respeito à sua significância na estrutura econômica dos municípios do Território, os setores comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, e outros serviços coletivos, sociais e pessoais, têm grande destaque.

De certa forma, é natural que, em economias onde prevalece o setor agropecuário, os setores ligados aos serviços sejam razoavelmente desenvolvidos.

Esse fator pode ser compreendido ao se observar, empiricamente, outras regiões onde a agricultura é de grande importância, tais como a região produtora de grãos do centro-oeste e outras equivalentes nas regiões sul e sudeste.

O setor de serviços funciona como um receptor dos gastos efetuados por aqueles que exploram o setor agropecuário, o que valida sua maior importância relativa. O comércio e a prestação de serviços resumem-se às atividades direcionadas a atender as primeiras necessidades locais.

Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE há poucos estabelecimentos comerciais e serviços, sendo os mesmos localizados predominantemente ao longo das Avenidas Dalzotto e São Roque. As tipologias de comércio são de pequeno porte em sua grande maioria com comércio e serviços vicinais, mercearias, lojas de venda de confecções e calçados, e supermercado. A prestação de serviços é focada na mecânica, postos de combustíveis entre outros.

No setor de serviços faltam investimentos na qualificação da mão de obra nas diversas áreas. Na venda de gêneros alimentícios, o Município está bem servido, porém, falta os comerciantes investirem em um dia da semana para realizarem uma feira de frutas, legumes e verduras. A comercialização da produção agrícola faz-se em parte por meio das cooperativas ou em outros municípios.

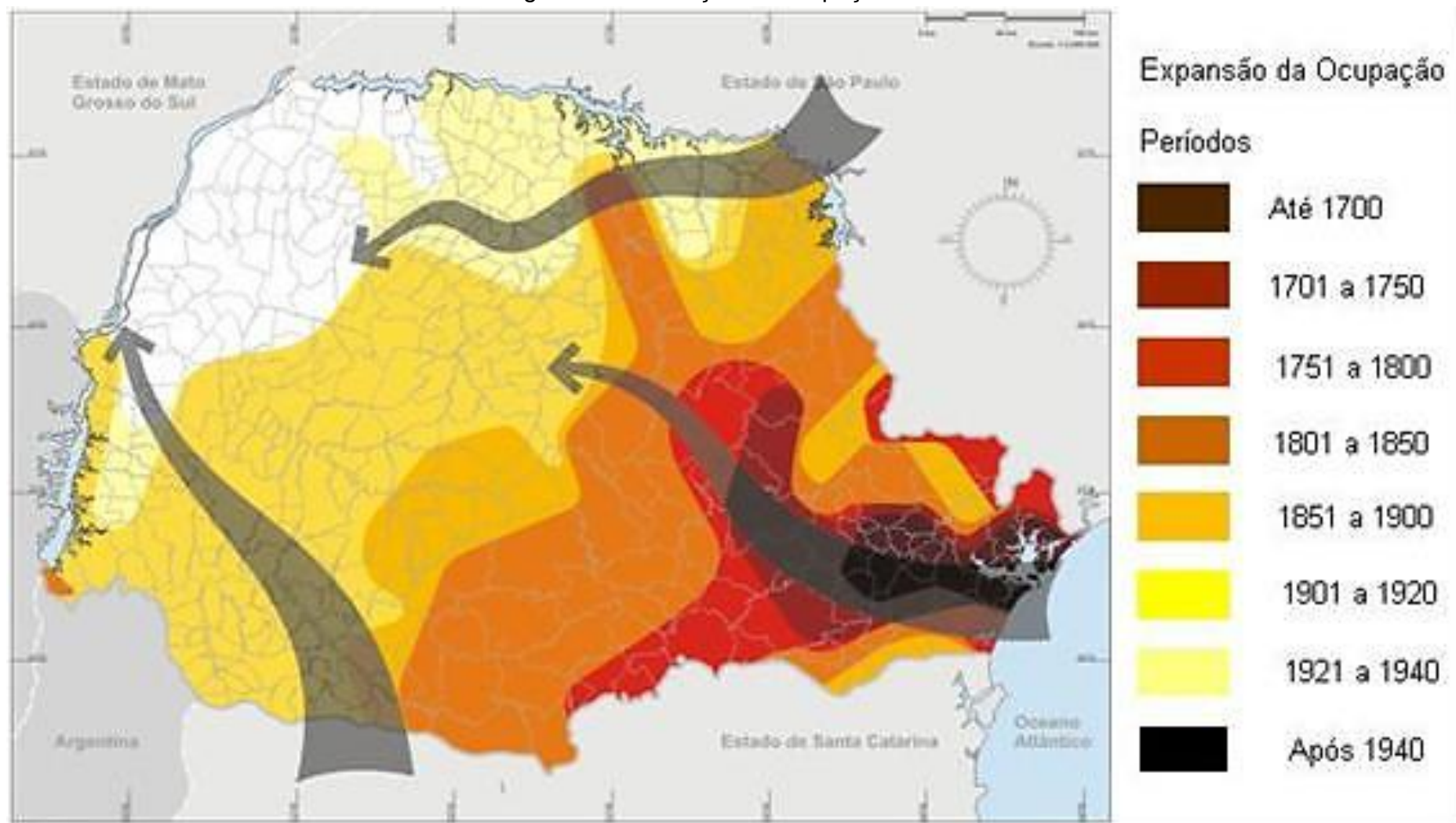
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, embora seja de instalação recente, tem bons resultados nos setores de economia e bem-estar social. No entanto, a microrregião carece de políticas em conjunto que promovam o desenvolvimento dessa parcela do Estado do Paraná, que conta com os mais baixos IDH-M. Além de pensar no desenvolvimento municipal, é de suma importância que os municípios que compõem a microrregião invistam em políticas públicas mais eficientes e eficazes.

5.4 ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

5.4.1 Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Urbano

A Região Centro-Sul Paranaense foi composta, em grande medida, por correntes migratórias provenientes dos estados sulinos. Os assentamentos urbanos se deram progressivamente de leste para oeste, em processo apoiado nas transformações históricas (Figura 12).

Figura 12 – Evolução da ocupação urbana



Fonte: Planos Regionais Desenvolvimento Estratégico Estado do Paraná (PRDE), 2000. IN: PDM de Boa Ventura de São Roque, 2012.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, com uma área de 621, 43 km² (IPARDES, 2022) corresponde a aproximadamente 12,67% da área total da região imediata de Pitanga, o que o coloca na quarta colocação, à frente dos municípios de Laranjal (11,38%), Mato Rico (8,09), Nova Tebas (11,02%) e atrás dos municípios de Pitanga (33,96%), Santa Maria do Oeste (17,24%) e Palmital (16,66%).

O município mais populoso da região imediata é Pitanga, que sozinho representa mais de 41% da população. BOA VENTURA DE SÃO ROQUE corresponde a 9% da população total da região imediata ficando à frente de Mato Rico com 4% e Laranjal 8%.

A diversidade de extensões territoriais e taxas de população conferem a cada município diferentes taxas de densidade demográfica. Pitanga e Palmital apresentam as maiores taxas de densidade demográfica (Quadro 2). BOA VENTURA DE SÃO ROQUE apresenta baixa taxa de densidade demográfica em relação à média do Estado, com pouco mais de 10,24 hab/Km². No estudo de uso e ocupação do solo urbano, a densidade que em 2009 era de 11,21 hab/km², caiu para 10,24hab/km². Entre os aspectos relevantes na análise destaca-se o de influenciar o processo de planejamento e gestão de assentamentos humanos.

Quadro 2 – Densidade Demográfica

Municípios pertencentes a Região Geográfica Intermediária de Guarapuava		Área (km) Total	Densidade Demográfica (hab./km ²)	Grau de urbanização (%)	População 2010	População estimada 2020
Região Imediata de Guarapuava	Campina do Simão	450,258	8,57	34,05	4076	3.859
	Candói	1.509,64	10,63	46,89	14983	16.053
	Cantagalo	583,137	22,86	65,7	12.952	13.329
	Foz do Jordão	230,762	19,74	72,45	5.420	4.556
	Goioxim	702,81	10,04	23,40	7053	7053
	Guamiranga	243,55	36,18	28,3	7.900	8.811
	Guarapuava	3.163,44	57,74	91,43	167.328	182644
	Inácio Martins	938,63	11,85	57,46	10.943	11.121
	Pinhão	2.003,73	16,25	50,71	30.208	32.559
	Prudentópolis	2.257,71	23,26	46,04	48.792	52.513
	Reserva do Iguçu	832,68	9,69	53,44	7.307	8.069
	Turvo	934,82	14,01	36,55	13.811	13.095
Região Imediata de Pitanga	Boa Ventura do São Roque	621,43	10,24	23,56	6.554	6.365
	Laranjal	558,63	10,35	31,93	6.360	5784
	Mato Rico	396,36	8,09	25,07	3.818	3206
	Nova Tebas	545,50	9,99	39,08	7.398	5.448
	Palmital	817,62	15,85	49,77	14.865	12960
	Pitanga	1.664,77	18,02	63,09	32.638	29994
	Santa Maria do Oeste	831,60	11,32	27,92	11.500	9410
Região Intermediária		19.287,07	22,13	45,62	413.906	426.829
PARANÁ		199.298,07	57,62	85,33	10.444.526	11.516.840

Fonte: IPARDES, 2022.

A densidade demográfica representa o número total da população de uma área urbana específica, expressa em habitantes, por uma unidade de terra ou solo urbano, normalmente utiliza-se o hectare como unidade de referência (ACIOLY; DAVIDSON, 1998).

É um referencial importante para avaliar técnica e financeiramente a distribuição e o consumo de terra urbana, infraestrutura e serviços públicos. A suposição é de que, quando ocorre a alta densidade isso repercute na maximização de infraestrutura, o que financeiramente possui inúmeros fatores positivos. No entanto a alta densidade acarreta consequências que devem ser minimizadas como, por exemplo, a concentração de veículos e pessoas, qualidade do ar, insolação, entre outros fatores.

O Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE possui em seu território uma área urbana principal (sede) e 22 comunidades rurais denominadas: Marrequinha, Carazinho, Rio Tigre, Sítio Boa Ventura, Cristo Rei, Saudade, Fazendinha, Linha Carvalho, Vista Alegre, Rio do Grissi, Barro Preto, Cachoeirinha, Terra Santa, Bairro dos Robertos, Bairro dos Kuachinhak, Alto Alegre, Bairro dos Kruger, São Sebastião, Linha Gaúcha, Linha Forekevicz, Bairro dos Cruz e *Canadian*.

Dentre as comunidades rurais, Sítio Boa Ventura e Cachoeirinha, segundo a Prefeitura Municipal são as mais bem estruturadas de todo o território.

O início da ocupação do solo urbano deu-se por meio da saga colonizadora de Maurice Faivre, que colonizou a Colônia Tereza Cristina ampliada por toda a Serra da Pitanga, área de influência do atual município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, de antiga movimentação.

Não diferente de outros municípios paranaense, o Município supracitado foi colonizado por europeus de vários países diferentes. Aos poucos foram chegando ucranianos, poloneses, italianos, alemães e mais alguns com menor participação no desenvolvimento social. Razões dessa natureza explicam a diversidade cultural ali encontrada e expressa em danças, músicas, arquiteturas e alimentação típicas de cada grupo. Os primeiros povoadores eram, invariavelmente, pessoas ligadas à agricultura de subsistência e criação de porcos pelo sistema de safras. O ciclo madeireiro também rendeu bons frutos à economia local, que atualmente tem na agricultura a esperança de dias melhores.

A Lei Estadual nº 11.176, de 10 de setembro de 1995, criou o Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, na sede do antigo distrito de Boa Ventura, com território desmembrado do município de Pitanga. A instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997. A ocupação do solo urbano no Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE acontece de forma linear cortando a malha urbana pela Avenida Dalzotto em seus pontos altos, com inclinações de ambos os lados (direito e esquerdo) em direção aos fundos de vale do Rio do Corvo e do outro pelo Riacho Cristo Rei.

A sede urbana se desenvolveu no sentido sul-norte, cujo loteamento de origem constava de 220.000 m², com cerca de 15 quadras ao longo de um grande eixo principal linear que é a Avenida Dalzotto e Avenida São Roque, paralela a primeira em um trecho mais centralizado da malha urbana como as principais vias urbanas do município. O acesso à cidade é realizado pela estrada municipal, rodovia municipal recentemente pavimentada, proveniente do entroncamento viário com a PR 460 que liga Guarapuava à Pitanga que adentram a cidade na parte Sul pela Avenida Dalzotto e cortam a malha em duas porções. Na parte Leste, onde se deu o início da ocupação, é melhor estruturada e onde estão os principais equipamentos públicos e comunitários. Na parte Oeste, mais carente com característica de predominância residencial e relevo do tipo fracionado, possui inclinações acentuadas e a geologia dificultosa com afloramentos rochosos, principalmente na parte Sudoeste da malha urbana.

Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, a distribuição da população na sede urbana acontece de forma bastante variada. Existem áreas com baixa e média densidade em função da adequação da malha urbana, topografia acidentada e a conformação ao longo dos vales do Rio do Corvo e Riacho Cristo Rei. A concentração maior está ao longo das Avenidas Dalzotto e São Roque no sentido Sul-Norte e diminui nas direções Leste-Oeste.

A malha urbana é formada basicamente pela implantação do loteamento original de 1997 e mais oito loteamentos aprovados a partir de 2002. Há outras ocupações, tais como a Vila Gloeden no extremo oeste do Quadro Urbano, área de invasão irregular, porém conta com água e luz. Os loteamentos são: Loteamento Dominginhos, Miranda, Bochniak, Pioneiro, Dalzotto, Quintino e Morski.

O perímetro urbano foi ampliado em 2014 e de acordo com a Prefeitura Municipal, consiste em uma poligonal de 2.197.042,58 m², é constituído dos loteamentos aprovados, áreas de expansão urbana (Tabela 23) e vazios urbanos, áreas livres e de preservação e algumas áreas irregulares. As áreas na malha urbana com densidade mais baixa são aquelas que estão pouco ocupadas ou até mesmo inaptas à ocupação. Estas estão localizadas principalmente na parte Oeste onde a expansão urbana necessita de alguns cuidados, principalmente acerca da ocupação, bem em áreas onde se localizam as comunidades do interior com características superficiais urbanas.

Tabela 23: Evolução da ocupação urbana – Loteamentos/Áreas

Loteamento	Área (m ²)	Ano de implantação (Decreto)	Localidade
Primeiro quadro urbano surgiu por colonização.	220.000,00	1997	Parte Central – início da cidade até a igreja matriz
Loteamento Stremel	41.058,00	2002	Parte Centro-Norte
Loteamento Dominginhos	17.722,00	2004	-
Loteamento Miranda	24.356,45	2004	Na estrada da cidade- Parte Sudoeste
Loteamento Bochniak	70.704,00	2004	De frente a Avenida São Roque - Parte Leste
Loteamento Pioneiro	63.700,00	2005	-
Loteamento Dalzotto	77.588,00	2007	Na parte extrema da malha - Norte
Loteamento Quintino	28.115,00	2008	-
Loteamento Morski	55.479,00	2009	Na parte Centro-Norte da malha urbana
Loteamento Cohapar	8550,00	2017	Na parte Sul – Oeste da ampliação urbana
Área Urbana Total Loteamentos aprovados	607.272,45	1997-2022	Quadro urbano

Fonte: Boa Ventura de São Roque/Prefeitura Municipal, 2022.

A preocupação maior quanto ao uso do solo urbano é a tendência de crescimento em direção às encostas na parte Oeste da malha urbana. Ou seja, a expansão do Quadro Urbano e o adensamento das ocupações de moradias precárias na faixa de preservação do Riacho Cristo Rei, que desagua no Rio do Corvo. As zonas de expansão urbana são áreas contíguas às zonas urbanas, de

baixa densidade populacional, dedicadas às atividades rurais são destinadas à reserva para a expansão urbana numa projeção de vinte anos.

No município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE essas áreas serão propostas adequadamente em função da preservação da mata ciliar do Rio do Corvo e Riacho Cristo Rei. Também serão planejadas formas de evitar ocupações indevidas em áreas propensas ao deslizamento ou desmoronamento na encosta na porção Oeste da malha urbana.

Novas legislações serão implantadas para suprir a carência legal, o PDM será uma oportunidade ímpar para implementar novos instrumentos da gestão urbana, com papel significativo na elaboração da nova legislação urbanística.

5.5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Os dados do IBGE, de 2010, revelam que do total de 2.284 domicílios em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 559 estão localizados na área urbana. O que representa apenas 24,47%. Ainda do total, 1.725 estão localizados em área rural, representando 75,53% de todos os demais domicílios do município em estudo. E dos 2.284, todos do tipo particular, destes, 1.932 domicílios estão ocupados, os demais são de usos ocasionais e vagos inseridos na área urbana (Tabela 24).

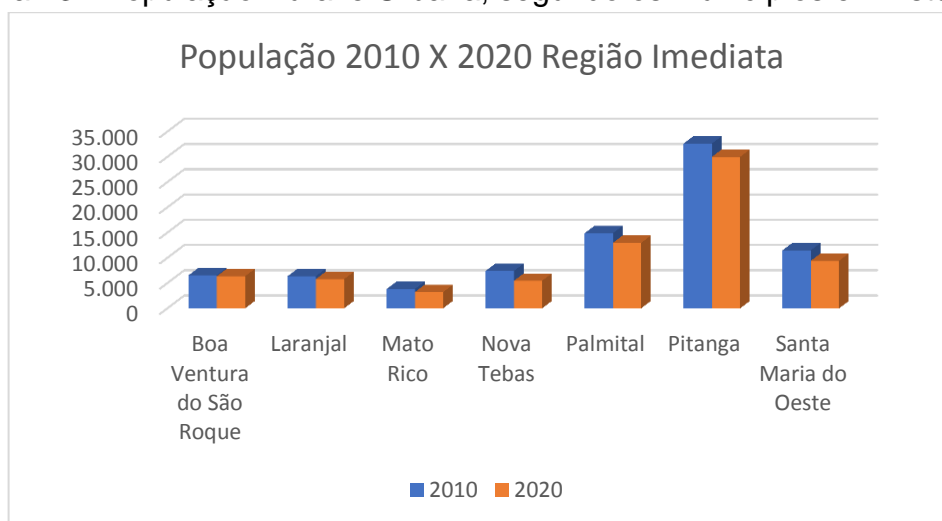
Tabela 24 - Número de Domicílios segundo uso e zona/2010

Domicílios	Urbana	Rural	Total
Total de Domicílios	559	1.725	2.284
Particulares	559	1.725	2.284
Ocupados	472	1.460	1.932
Não Ocupados	87	265	352

Fonte: IPARDES, 2022.

De acordo com o Censo de 2010, a maior parte de população dos municípios em estudo da Região Imediata de Pitanga está domiciliada na zona rural e somente conta com uma população superior a 20.000 habitantes o município de Pitanga. Os demais municípios da região (Figura 13) têm apresentado características econômicas predominantes no setor rural, porém com grande demanda para o setor urbanizado dos municípios, causando impacto nos serviços, pressionando as cidades a buscar novas alternativas para o desenvolvimento local (IPARDES, 2022).

Figura 13 - População Rural e Urbana, segundo os Municípios em Estudo



Fonte: IPARDES, 2022.

As áreas suscetíveis para o comércio, serviços e equipamentos comunitários na sede urbana se desenvolvem ao longo de dois grandes eixos lineares, a Avenida Dalzotto e Avenida São Roque (Figura 14). As áreas residenciais se espalham em todas as direções na parte de trás dos lotes frontais a esses grandes eixos e nas demais quadras.

Figura 14 – Avenida São Roque e Avenida Dalzotto



Fonte: Google Earth 2019

Na parte leste da malha urbana há um pequeno conjunto habitacional chamado BNH (Figura 15) destinado à população de baixa renda. Para uso de Habitação de Interesse Social (HIS) deverá ser um produto de estudo de um Plano Habitacional frente à necessidade de implantação de moradias em lugares adequados e não sujeitos a riscos.

Figura 15 – Conjunto habitacional BNH



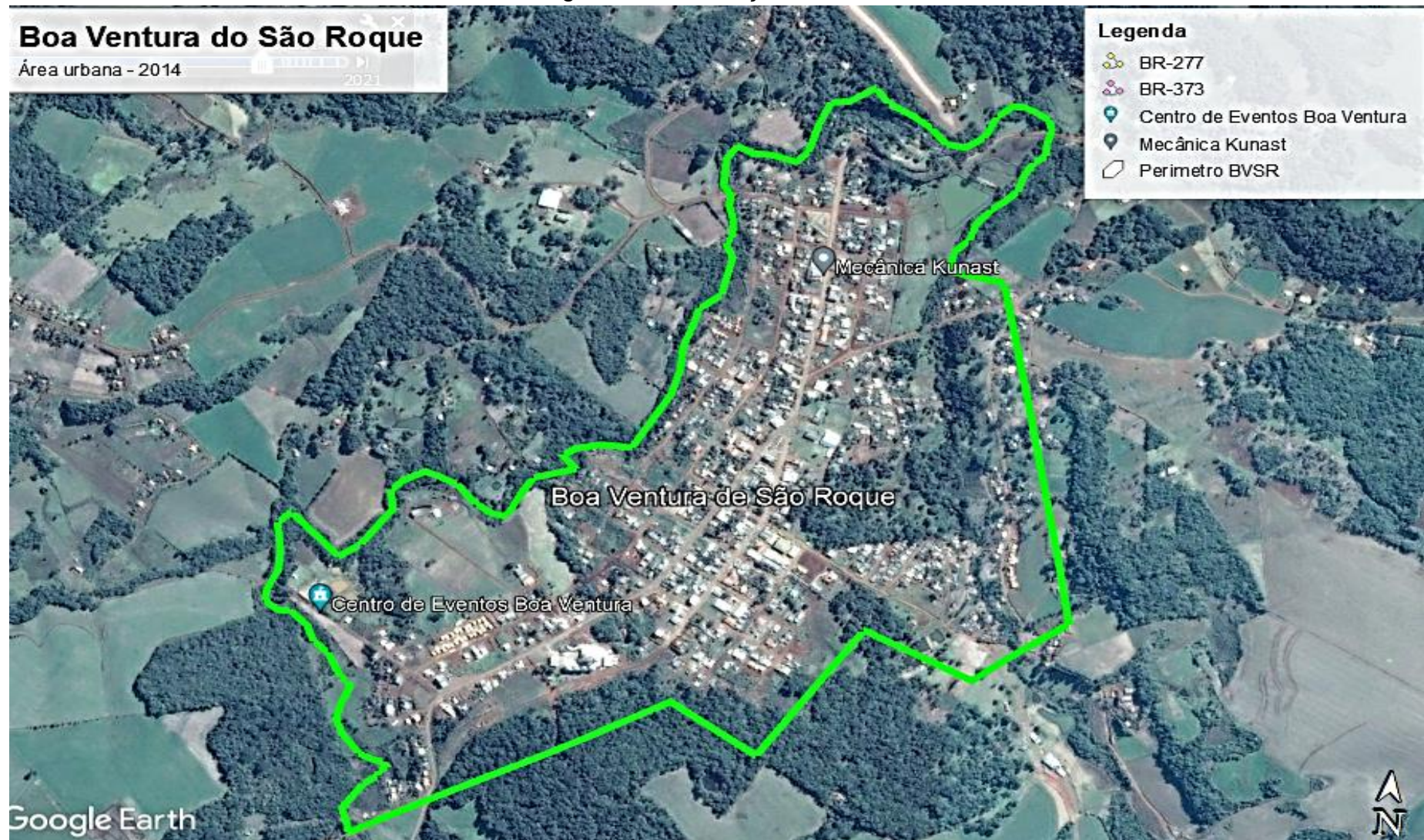
Fonte: FAU, 2022.

O cemitério municipal ucraniano localiza-se na zona rural, próximo do quadro urbano parte oeste, no prolongamento da Rua Alfredina Dalzotto entre a Vila Rural e a malha urbana, próximo à Igreja Ucraniana. Quanto aos usos institucionais, pode-se afirmar que os principais equipamentos públicos estão distribuídos ao longo dos principais eixos viário da sede do município a Avenida Dalzotto e São Roque.

A sede da Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores foram construídas recentemente e atendem à demanda da população conforme apresentado no mapa de equipamentos urbanos.

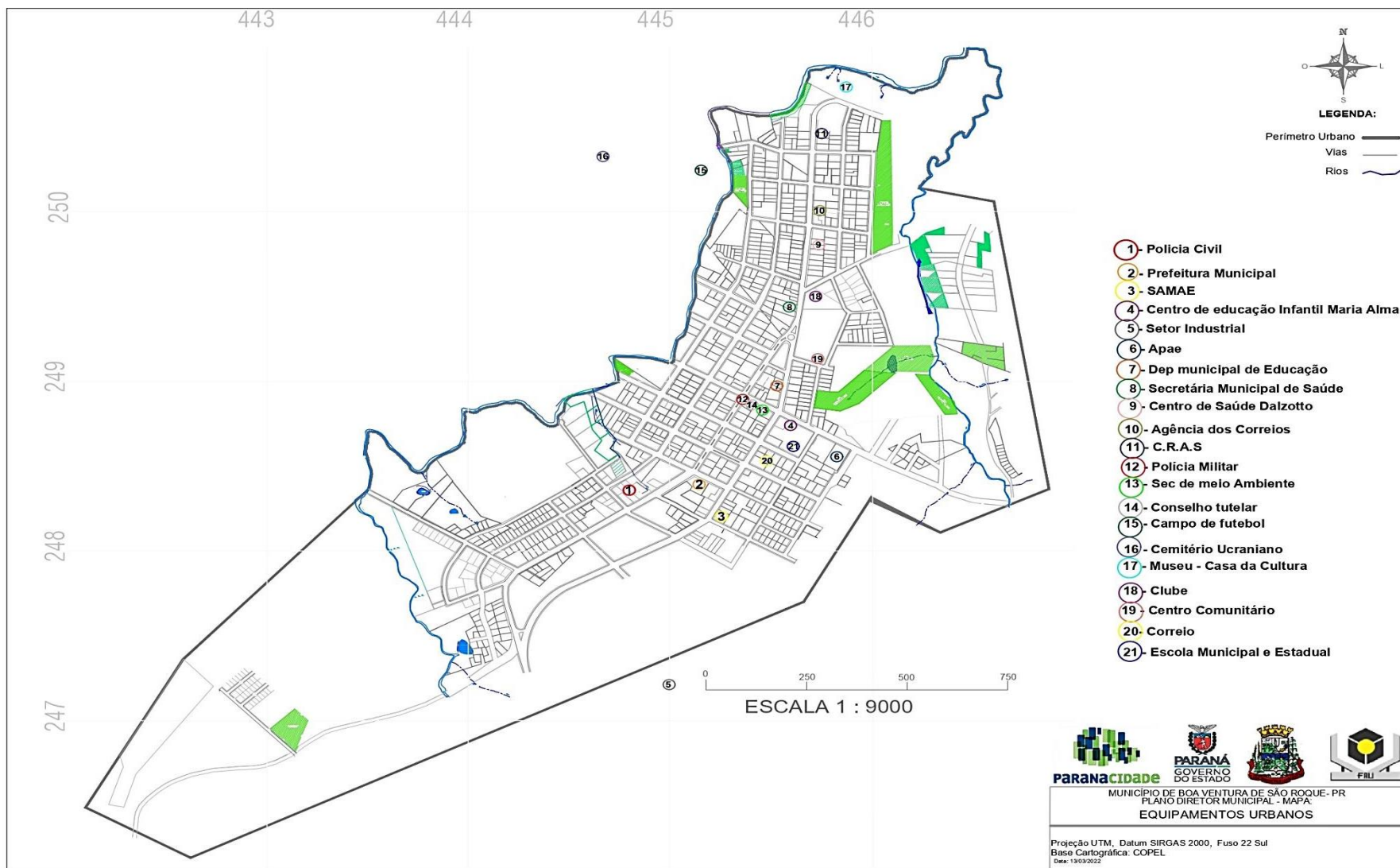
E na espacialização mapeada (Figura 16), as áreas do perímetro mais adensadas foram demarcados os usos institucionais, saúde, educação e lazer; Edificações Públicas e os de uso comercial e serviço. O mapa apresentado (Figura 17) demonstra as edificações distribuídas no espaço urbano.

Figura 16 – Edificações Públicas



Fonte: Google Earth, 2022.

Figura 17 – Mapa dos Equipamentos Urbanos



Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

5.5.1 Áreas irregulares, Regularização Fundiária e Expansão Urbana

A Regularização Fundiária pode ser definida como um conjunto de medidas e procedimentos jurídicos, ambientais, sociais e urbanísticos. Em março de 2018 o governo federal publicou o Decreto nº 9.310, ficando instituídas as normas gerais para os procedimentos da Regularização Fundiária:

Art. 1º Ficam instituídos as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana - Reurb, a qual abrange as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação dos seus ocupantes (BRASIL, 2018, DECRETO nº 9.310).

Conforme estabelecido, o processo de transformação visa legitimar a posse ou a propriedade em áreas urbanas ocupadas em desalinho com a lei, de forma a promover o direito social à moradia, a redução de desigualdades, a defesa do meio ambiente e a função social da propriedade e da cidade.

Esse conjunto de medidas e procedimentos deve ser formulado e desenvolvido pelo poder público competente. Seu escopo deve contemplar a ocupação do solo de maneira eficiente e combinar o seu uso de forma funcional, de acordo com os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental e do ordenamento territorial.

No município de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE algumas áreas apresentam irregularidades, entre as quais, a vila São Miguel, a vila Industrial e a vila Gloeden. Com características residenciais, essas áreas são parcelamentos do solo não aprovados pela Prefeitura. As referidas vilas contam com a ligação de água, são desprovidas de iluminação pública e padrão de energia (Figura 18) conforme levantamento da Equipe FAU.

Figura 18 – Vilas em áreas irregulares com alguma infraestrutura



Fonte: FAU, 2022.

Embora não se possa falar em favelização na sede urbana do Município, já é possível verificar a formação de área carente, como as Vilas Gloeden e São Miguel. Segundo informações obtidas com a Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (2022), as pessoas que ocupam esses bairros, provêm da zona rural que, na ilusão de uma vida mais próspera, venderam suas pequenas propriedades e se estabeleceram na cidade, onde desenvolvem serviços sem muita qualificação.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE sofre com problemas semelhantes de cidades médias. Os dados do IPARDES (2022) sobre as taxas de pobreza por município paranaense trazem informações significativas para este Município. O IPARDES, no referido estudo, considera como famílias pobres aquelas cuja renda per capita é de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. Sendo assim, o município possui 363 famílias

com alta vulnerabilidade social e, no momento desta elaboração do PDM, apenas 179 famílias são acompanhadas mensalmente pelo CRAS. Esses dados correspondem a uma taxa de pobreza que atinge cerca 22% da população, conforme informados pela Secretaria de Promoção Social e o Programa de Acompanhamento das Famílias do governo do Estado do Paraná.

Com a implantação das leis do PDM em 2011, houve um grande avanço quanto à disciplina do espaço urbano, pois contêm dispositivos de polícia administrativa de competência e autonomia do Poder Público Municipal. Assim, visa prevenir os danos sociais que possam resultar e garantir o exercício do direito de cidadania e o bem-estar dos habitantes de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

É também importante destacar que, em contrapartida, a maior parte da sede do Município em área urbana está regularizada, com infraestrutura completa - água, luz, pavimentação e cadastrados no Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

5.5.2 Demanda do Solo Urbano

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE apresenta um crescimento rural negativo de -1,28 (2010), contudo a zona urbana apresenta um crescimento de 3,64. Muitos moradores estão se deslocando para a zona urbana em função das melhorias de infraestrutura na cidade que apresenta um crescimento pequeno da população total (Quadro 3), seguindo uma tendência de crescimento nos últimos anos.

Quadro 3 – Taxa de Crescimento Geométrico Populacional

Município		Taxa de Crescimento Geométrico Populacional			
		1991-2000	2000-2010		
			Total	Urbana	Rural
Região Imediata de Pitanga	Boa Ventura do São Roque	-	-0,34%	3,64%	-1,28%
	Laranjal	0,70%	-1,12%	3,01%	-2,56%
	Mato Rico	-3,44%	-1,62%	3,91%	2,91%
	Nova Tebas	-	-2,45%	-0,90%	-3,31%
	Palmital	-0,43%	-1,31%	0,31%	-2,67%
	Pitanga	-0,57%	-0,94%	1,16%	-3,68%
	Santa Maria do Oeste	0,11%	-1,69%	0,11%	-2,30%
Guarapuava		1,53%	0,76%	0,77%	0,63%

Fonte: IPARDES, 2022.

Em relação ao Uso do Solo Urbano está configurado da seguinte forma:

a) Área Central

Praticamente não existe uma parte relevante central, o fato é que os equipamentos urbanos de importância estão localizados sobre os principais eixos de estruturação viária da malha urbana. Esses Equipamentos possuem uma localização preferencial de atividades típicas de centro de cidade, voltadas ao atendimento da população em geral, situada principalmente ao longo das principais Avenidas. O Ponto Nodal mais interessante é a rotatória de entroncamento entre a Avenida Dalzotto e a Avenida São Roque, de frente está localizada a Igreja Matriz e o salão comunitário;

b) Área de Comércio e Serviços

Destinada, preferencialmente, às atividades de comércio e serviços, estes estão localizadas ao longo dos dois principais eixos viários a Avenida Dalzotto e Avenida São Roque;

c) Áreas Residenciais de Média e Baixa Densidade

Compreendem áreas onde se prevê uma ocupação mais rarefeita em função das características topográficas e de localização. Estão situadas na parte de trás dos principais eixos viários, principalmente na parte oeste, a qual requer um trabalho criterioso, visto que as declividades e afloramento rochoso do solo dificultam a expansão residencial nesta direção;

d) Área Industrial

Localizada na entrada da cidade, parte Sul, lado direito da estrada municipal, vindo da PR 460, onde estão instaladas algumas empresas, o objetivo é abrigar atividades de transformação e de serviços de maior porte, além daquelas atividades de apoio aos usos incômodos. Um dos grandes desafios a serem enfrentados pelo Município é a empresa de produtos de reciclagem que entrou em falência e deixou uma grande quantidade de lixo naquele espaço e, simultaneamente, criou-se uma expectativa de emprego em função da mão de obra local, o que culminou com um processo de desemprego e de problemas sociais nas proximidades do setor industrial;

e) Área de Proteção Permanente

São áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar da população; são marginais dos corpos d'água (rios, córregos, lagos, reservatórios) e nascentes; áreas de topo de morros e montanhas, áreas em encostas acentuadas, restingas e mangues, entre outras.

Uma das áreas potenciais de cunho ambiental é o denominado Parque Ambiental da Farinheira localizado no limite do quadro urbano, parte norte na área de preservação próxima ao Rio do Corvo. Sua criação deve-se à necessidade de atender à compensação ambiental obrigatória, referente à construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedrinho, na cidade. A BRASCAN Energética sugeriu ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que este recurso fosse repassado diretamente à comunidade do Município, gerando através desta ação, benefícios diretos aos cidadãos que poderão usufruir o espaço do Parque. A construção deste foi iniciada logo após a aprovação do órgão ambiental estadual e concluída em final de 2004.

O referido parque visa preservar os recursos naturais que abriga além de criar um espaço de lazer para preservação da memória e da cultura da comunidade. A área possui 3,3 hectares, possui córregos e uma cachoeira de 15 m de altura. Também abriga uma casa de cultura nas antigas instalações do primeiro moinho de farinha da comunidade, equipado com uma antiga usina geradora de energia para a farinheira e uma roda d'água.

Atualmente (2022) o referido espaço está degradado necessitando de uma reforma emergencial, pois o imóvel apresenta riscos de desabamento. A reforma objetiva atrair o interesse turístico na região.

O Parque municipal da Farinheira no município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE no Paraná (Figura 19) em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Prefeitura Municipal, tem por escopo reestruturar o local para proteger a cachoeira e o Rio do Corvo, recuperar a área de floresta e do espaço em geral para realização de cursos de educação ambiental.

O referido local é igualmente adequado para implantação de um viveiro florestal municipal, bem como para instalação de infraestrutura apropriada para visitas/turismo.

Figura 19 – Parque municipal da Farinheira



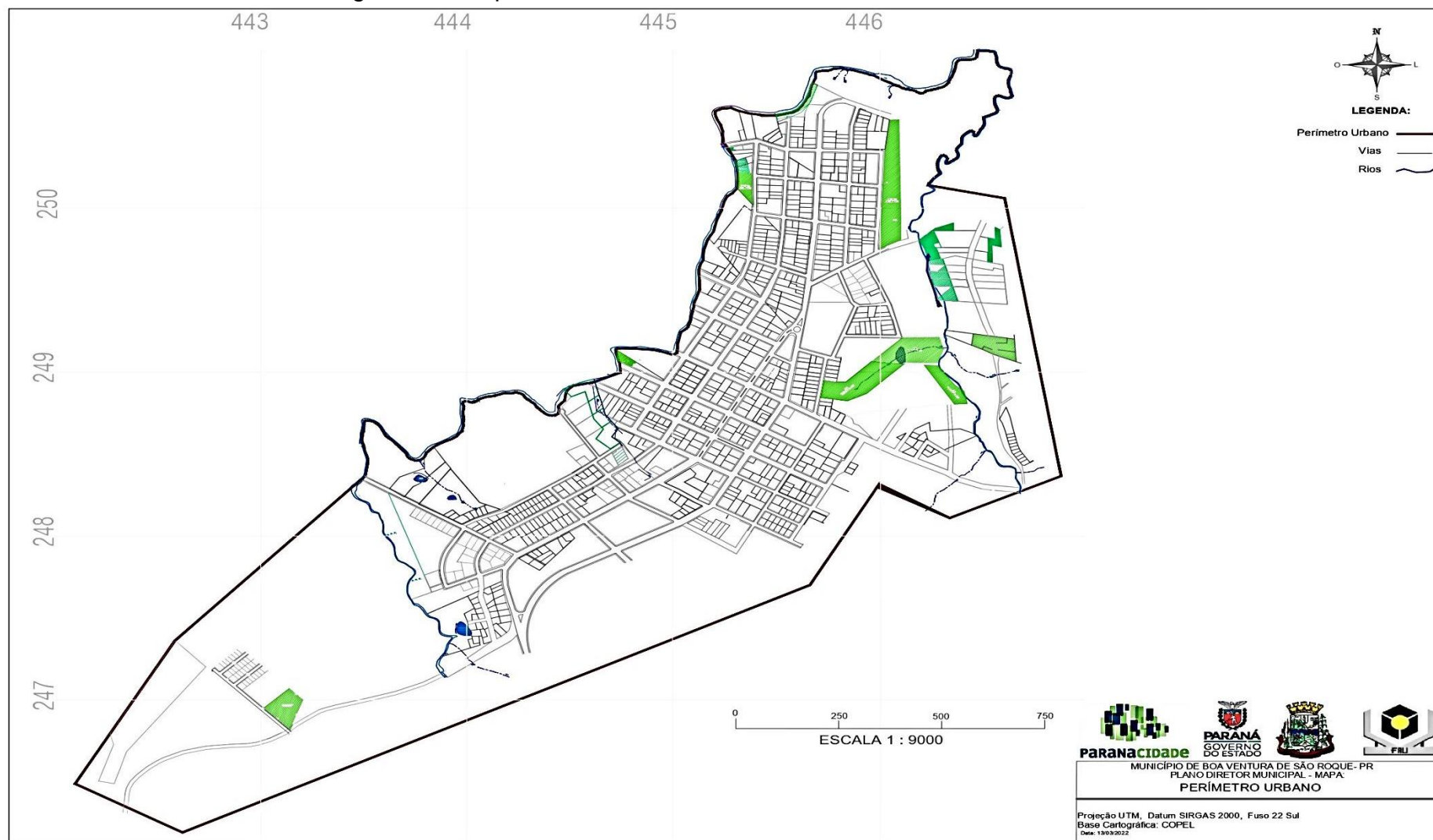
Fonte: ARQUIPLAN, 2009.

5.5.3 Vazios Urbanos

Os Vazios Urbanos se constituem, normalmente, de espaços não construídos que não cumprem nenhuma função, ou seja, são inúteis. Eles geralmente se localizam em áreas centrais das cidades e não são qualificados como áreas livres no interior do perímetro urbano. O conceito de vazio urbano pode ser aplicado aos terrenos ociosos que surgem devido a loteamentos criados em áreas distantes, em descontinuidade com o núcleo urbano.

Com a Lei do Perímetro Urbano nº 592/2011 alterada pela Lei nº 796, de 27 de fevereiro de 2014, verificou-se o aumento dos vazios urbanos no entorno do perímetro existente (Figura 20).

Figura 20 - Mapa do Perímetro Urbano e aumento dos Vazios Urbanos



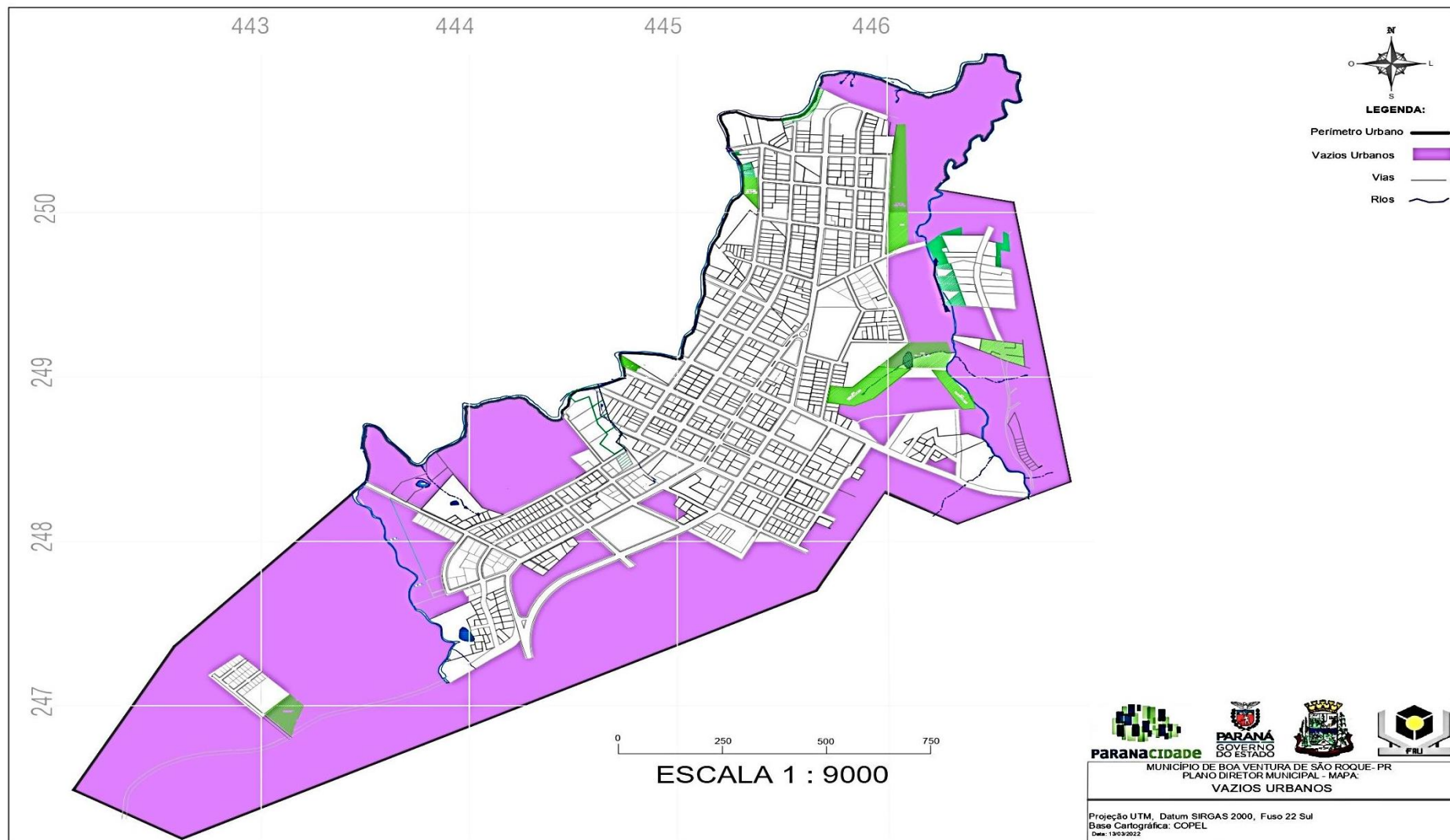
Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2014.

Em relação aos vazios urbanos, de acordo com Cadastro da Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE (2022), há 447 construções cadastradas e 346 lotes vazios. Essas informações, apesar de estarem no banco de dados da tributação, estão defasadas e necessitam de atualização por meio de um novo levantamento cadastral no Município.

A Secretaria de Finanças informou à Equipe FAU que já existe uma contratação em andamento para realizar esse serviço.

No sentido mais amplo, é possível analisar os vazios destacados em lilás (Figura 21) numa escala urbana, macro, que evidencia a fragmentação urbana associada à ampliação do perímetro urbano.

Figura 21 - Mapa dos Vazios Urbanos



Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

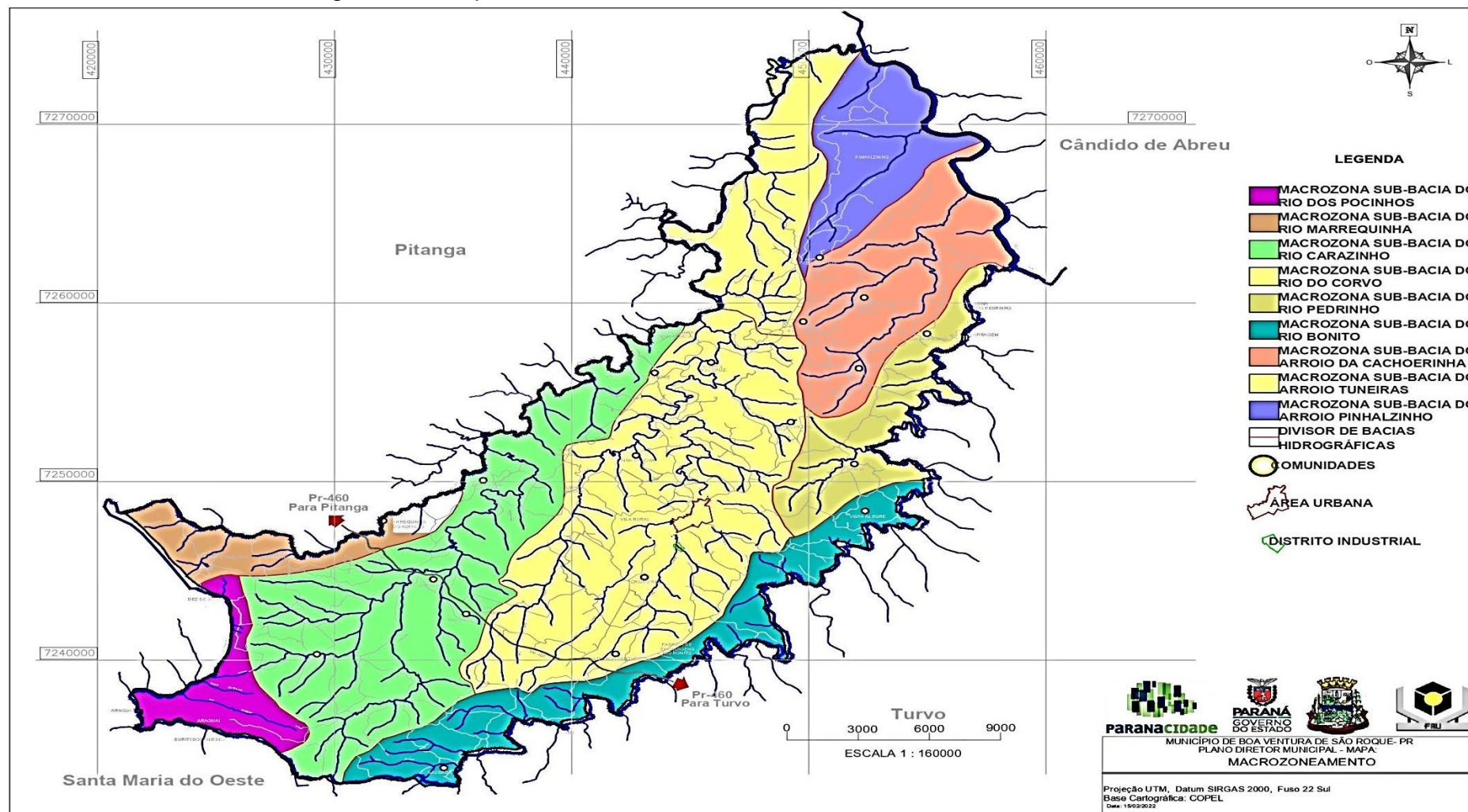
5.5.4 Uso e Ocupação do Solo Rural

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE apresenta uma população total de 6.343 pessoas (IBGE, 2021), distribuída desigualmente entre a área urbana 15,93% e área rural 84,07%. Esse fato reflete a alta taxa de pessoas ocupadas em atividades econômicas voltadas, sobretudo à agricultura e à pecuária. O município sempre possuiu mais habitantes na zona rural em relação à zona urbana, sendo que em 2007, do total de habitantes, 79,8% continuavam morando na área rural tendo um decréscimo de 2000-2007 cerca de 5%%. No entanto, continua prevalecendo uma população predominantemente rural, e o restante da população instalada em área urbana (20,2%).

O êxodo da população rural é devido ao esvaziamento local muitas vezes somado à falta de recursos e o risco agrícola levando grandes contingentes populacionais para áreas urbanas de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE ou para outros municípios.

Com a aprovação da Lei Municipal nº 591/2011 (BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2011a) do PDM que contém a subseção do Macrozoneamento Municipal (Figura 22), ficou delimitado e norteado o uso e ocupação do solo em todo território do município.

Figura 22 - Mapa de Macrozoneamento de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE



Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2011a.

Comunidades Rurais de Boa Ventura de São Roque

As comunidades rurais que mais se destacam no município DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE são:

- Ao sul do território municipal, as comunidades de Saudade e Fazendinha;
- No extremo oeste, a comunidade Vila Nova;
- Ao longo ou próximo da PR 460, as comunidades de Sitio Boa Ventura, Rio do Tigre, Santa Terezinha e Carazinho;
- Na parte central e próxima à sede urbana, Cristo Rei, Linha Gaúcha, Bairro dos Kruger, Novo Paraíso, Barro Preto e Alto Alegre;
- Na parte mais a leste do território, as comunidades de Grissi, Vista Alegre, Canadian, Cachoerinha e Água vermelha;
- Na parte norte central, as comunidades dos Bairros da Cruz, dos Kuachinhack, dos Roberto e Terra Santa;
- No extremo norte, a comunidade Pinhalzinho.

Quanto à infraestrutura existente e/nas principais comunidades rurais são:

a) Linha Gaúcha

Escola Rural Municipal Frederico Hemmel; Igreja Católica; campo de futebol;

b) Sítio Boa Ventura

Escola Estadual compartilhada (dualidade administrativa) com a Escola Municipal Getúlio Vargas; Igreja Católica na Vila Coamo; Unidade Básica de Saúde (UBS); Pavilhão Comunitário; Poço artesiano (Figura 23).

Figura 23 – Comunidade Sítio Boa Ventura



Fonte: Google Earth adaptado por FAU, 2022.

c) Fazendinha

Escola Rural Municipal João Pessoa; Pista de Laço; Igreja; Pavilhão Comunitário;

d) Cachoerinha

Escola Estadual Natal Pontarolo compartilhada (dualidade administrativa) com a Escola Municipal Santo Agostinho; Igreja; Posto de Saúde.

e) Terra Santa

Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Fátima; Igreja; Posto de Saúde; pavilhão comunitário; Poço artesiano.

f) Alto Alegre

Escola Municipal Rural Santa Salete; UBS; Poço artesiano; igreja; pavilhão comunitário.

5.6 ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

5.6.1 Infraestrutura Urbana

A sede do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE está localizada em posição centralizada em relação ao território municipal. Posição esta considerada uma potencialidade, visto que atende de forma mais igualitária as funções mais carentes nas comunidades rurais.

Entre os desafios que o governo do Estado em conjunto com o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Paraná (SEMA) tentam minimizar, refere-se às questões da titularidade de várias propriedades de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. O problema fundiário nesta região já vem sendo solucionado há muitos anos, devido à falta de documentação. O processo para regularização fundiária busca identificar áreas de terras públicas ou de posse e detalhar sua ocupação por meio do cadastramento das famílias que ocupam esses imóveis. O cadastro é feito por ação discriminatória, com a participação de técnicos do ITCG (advogados, topógrafos,

geógrafos, historiadores) que por meio de entrevistas às famílias atualizam os dados (tempo ocupa a área).

A licença de ocupação é o primeiro passo para a emissão do título definitivo da propriedade e a posse deste permite que os agricultores consigam financiamentos e acesso às linhas de crédito. O ITCG trabalha para garantir a regularização fundiária de cinco mil hectares de terras em BOA VENTURA DO SÃO ROQUE para famílias que há mais de quatro décadas aguardam a documentação. Em 2006, foram entregues os 400 primeiros títulos e em 2007 outros 170. Outras 130 famílias ainda aguardam pela posse das suas terras, localizadas na Fazenda Sonda, que também é chamada de “Terra Santa” pela população.

5.6.2 Planta Genérica de Valores

O código tributário e planta genérica de valores da sede de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, alterado pela Lei nº 633/2011 para fins de IPTU, continua em vigor (BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, 2011b).

De acordo com informações apresentadas pela Secretaria de Finanças existem 793 lotes urbanos cadastrados, destes 202 lotes são de uso comercial, o restante é residencial e os demais usos não há dados contabilizados. Essa constatação requer atualização do Código Tributário e da Planta Genérica de Valores.

5.6.3 Mobilidade Urbana

Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, um sistema de mobilidade urbana mais completo e voltado ao desenvolvimento urbano sustentável começou a ser elaborado em nível federal. Nesse contexto, orientações para o deslocamento de pessoas com prioridades de modos transportes urbanos com menor impacto ambiental passaram a ser discutidos, juntamente com a questão do transporte de cargas. Após anos de discussões, foi sancionada a Lei nº 12.587, em 3 de janeiro de 2012 (BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, 2011), que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

A PNMU tem como princípios:

- I. Acessibilidade universal;
- I. Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- II. Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- III. Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
- IV. Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- V. Segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VI. Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
- VII. Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- VIII. Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana (PNMU, art. 5º, 2012).

Acerca dos avanços na Mobilidade Urbana (Figura 24), observa-se a pavimentação das ruas e a construção de passeios.

Figura 24 – Avanços na Mobilidade Urbana



Fonte: FAU, 2022.

5.6.4 Saneamento Ambiental

Abastecimento de água

A população do Município de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE é atendida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), Companhia de Saneamento municipal com sede local na Avenida São Roque, nº 611. A empresa executa a captação subterrânea por meio de poços artesianos, realiza o tratamento e distribui aos domicílios, contemplando totalmente o perímetro urbano.

Nas localidades da zona rural o abastecimento é realizado por meio de poços individuais, ou seja, cada propriedade tem seu poço de abastecimento, ou, em alguns casos, utilizam reservatórios comunitários. Em algumas propriedades o abastecimento é feito por meio de poços Semi Artesianos. Não há dados de localização e quantidades de poços existentes no Município.

Segundo o SAMAE, no ano de 2021 havia 1.383 ligações de água cadastradas. Esse número cresceu consideravelmente, tendo em vista que no ano de 2011 eram apenas 900 ligações de água cadastradas, ocorrendo um aumento no número de ligações de aproximadamente 54% nos últimos 10 anos.

Esgotamento sanitário

Atualmente (2022) não há coleta e tratamento de esgoto sanitário por parte do Município ou de qualquer empresa particular. O esgotamento sanitário ocorre de forma individual por meio de fossa. Esta é uma questão urgente a ser melhorada, pois a falta de esgotamento sanitário pode acarretar diversos problemas ao meio ambiente e à saúde pública, colocando em risco a qualidade da água, contaminando o solo da região.

BOA VENTURA DO SÃO ROQUE conta com uma Unidade de Triagem que faz parte de uma Associação de Catadores de Material Reciclável. Atualmente a triagem é realizada por empresa terceirizada. Já os resíduos de Serviço e Saúde são coletados e dispostos por uma empresa terceirizada.

Drenagem

Toda bacia hidrográfica é composta por uma rede de elementos de drenagem constituída por rios, riachos, córregos e pântanos ou várzeas. Naturalmente formadas, se mantêm em função da dinâmica das precipitações e das

características do terreno (tipo de solo, declividades, cobertura vegetal). Com o uso urbano intenso do solo, este sistema é alterado substancialmente pela introdução de elementos artificiais e aumento das descargas com impermeabilização do solo.

A impermeabilização é composta pelos pavimentos das ruas, guias e sarjetas, bocas de lobo, galerias de drenagem, sistemas de retenção, infiltração nos lotes, valas e muitos outros dispositivos relacionados ao sistema viário.

Os custos da drenagem urbana variam segundo diversos fatores, tais como, a declividade das vias, o traçado da rede de drenagem, a trajetória, o tamanho das cidades, a declividade da bacia, entre outros (MASCARÓ; YOSHINAGA, 2005).

O sistema de drenagem urbana do Município compreende as áreas vazias, edificações, sistema viário, redes de galerias, canalizações e cursos d'água situados em bacias hidrográficas nos limites do território do Município. Atualmente, todos os serviços relacionados à drenagem urbana municipal estão sob o controle direto da Prefeitura Municipal por meio da Secretaria Municipal de Obras.

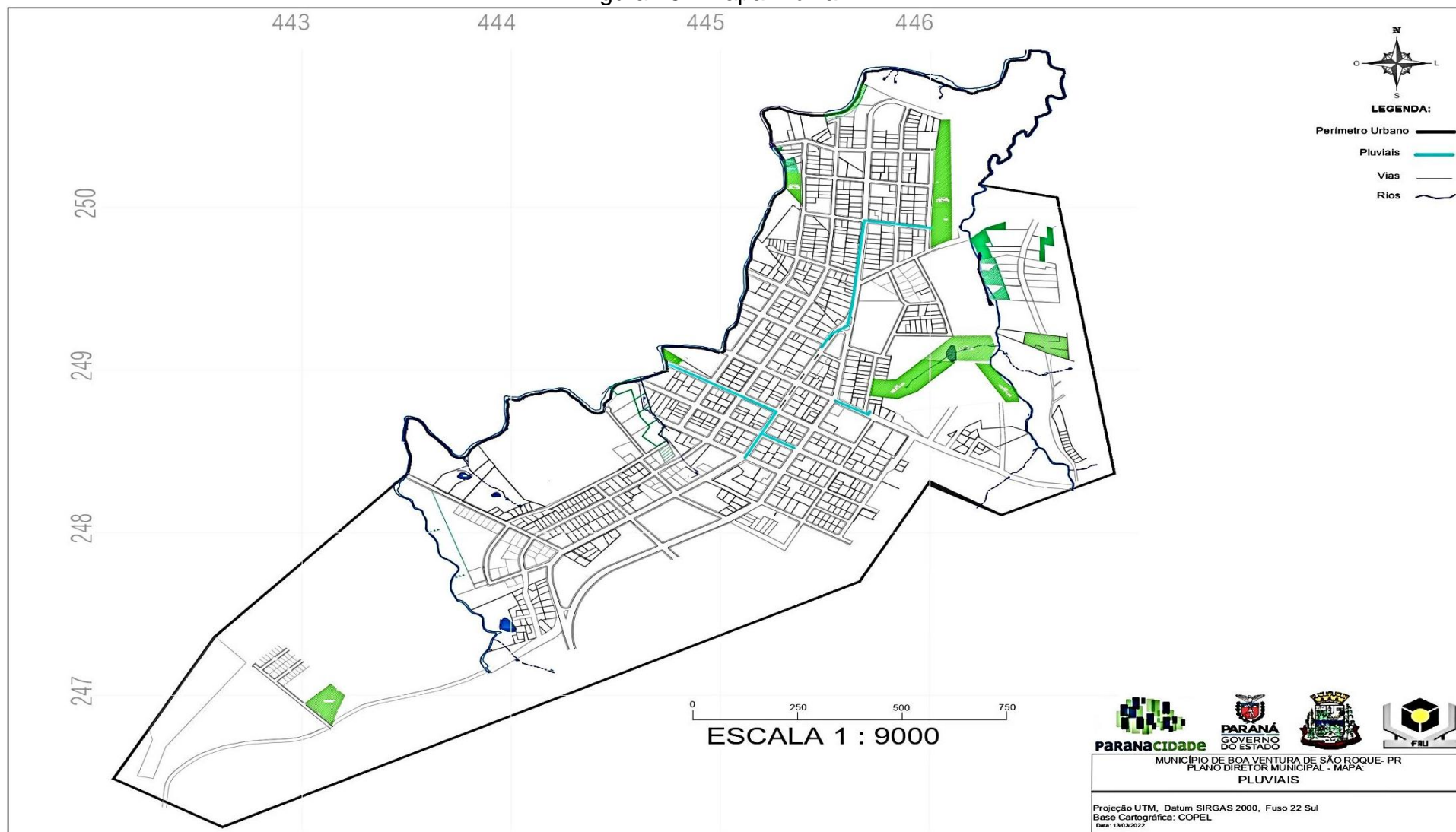
Num panorama geral, as principais deficiências no Sistema de Drenagem Urbana de Águas Pluviais do Município são:

- ✓ Redução do armazenamento natural das águas de escoamento;
- ✓ Necessidade de maior fiscalização quanto às ligações clandestinas de esgotos sanitários e despejos industriais nas galerias; despejo de águas servidas na sarjeta; lançamento de lixo nas bocas de lobo; preparo de argamassa nas vias públicas;
- ✓ Ausência de cadastro das galerias de águas pluviais;
- ✓ Irregularidades e subdimensionamento da rede existente;
- ✓ Falta de dissipadores nos finais das galerias;
- ✓ Processos erosivos.

No município, a questão da macro e microdrenagem se tornaram um importante desafio a ser trabalhado no território urbano. De acordo com informações da Defesa Civil Municipal, hoje possui um ponto importante de alagamento na vila São Paulo, no Município.

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE conta, na área urbana, com uma rede de drenagem, mas não possui tubulação em toda sua malha urbana. No Mapa Pluvial (Figura 25) é possível visualizar as ruas que possuem esse sistema.

Figura 25 - Mapa Pluvial



Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2011a

5.6.5 Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos

O Município conta com um aterro sanitário, segundo a Prefeitura Municipal, devidamente licenciado. O serviço de coleta convencional dos resíduos tem uma taxa de cobertura de 90% do perímetro urbano e ocorre três vezes por semana no centro e duas vezes por semana nos demais bairros. Em média é coletada uma tonelada/dia de resíduos. BOA VENTURA DE SÃO ROQUE também possui *containers* espalhados pela cidade visando otimizar e centralizar a coleta de resíduos. Esses recipientes estão localizados nas Avenidas São Roque e Dalzotto, além da Rua Giovanete Vaz e nos bairros Vila Gloeden e BNH.

5.6.6 Energia Elétrica e Iluminação Pública

O fornecimento de energia elétrica no Município está sob a responsabilidade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL).

A estatística é de 2.262 consumidores de energia elétrica em 2020 (Tabela 25), no Município, consumindo um total de 18.365 Mwh. Houve um acréscimo em consumo de energia e na quantidade de consumidores de 2008 para 2020, significando um acréscimo de 400% no consumo de energia e 84% no número de consumidores.

Tabela 25: Consumo e número de consumidores de energia elétrica 2007- 2008

CATEGORIAS	CONSUMO (Mwh)2008	CONSUMIDORES 2008	CONSUMO (Mwh)2020	CONSUMIDORES 2020
Residencial	652	428	1.654	1.051
Setor secundário	919	13	11.031	14
Setor comercial	790	58	1.016	92
Rural	1883	693	3.935	1.050
Outras classes	341	32	728	55
Total	4.585	1.224	18.365	2.262

Fonte: IPARDES, 2021.

O fornecimento de energia elétrica atende tanto a área urbana como a área rural com o programa de eletrificação rural. A complementação ocorre pelos programas para atender a população de baixa renda como, por exemplo, o Luz Fraterna para atender os usuários da rede urbana e para os usuários da área rural o

Programa Luz para Todos que beneficia com energia elétrica os proprietários que ainda não a possuem.

Para o fornecimento industrial, a potência disponível dependerá do local de instalação da indústria. Conforme a COPEL a metodologia para a determinação das previsões de demanda para as subestações tem como base a estimativa do consumo de energia por classe de consumo das localidades pertencentes à subestação, bem como a curva de carga e característica de cada classe.

A iluminação pública atende 90% da totalidade da área urbana, restando várias vias à sua alocação. A iluminação pública abrange principalmente o quadro urbano de origem, enquanto que os loteamentos mais recentes estão desprovidos deste serviço. Analisando a iluminação pública na sede urbana percebe-se a implantação de modo diferenciado e ao mesmo tempo disperso em termos de tipologia de lâmpadas. Não há uma sequência lógica do tipo de iluminação pública, até mesmo de tipo/colocação de lâmpadas em função da hierarquia de vias.

Segundo os moradores a qualidade do serviço de energia elétrica no município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE foi apontando como regular. Registrou-se a existência de alguns problemas, carência e dificuldades de manutenção do serviço na zona rural.

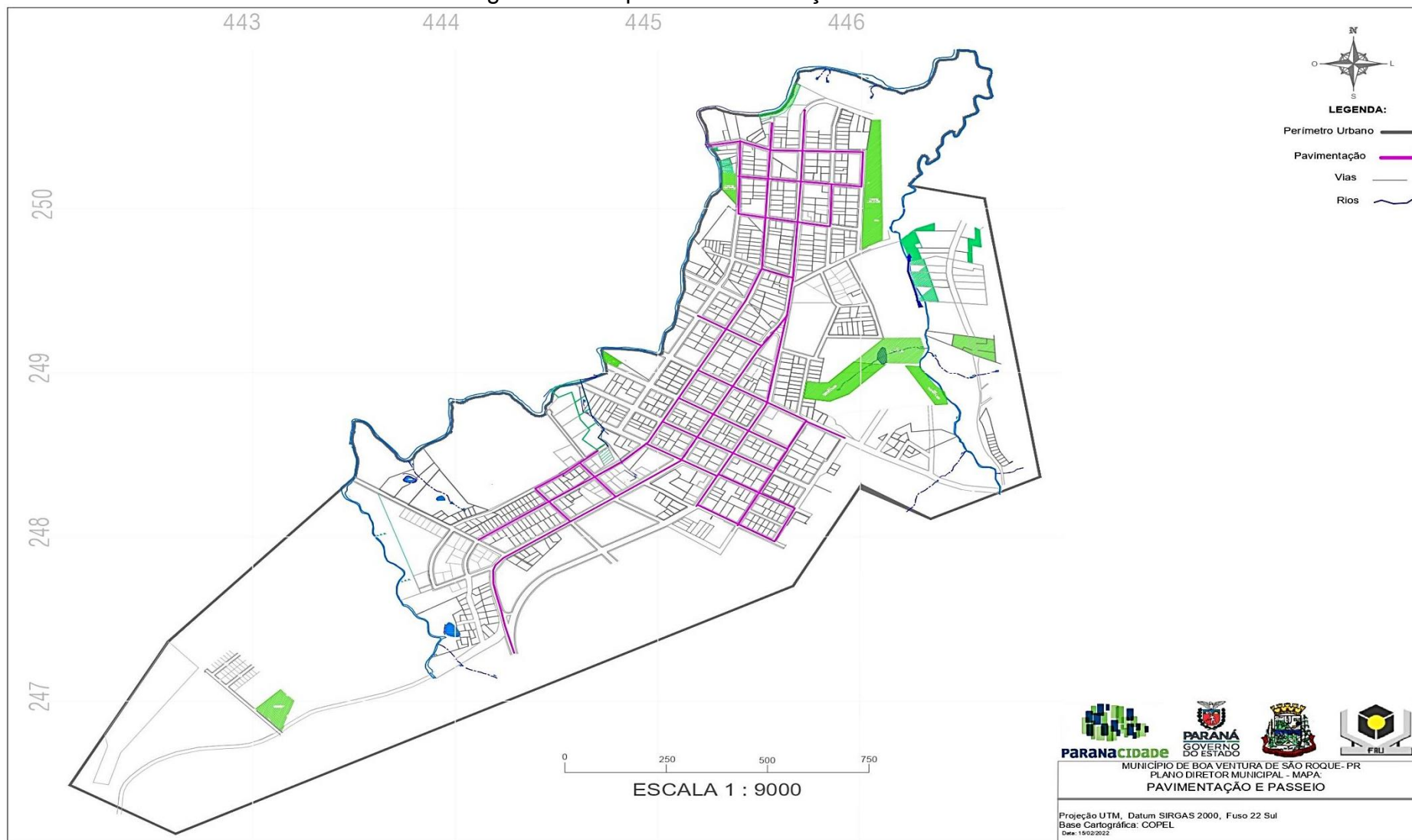
5.6.7 Pavimentação

O município, objeto deste PDM, nos últimos anos, deu um passo significativo quanto à infraestrutura de pavimentação ao executar os 10 km de acesso da sede urbana a PR 460 (Guarapuava/Pitanga). Esse feito favoreceu a mobilidade dos cidadãos de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e criou oportunidades de relações econômicas com a região. As demais estradas rurais no Município são cascalhadas e necessitam de manutenção permanente por parte da Prefeitura Municipal.

A cidade tem 70% de pavimentação poliédrica irregular e pavimentação asfáltica de suas vias (Figura 26). Apesar disso, observa-se significativa carência de infraestrutura no Município.

O município avançou muito nos últimos anos em relação aos investimentos em pavimentação urbana. Tendo uma ampliação de 40% das ruas pavimentadas, mas não investiu na mobilidade em relação à criação de ciclovias.

Figura 26 - Mapa de Pavimentação e Passeio



Fonte: PLANO DIRETOR DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

5.6.8 Sistema Viário

Hierarquia das Vias Municipais

A maior parte das estradas rurais do Município são cascalhadas, algumas em leito natural e a minoria readequada. A situação das estradas é regular, no entanto, quando chove torrencialmente o tráfego fica inviável. A sede urbana do Município dispõe de um Sistema Viário Básico (Figura 0), composto por um grande eixo que cruza toda a malha viária no sentido sul-norte denominada Avenida Dalzotto e estrutura toda a malha urbana da sede. Paralelamente à Avenida Dalzotto surge outra via importante a São Roque, ambas se encontram na parte central da malha urbana de frente para a Igreja Matriz São Roque.

A configuração da malha urbana ocorre de modo linear baseada no eixo estruturante da Avenida Dalzotto em que a adaptação ao relevo culminou na localização desta Avenida no espigão das duas microbacias do Rio do Corvo e de seu afluente o Riacho Cristo Rei. O desenvolvimento da malha deu-se para os lados leste e oeste da mesma Avenida.

As áreas residenciais se formam na parte de traz dos principais eixos viários das Avenidas Dalzotto e São Roque, se acomodando onde o relevo é acidentado. Em seus extremos são direcionadas para as margens do Rio do Corvo na parte oeste da malha e para o Riacho Cristo Rei na parte leste com relevo de topografia acentuada. As vias do Município contam com pouca sinalização viária, sendo necessário um remodelamento paisagístico e implantação de sinalização viária adequada a fim de melhorar a segurança dos veículos e pedestres. Algumas vias possuem canteiro central e uma caixa de via larga, contudo o tráfego é pequeno.

O Sistema Viário Urbano foi instituído com a Lei nº 595/2011 (BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, 2011c). A norma estabeleceu as classes de vias: arterial, coletora e local, embora seja necessário atualizar tal regularização devido ao crescimento da cidade e do código de trânsito brasileiro de 2020 (BRASIL, 1997).

5.6.9 Arborização Urbana

A arborização da sede urbana do Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE é bastante reduzida. A ausência de planejamento resultou na falta de um

padrão no plantio, tanto para a ornamentação quanto para a sua utilização com espécies adequadas a vias urbanas para sombreamento de passeios (Figura 27). Observa-se a presença de espaçamentos vazios entre as árvores.

Figura 27 – Árvores nativas



Fonte: Equipe FAU, 2022.

Com a implantação do Plano de Arborização realizado em meados de 2020, a realidade da arborização será alterada em médio prazo. Na área urbana a maioria das árvores é nativa das espécies Cedro, Angico, Timburi, Canafístula e Peroba.

5.6.10 Passeios Públicos

Os passeios para pedestres foram as próprias ruas durante muito tempo, as quais, a princípio eram estreitas, tortuosas; eram adequadas e próprias para baixas intensidades de trânsito; obedeciam à topografia da época e adequavam-se aos

empecilhos da natureza ou até mesmo a orientação de sentido após construção dos prédios residenciais. Quanto os veículos automotivos passaram a dominar estes terrenos os usuários tiveram seu próprio caminho/espço de segurança.

Na evolução destes conceitos, os projetos foram alargando estes espaços com aplicação de diferenciais nos níveis de altura (em relação às pistas rolantes dos veículos). Foram ganhando mais espaços, formatos e utilidades. Foram sendo alojados postes de iluminação pública e de energia, posicionamento de lixeiras.

Entretanto, para que os passeios se tornem úteis, alguns critérios devem ser observados com mais profundidade para que atenda aos pontos principais de seu objetivo, embora os interesses sejam diversos e próprios para cada situação. Nesse contexto é importante:

- ✓ Prever situações como passagem de rede de água, esgoto, colocação de lajotas;
- ✓ Declive em direção à rua (sem prejudicar o pedestre);
- ✓ Passeios antiderrapantes;
- ✓ Desníveis com a rua que não comprometam o estacionamento dos veículos;
- ✓ Construções não obstaculizadas por entradas estranhas nos prédios residenciais e ou comerciais;
- ✓ Áreas verdes, áreas floridas, áreas arborizadas;
- ✓ Passeio para deficientes e/ou ciclistas.

Os passeios públicos, quando bem projetados e mantidos, devem atender às funções a que se propõe. Um problema muito recorrente nas calçadas em geral, são as interferências causadas pelas espécies de árvores. Por razões dessa natureza, o projeto de arborização pública tem importância fundamental na qualidade dos passeios públicos.

As calçadas do Município são regulamentadas pela Lei Municipal do Sistema Viário nº 595/2011, a qual dispõe sobre larguras mínimas de passeios, permeabilidade e inclinação máxima.

O Município possui algumas ruas com calçadas, conforme já evidenciado na seção Mobilidade Urbana, porém, nem todas as calçadas existentes estão dentro das normas de acessibilidade. Há necessidade de o poder público em conjunto com a sociedade elaborar um plano de execução de passeios públicos, visando uma melhoria imediata da paisagem urbana e atendimento das normas de acessibilidade.

5.6.11 Educação

A educação está sob a responsabilidade do Município acompanhada e gerida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Registra em outros níveis escolares parceria com a Secretaria de Estado da Educação, BOA VENTURA DE SÃO ROQUE conta com o total de 11 (onze) Instituições de Ensino espalhadas por seu território (Quadro 4).

Quadro 4 - Instituições de Ensino de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

Nome	Localização
Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida;	Rua 18 de Setembro, 80, Centro;
Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima;	Localidade de Terra Santa;
Escola Municipal do Campo Santo Agostinho;	Localidade de Cachoeirinha;
Escola Municipal do Campo Dom Frederico;	Localidade de Assentamento Novo Paraíso;
Escola Municipal do Campo Santa Salete;	Localidade de Alto Alegre;
Escola Municipal do Campo João Pessoa;	Localidade de Fazendinha;
Escola Municipal do Campo Getúlio Vargas;	Localidade de Sítio Boa Ventura;
Centro M. de Educação Infantil Maria Alma;	Rua Natal Pontarolo, Centro;
Colégio Estadual Adonis Morski EFMP;	Rua José Mathias Gomes, nº 220;
Colégio Estadual Natal Pontarolo;	Localidade de Cachoeirinha;
Colégio Estadual Sítio Boa Ventura.	Localidade de Sítio Boa Ventura.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Todas as unidades municipais possuem Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) ativas. A cidade dispõe também, de atendimento educacional especializado. Crianças de 0 a 3 anos são atendidas pelo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Maria Alma. Já o serviço de Educação Infantil para crianças com faixa etária dos 4 aos 5 anos ocorre em período parcial em 7 (sete) das Instituições já elencadas.

No que se refere ao número de alunos matriculados na Educação Infantil (Quadro 5), a partir de 2011, tem-se:

Quadro 5 – Número de matrículas na Educação Infantil

Escola/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CMEI	153	139	170	120	95	109	114	115	121	117	105
N.S. Aparecida	56	50	40	43	89	113	112	113	101	105	99
N.S. Fatima	16	6	3	6	22	22	10	15	11	6	12
S. Agostinho	00	00	00	00	00	00	11	13	16	14	14
Dom Frederico	00	00	00	00	00	00	7	11	5	7	10
Santa Salete	00	00	00	00	00	00	5	6	5	7	4
João Pessoa	00	00	00	00	00	00	00	6	3	2	3
Getúlio Vargas	12	14	16	16	23	23	22	26	31	38	29

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Em relação ao Ensino Fundamental no decorrer do decênio (Quadro 6) são registrados os números abaixo:

Quadro 6 – Número de matrículas no Ensino Fundamental

Escola/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
N.S. Aparecida	283	298	312	304	270	376	369	372	269	277	281
N.S. Fatima	19	33	33	30	25	27	21	37	27	28	38
S. Agostinho	94	75	60	88	50	39	33	36	32	29	35
Dom Frederico	21	21	21	26	26	24	28	30	23	22	11
Santa Salete	11	14	12	11	19	19	19	17	13	15	13
João Pessoa	11	8	7	4	2	7	15	10	12	13	8
Getúlio Vargas	104	84	86	88	74	64	73	76	65	71	80
Adonis Morski	310	299	274	248	248	218	238	254	246	253	232
Natal Pontarolo	133	125	110	86	85	73	72	75	71	59	56
Sítio Boa Ventura	120	105	94	92	78	57	73	78	66	57	63

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Boa Ventura de São Roque, 2022.

A década no que se refere ao ensino médio indica os números a seguir (Quadro 7):

Quadro 7 – Número de matrículas no Ensino Médio

Escola/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Adonis Morski	194	173	151	159	144	100	98	114	126	122	135
Natal Pontarolo	61	75	79	72	56	53	38	47	39	36	39
Sítio Boa Ventura	68	50	53	57	61	65	55	49	54	54	43

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Há também, oferta de Ensino Técnico, especificamente no Colégio Estadual Adonis Morski, com 35 alunos matriculados em 2021.

Sobre os alunos que estudam em outros municípios, a Secretaria de Educação de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE indica, em registros mais recentes, antes da pandemia de Covid-19 (2020): 5 alunos na Casa Familiar Rural, 18 no Colégio Agrícola e 77 no Ensino Superior.

Ressalta-se que o Ensino Superior oferece a modalidade presencial na região, com destaque para a Universidade Estadual do Centro-Oeste, com campus avançado em Pitanga e campo em Guarapuava.

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE alcançou o índice 5,9 na última avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para educação infantil; 5,3 para Ensino Fundamental e 4,2 para Ensino Médio. Sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação (IOED), que é Oportunidade da Educação Brasileira do Município, constata-se os seguintes resultados: 4,8 em 2015; 4,4 em 2017; 4,7 em 2020 e 5,1 em 2021. A respeito de taxa de analfabetismo, o dado do último Censo (2010) indica a taxa de 11,78 para 15 anos ou mais.

Sobre recursos humanos, as escolas municipais têm 76 professores entre profissionais concursados e temporários admitidos via processos seletivos simplificados.

A realização de análise dos avanços sobre Educação em comparação com o Plano Diretor Vigente de 2011 tem-se os seguintes tópicos:

- ✓ Ampliação das linhas de transporte escolar;
- ✓ Incentivo à ampliação das linhas de transporte para o ensino superior;
- ✓ Criação do Plano Municipal de Educação;
- ✓ Criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- ✓ Implantação do Sistema de Ensino Positivo (Aprende Brasil).

Pensando em futuro, um dos principais desafios é a retomada completa das atividades escolares no pós-pandemia, com investimento em projetos que objetivam sanar defasagens escolares dos estudantes. Além disso, faz-se fundamental a Formação Continuada dos docentes e das equipes, a fim de atualizá-los para o uso de metodologias inventivas e outras abordagens atualizadas de ensino.

Especificamente sobre a estrutura física, é importante manter e ampliar espaços como, por exemplo, construir quadras esportivas nas seguintes escolas: Nossa Senhora de Fátima, Santo Agostinho, Dom Frederico, Santa Salete, João Pessoa e nos colégios Natal Pontarolo e Sítio Boa Ventura. Dessa forma é possível proporcionar ambientes adequados para práticas esportivas e culturais nas instituições de ensino.

5.6.12 Assistência Social

Nas duas últimas décadas, a Assistência Social em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE passou por reformulações quanto à compreensão da assistência como política pública, ou seja, da Assistência Social como política de direitos.

A política pública estadual de Assistência Social acontece por meio de três eixos fundamentais: Gestão Social, Controle Social e Financiamento. A Gestão Social envolve o gerenciamento, mobilização e estabelecimento de estratégias, com articulação entre o poder público e a sociedade. O controle social é exercido pelo Conselho Municipal de Assistência Social, que acompanha e fiscaliza as ações da área social, enquanto o financiamento pressupõe a garantia de recursos para o desenvolvimento da política na área social.

Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, a Secretaria de Promoção Social atua com dois departamentos, o de Assuntos Comunitários e o de Promoção Social. A pasta é específica para o desenvolvimento das ações da Assistência Social, principalmente para atender às pessoas em vulnerabilidade social. Sua função é atuar na coordenação e atenção à criança e ao adolescente e prover uma política assistencial a crianças ou adolescentes que porventura são abandonados, pessoas idosas e crianças de CEMEIS.

A demanda do poder público na área social é grande, contudo, a escassez de recursos inviabiliza maiores ações. No entanto, é necessário ampliar o quadro técnico com profissionais habilitados, como assistentes sociais e psicólogos.

O Município deve se capacitar/habilitar para solicitar maiores repasses de recursos financeiros do Fundo Nacional para o Fundo Municipal. Além disso, a formação constante (Formação Continuada) dos profissionais possibilita um avanço na qualidade do atendimento, resolvendo dificuldades rapidamente e acionando as instituições parcerias de maneira ágil.

Os programas existentes no município são:

- ✓ Leite das Crianças;
- ✓ Bolsa Família;
- ✓ Luz Fraterna;
- ✓ Tarifa Social;
- ✓ Benefício da Prestação Continuada (BPC);

- ✓ Ações Socioeducativas de Apoio às Famílias (ASEF);
 - ✓ Atividades de Geração de Renda (Recursos do Índice de Gestão Descentralizada - IGD).

O Município conta com vários Conselhos Municipais, dentre eles o Conselho de Assistência Social, responsável por estabelecer as prioridades de atendimento, aprovar o Plano Plurianual da Assistência Social, acompanhar a execução financeira da Política da Assistência Social e participar do processo de avaliação de resultados. Possui o Fundo Municipal de Assistência Social, para o qual são destinados todos os recursos, sejam municipais, estaduais ou federais, a serem utilizados na Assistência Social. Além disso, há o envolvimento direto do Departamento de Ação Social com os diversos Conselhos Municipais.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE conta com alguns equipamentos de Assistência Social que junto com o poder público municipal objetivam melhor condição de vida das pessoas que mais necessitam:

- ✓ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- ✓ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE - Escola Encanto da Vida);
- ✓ Conselho Tutelar;
- ✓ Telecentro Comunitário – Programa de Inclusão Digital;
- ✓ Clubes de Mães nas comunidades rurais.

5.6.13 Cultura e Esporte

Cultura

No Departamento de Cultura do Município as atividades desenvolvidas são:

- ✓ Fanfarra municipal;
- ✓ Teatro (fantoques e roupas para apresentação de palhaços);
- ✓ Produção de objetos de decorações natalinas;
- ✓ Aulas de instrumentos musicais (flauta doce, saxofone, violões, teclado, gaita);
- ✓ Aulas de balé, Artes marciais, Escolinha de futebol, Xadrez e Natação.

No Município também existem alguns programas em andamento para a disseminação cultural:

- ✓ Museu ou Casa da Cultura (resgate histórico do município) em parceria com a Universidade;
- ✓ Biblioteca Cidadã – Prof. Lúcia Miranda;
- ✓ Campeonato Municipal;
- ✓ Show cultural regional (grupo de danças).

O Município ainda dispõe de Biblioteca Pública - Professora Lúcia Miranda (Biblioteca Cidadã) implantada na sede, localizada à Rua 18 de setembro, na parte Leste da malha urbana. O objetivo desta instituição é promover o desenvolvimento local das regiões mais vulneráveis a partir da democratização do acesso ao conhecimento, à leitura e à inclusão digital.

A biblioteca atende às necessidades da população, pois conta com:

- ✓ Variado acervo bibliográfico;
- ✓ Um Telecentro equipado com computadores e Internet (disponíveis para as pessoas que desejam fazer uso);
- ✓ Sala multiuso disponível para quaisquer atividades voltadas à população;
- ✓ Disponibiliza um espaço adequado para a realização de eventos culturais e exposições;
- ✓ Disponibiliza espaço para a utilização das universidades na implantação de cursos superiores e especializações *Lato Sensu*.

Dentre os vários eventos realizados no Município, podem-se relacionar alguns populares permanentes:

- ✓ Aniversário do Município - ocorre anualmente no dia 18 de setembro;
- ✓ Festa Junina – ocorre anualmente em junho; consiste numa promoção das escolas municipais e estaduais, há concursos e barracas de gastronomia típica;
- ✓ Festa do Padroeiro – ocorre anualmente no dia 16 de agosto (16/08); a programação inclui celebrações religiosas, almoço com churrasco e grande programação festiva.
- ✓ Cavalgada para ambos os gêneros (masculino e feminino);
- ✓ Festa de Rodeio Municipal e Domingueiras nas Localidades;

Foram constatados avanços nos seguintes temas nos últimos anos:

- ✓ Resgate histórico do Município valorizando o Patrimônio Cultural - cultura ucraniana, tropeirismo, cultura negra, cultura polonesa, cultura italiana, cultura

gaúcha;

- ✓ Reativação do grupo de fanfarra;
- ✓ Projetos de violão, gaita, teclado e canto, incentivando festivais de músicas de categoria adulto, infantil e infanto juvenil;
- ✓ Projeto de leitura com o desenvolvimento de inúmeras atividades, tais como, contação de histórias, leitura, pintura, expressões artísticas diversas, jogos e brincadeiras.

Esporte

Na área do Esporte, o Município realiza campeonatos anuais de campo e suíço, nas modalidades masculina e feminina; participa de competições de futsal.

Com relação aos jogos regionais, participa de: Jogos da Juventude, Bom de Bola, Jogos escolares em diferentes modalidades e jogos de bocha ou bolão. Sobre a colocação nessas competições, há destaque para as modalidades de bocha e bolão, bem como nos Jogos da Juventude.

O Município incentiva também competições, treinamentos voltados para a prática de vôlei, truco, bocha, corrida, caminhada, xadrez, ciclismo, motocross, artes marciais, laço comprido, cavalgadas, entre outros.

Acerca de espaços adequados às práticas esportivas, verifica-se a necessidade de ampliação, bem como construção de ginásios cobertos. Uma quadra municipal de areia está em construção. O Município conta também com o Campo Municipal Edgar Paulo Becker, no Centro da cidade. Nas localidades há campos de futebol.

5.6.14 Turismo

O Município possui em seu território potencialidade turística rural bastante expressiva, em face de sua paisagem e de seus elementos naturais relevantes. Todavia, o potencial ainda é pouco explorado, mas pode ser impulsionado por meio de uma infraestrutura mais adequada tanto do acesso, nas vias e nas sinalizações, quanto nas estruturas existentes em si, para que se tornem mais atrativos aos turistas. Os pontos turísticos do Município são

- **Parque Municipal da Farinheira** – localizado no limite do quadro urbano na parte Norte, ao final da Avenida Dalzotto, o Parque foi implantado pela Empresa BRASCAN para compensação ambiental da Usina de Rio Pedrinho. Posteriormente à sua implantação foi doado ao Município. A área conta com um potencial turístico ambiental exuberante, contém belas cachoeiras do Rio do Corvo; área de lazer e recreação; uma casa restaurada da antiga farinheira da época com moinho d'água transformada em Casa da Cultura, onde preserva a memória da cidade e dos pioneiros; viveiro ambiental; possui um mirante contemplativo, mas degradado necessitando de manutenção com urgência;
- **Espaços contemplativos de Beleza Natural** - o território municipal possui várias áreas com potencial ambiental turístico, mas que carecem de um trabalho de cadastramento das propriedades privadas que pretendam trabalhar em um projeto de turismo sustentável. Ao longo da estrada municipal (estrada Mathias) pode-se notar a beleza natural das áreas, necessitando de ação conjunta entre iniciativa privada e o poder público.

5.6.15 Segurança Pública

Quanto à Segurança Pública, a Polícia Civil disponibiliza a Delegacia que realiza a apuração de infrações penais, conforme previsão legal contida no Art. 144, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

A Delegacia está localizada na Av. Dalzotto, nº 1.276, no Centro da cidade. Na Unidade há dois funcionários cedidos pela Prefeitura e um delegado, o qual também responde pelas Delegacias de Pitanga (PR) e Santa Maria do Oeste (PR); contando com uma viatura. Quanto aos tipos de ocorrências registradas, são diversas, tais como: contra a pessoa, o patrimônio, costumes, fé pública, contravenções penais, e outras.

Já a Polícia Militar executa o policiamento ostensivo preventivo e eventualmente repressivo, em conformidade com os dispositivos legais vigentes. O Destacamento Policial Militar está localizado à Av. Dalzotto, na esquina com a Rua Maciel, s/nº, no Centro. Dispõem de um efetivo de cinco policiais, sendo um 3º

Sargento e quatro soldados; há três viaturas (uma Toyota Bandeirantes 4 x 4 prefixo 4419; uma VW Parati prefixo 8153 e uma moto Honda XR 200R prefixo 800).

As principais ocorrências atendidas no perímetro do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE são furtos simples (furto de objetos/coisas de menor valor), violência familiar e doméstica, embriaguez, infrações de trânsito e posse/porte irregular de arma de fogo.

5.6.16 Recreação

A recreação no Município é de responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Tais atividades ocorrem principalmente nos eventos programados e promovidos pelo Município, tais como, comemorações do aniversário da cidade, festas religiosas e campeonatos esportivos.

Quanto aos equipamentos de recreação e lazer disponíveis para a população de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE esta ode contar com:

- ✓ Parque Municipal da Farinheira – Cachoeiras do Rio do Corvo;
- ✓ Salão São Miguel;
- ✓ Biblioteca Municipal Professora Lúcia Miranda;
- ✓ Parques na Praça Municipal com playground;
- ✓ Quadra Poliesportiva Municipal com playground.

5.6.17 Serviços Públicos

O Município não conta com a infraestrutura de uma Rodoviária específica, o que é visto pela população como um grande problema; o transporte público é feito exclusivamente com o transporte escolar que conduz alunos da Rede Pública para as escolas rurais e urbanas.

A população dispõe do transporte coletivo particular municipal e intermunicipal saindo das comunidades de Terra Santa e Cachoeirinha (área rural). Na área urbana, existem duas empresas particulares que realizam o transporte para o município de Pitanga. As linhas funcionam da seguinte maneira: saída da comunidade de Terra Santa nas terças e quintas-feiras passando pela sede, até a cidade de Pitanga, com saída às 7h00 da manhã e retorno às 15h00. Saída de

Cachoeirinha às 6h30 da manhã e retorno às 15h00. Saída da sede de Pitanga: Empresa Nordeste, saída às 7h30 e retorno às 12h00; saída às 14h00 e retorno às 16h00. Saída da sede para Pitanga: Empresa Raphatur, saída às 8h00 e retorno às 12h00; saída às 14h00 com retorno às 16h00.

As dificuldades no atendimento ao usuário residem na falta de horários mais diversificados, maior oferta de transporte nos finais de semana, e também a falta de transporte coletivo nas demais comunidades.

As linhas de transporte terceirizadas que executam o transporte de todas as localidades do Município até as escolas centralizadas Municipal e Estadual estão elencadas a seguir (Quadro 8).

Quadro 8 - Linhas de transporte terceirizadas - de todas as localidades do Município às Escolas centralizadas Municipal e Estadual

Lote	Descrição	Turno	KM Diários	Veículo
1	ITINERÁRIO 1-Astroagri/40 Alqueire/ COPROOCERP/ Escola Dom Frederico Helmel manhã e tarde/ ITINERÁRIO 2- Sede do Município Colégio Estadual Adonis Morski- noite Retorno/ Saída do colegio Adonis/ Vila Rural/Linha Gaucha/Bairro dos Kruger/COPROOCERP.	Itinerário 1- Manhã /tarde Itinerário 2- Noite	120	Mínimo 30 lugares
2	Bairro dos Sass/ Escola Santa Salete- Alto Alegre	Manhã	35	Mínimo 9 lugares
3	Terra Santa/ Kuachiniak/Bairro dos Cruz/Alto Alegre/ Sede Município	Noite	50	Mínimo 22 lugares
4	Carazinho / Marrequinha / Fazenda Latorre/Sítio	Manhã/Tarde	108	Mínimo 23 lugares
5	Encruzilhada Fabio Sass/ Bairro dos Cruz/ Escola Santa Salete- Alto Alegre.	Manhã	45	Mínimo 09 lugares
6	Sítio São Sebastião/prop.Luiz Schon/prop. do Elizeu/prop. Leonilson	Tarde	52	Mínimo 16 lugares
7	Barragem/ Bairro dos Roberto /Canadia/ Kuachinhak /Sede do Município Escola Emilio Mudrey Ed.Esp.	Tarde	62	Mínimo 9 lugares
8	Fazenda Barros /Saudade	Tarde	60	Mínimo 9 lugares
9	Fazendinha/Fazenda Barros Saudade/Sítio Escola M. do Campo	Tarde	106	Mínimo 9 lugares

	Getúlio Vargas/ Sede Escola Emilio Mudrey Ed. Esp.			
10	Fazendinha/Carazinho/ Tigre/Sítio Boa Ventura	Manhã	82	Mínimo 16 lugares
11	Fazenda Romitti/ Vanzela/ Carazinho	Meio-dia	69	Mínimo 9 lugares
12	Fazenda Romitti/ Vanzela/ Carazinho /Tigre /Sítio Boa Ventura	Manhã/Tarde	161	Mínimo 22 lugares
13	Encruzilhado do Barro Preto/ Rio do Grisse/Cachoeirinha	Manhã/Tarde	55	Mínimo 16 lugares
14	Kuachinhak/Canadia/Fazenda Piovesan/Encruzilhada Alceu/ Propriedade Valdomiro/ Cachoeirinha	Manhã/Tarde	80	Mínimo 12 lugares
15	Manhã - Linha Gaúcha/ Bairro Zaluski/Sede do Município Tarde: Saída do Colégio Adonis/Propriedade Gralak/ Encruzilhada Ladio/ Propriedade Esmael Ferreira.	Manhã/Tarde	40	Mínimo 16 lugares
16	Saudade/Sítio Boa Ventura	Manhã/Tarde	88	Mínimo 32 lugares
17	Weber/Bairro dos Matias/Usina Rio Bonito / Sítio Boa Ventura	Manhã/Tarde	84	Mínimo 23 lugares
18	Propriedade Pedro Palmeira/ Canádia/ Estrada Krochinski/Cachoeirinha	Manhã/Tarde	74	Mínimo 23 lugares
19	Campinas dos Freitas /Bairro dos Kruger /Fazenda Schneider/Assentamentos Coproocerp e Astroagri/ Linha Gaúcha /Vila Rural/Sede do Município	Manhã/Tarde	93	Mínimo 46 lugares
20	Enc. Estefano Sass/ B. Cruz/ A. Alegre/ B. Forekevicz /S. Sebast/Sede.	Manhã	55	Mínimo 46 lugares
21	Ivaí /Barragem/Cachoeirinha	Manhã/Tarde	80	Mínimo 9 lugares
22	Ida E Volta Nei Ferreira/ Sonda/ Pedro Rofran/ Fazenda Melem/Claudia Cardoso/ Escola Nossa Senhora De Fatima/ Chacara Professor Jose/ Escola Nossa Senhora De Fatima	Manhã/Tarde	75	Mínimo 18 lugares
23	Tarde: Marrequinha/Fazenda Melen/Terra Santa/ Paulo Dias/Bairro dos Roberto/ Cachoeirinha	Tarde	80	Mínimo 18 lugares
24	Noite: Sonda/Terra Santa/Curso: Ações Pedagógicas Descentralizadas (APEDS) Ensino Médio	Noite	18	Mínimo 18 lugares

25	Faz. Rocha Loures/ Pinhalzinho/ Terra Santa/ Cachoeirinha	Manhã/ Tarde	157	Mínimo 18 lugares
26	Pinhalzinho /Terra Santa / Apeds E Eja	NOITE	40	Mínimo 18 lugares
27	Fazenda Chavaren/Marrequinha/Terra Santa/Bairro dos Roberto/ Cachoeirinha	Manhã	57	Mínimo 18 lugares
28	Manhã: Fazenda Paulo Dias/Escola/ Neri de Lima/Iozir/ Escola/ Propriedade Albani Pereira/Escola M. do Campo Nossa Senhora de Fatima Tarde: Entrada da Fazenda Paulo Dias/Escola/ José Ferreira/Maristela//Escola M. do Campo Nossa Senhora de Fatima	Manhã/ tarde	61	Mínimo 9 lugares
29	Barro Preto/ sede	Manhã/ Tarde	79	Mínimo 21 lugares

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Como forma de apoiar alunos do Ensino Superior, as linhas são totalmente gratuitas para as cidades de Pitanga e Guarapuava; bem como do interior do Município até a sede de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE (Quadro 9).

Quadro 9 – Linhas gratuitas para transporte de alunos do Ensino Superior

Lote	Descrição	Turno	KM Diários	Veículo
30	Boa Ventura/ F. Guarapuava/CEDETG/ CURSOS/ CAMPO REAL	Noite	150	Mínimo 46 lugares
31	Boa Ventura/ Pitanga/ Colegio Dom Pedro/ CEEP/INSTITUTO FEDERAL/ Unicentro/ Faculdade UCP	Noite	110	Mínimo 46 lugares
32	Sonda/Terra Santa/Kuachiniak/Bairro dos Roberto Cachoeirinha/ Grisse, Sede do Município.	Noite	110	Mínimo 16 lugares

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Sobre as viagens previstas para atendimento de projetos pedagógicos e culturais, direcionados a aquisição e aprimoramento dos saberes dos educandos, tanto da rede Municipal quanto da rede Estadual de Ensino, seja no próprio

Município e em outros Municípios, a Prefeitura Municipal disponibiliza o transporte (Quadro 10).

Quadro 10 – Transporte gratuito para Cursos dentro ou fora do Município

33	Viagens com fins pedagógicos regionais			Mínimo 46 lugares
----	--	--	--	-------------------

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 2022.

Em relação ao transporte realizado por frota própria do Município, os dados constam a seguir (Quadro 11).

Quadro 11 - Frota própria municipal

Lote	Descrição	Turno	Nº alunos	Veículo
1	Linha Carvalho	Manhã	19	Micro – ônibus
2	Linha Cristo Rei, Parque Industrial	Manhã/tarde	60	Ônibus
3	Linha Grisse e Vista Alegre	Manhã/tarde	59	Ônibus
4	Linha Vila Rural	Manhã/tarde	55	Ônibus
5	Linha APAE	Manhã/tarde	15	Micro- ônibus
6	Faculdade	Noturno	26	Ônibus

Fonte: Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 2022.

5.6.18 Telecomunicações

Não há meios de comunicação locais em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. Os jornais que circulam entre a população são provenientes de localidades próximas.

O Município também não possui uma Estação de rádio. As emissoras mais ouvidas na região são Rádio Poema e Rádio Pitanga, do município de Pitanga. O município é atendido por provedores de Internet.

No que se refere a canais televisivos, não há antena para recepção de sinais de TV, o sinal chega às residências através do sistema de antenas parabólicas, com disponibilidade de 28 canais abertos, onde os mais assistidos são TV Globo, SBT, Rede TV, Bandeirantes e TV Educativa.

O Município conta com uma Agência de Correio, inaugurada em 2009. Todavia, o morador precisa ir até a agência para receber correspondências, pois não há sistema de entrega.

5.6.19 Telefonia e Internet

O município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE conta com o serviço de telefonia fixa e celular de diferentes operadoras. Do mesmo modo, há diferentes ofertas de Internet.

5.7 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5.7.1 Estrutura Administrativa

A análise da Estrutura Administrativa se efetiva a partir do ano vigente (2022), tomando-se como pressuposto inaugural o Gabinete do Prefeito e as Secretarias, delineando-se então a estrutura hierárquica municipal.

Entende-se que a composição funcional é bastante adequada para o porte do Executivo local, conforme exposto a seguir:

- ✓ Gabinete do Prefeito;
- ✓ Secretaria Municipal de Administração;
- ✓ Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimentos;
- ✓ Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- ✓ Secretaria Municipal de Finanças;
- ✓ Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- ✓ Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- ✓ Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Turismo;
- ✓ Secretaria Municipal de Promoção Social;
- ✓ Secretaria Municipal de Saúde.

O quadro funcional está organizado conforme segue³:

- ✓ Onze agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários);

³ Informações detalhadas podem ser obtidas no site
<http://boaventurasrpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/mapa>

- ✓ Vinte cargos comissionados (em geral, Chefes de Seção);
- ✓ Duzentos e trinta e nove funcionários efetivos, de todas as classes.

Este Relatório apresenta dados complementares em atenção ao bom princípio da transparência pública, isto é, data de admissão, remuneração bruta, cargo, nível salarial, local de trabalho e carga horária.

No que se refere aos gastos financeiros com pessoal, o volume pode ser considerado dentro da normalidade, a partir do prescrito na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Tomando-se como referência o período 11/2021 a 10/2022⁴, a Municipalidade demonstrou (Tabela 26) o seguinte ambiente:

Tabela 26 – Gastos financeiros com pessoal

Referência	Valor R\$
Receita corrente líquida (RCL) ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal	R\$ 42.232.739,84
Despesa total com pessoal	R\$ 17.576.530,06 (41,62% sobre a RCL ajustada)
Limite máximo	R\$ 22.805.679,51 (54%)
Limite prudencial	R\$ 21.665.395,54 (51,3%)
Limite de alerta	R\$ 20.525.111,56 (R\$ 48,6%)

Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

5.7.2 Sistema de Informações Municipais

A estrutura municipal é composta atualmente por um Quadro de 90 (noventa) cargos dispostos em Lei, com aplicação a partir do ano de 1997 e reestruturada ao longo dos anos (a exemplo da Lei Municipal nº 214, de 2005).

Observa-se vacância em determinadas posições, seja pelo não preenchimento via concurso público em si ou pela desatualização da ocupação, o que permite projetar a extinção em eventual reordenação funcional aprovada pelo Legislativo de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE. O cenário vigente a este tópico, tanto em relação ao preenchimento quanto ao perfil profissional de cada função pode ser acessado, de forma completa, em link já disposto neste Relatório.

⁴ Vide link já mencionado em nota de rodapé 3.

5.7.3 Legislação Estrutura Administrativa

A avaliação da legislação de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE permite vislumbrar que, chegando o ano de 2022, a Municipalidade dispõe de arcabouço jurídico adequado, desde a Lei Orgânica (a atual é de 2020) até Planos de Cargos e Carreiras dos funcionários, tanto do Quadro Geral (promulgado em 2006) como do Magistério (2005).

O Código Tributário Municipal é de 2011, levando a entender que, assim como outros documentos legislativos, tem-se um panorama em que seria interessante a promoção das atualizações pelo Executivo, respeitando-se as jurisprudências e leis superiores (tanto do Estado como da União).

Percebe-se, portanto, que o cenário evoluiu bastante desde o último PDM, que, no item Legislação Estrutura Administrativa, apontava boa dose de deficiências nestes temas.

5.7.4 Evolução e Composição das Receitas e Despesas

Dados do ano de 2021 exarados pela Prefeitura Municipal apontam que o Executivo fechou ano com superávit de R\$ 166.500,00, já descontados os Investimentos, as Amortizações Financeiras, a Amortização de Dívidas-Refinanciamento e a Reserva de Contingência. Com uma arquitetura financeira baseada nas Transferências Correntes (a exemplo da maioria das cidades brasileiras), a Prefeitura conseguiu arrecadar total de R\$ 29,6 milhões⁵.

Percebe-se uma queda na arrecadação quando se observa o exercício de 2018, por exemplo. Naquele ano, a receita atingiu a casa de R\$ 31,8 milhões, o que possibilitou uma reserva de contingência bastante expressiva – na faixa de R\$ 1,5 milhão, além de investimentos de R\$ 3,3 milhões. A diminuição nas faixas das Contribuições e na Receita Patrimonial explica tal déficit de um ano para outro.

Entretanto, ao retornar no tempo (ano de 2013), os resultados são promissores. Naquele Exercício, o Poder Executivo amealhou R\$ 16 milhões, com despesas da faixa de R\$ 15,4 milhões. O incremento considerável nas

⁵ Vide link já mencionado em nota de rodapé 3.

Transferências Correntes e mesmo na Receita Tributária (saltou de R\$ 612 mil em 2013 para o dobro em 2021) contribui para o entendimento de tal elevação.

A variação a cada exercício, entre 2013 e 2021, quanto à arrecadação pode ser visualizada a seguir (Tabela 27):

Tabela 27 – Arrecadação – Exercícios de 2013 a 2022

Ano	R\$
2013	16,0 milhões
2014	18,3 milhões
2015	19,0 milhões
2016	25,1 milhões
2017	25,8 milhões
2018	31,8 milhões
2019	30,1 milhões
2020	29,1 milhões
2021	29,6 milhões
2022	32,7 milhões (projeção)

Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

5.7.5 Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

O PDM vigente, quando instituído (2011), apresentava o seguinte conteúdo (Tabela 28) neste quesito:

Tabela 28 – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

ASPECTOS INSTITUCIONAIS		
Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Legislação administrativa e tributária; ✓ Legislação Urbanística; ✓ Sistemas de Informações Municipais; ✓ Estrutura administrativa institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastro técnico defasado; ✓ Baixa arrecadação; ✓ Legislação urbanística incompleta e desatualizada; ✓ Falta de equipamentos de informática para modernização do processo de planejamento e gestão; ✓ Necessidade de estruturação do órgão responsável pelo acompanhamento da implementação do Plano 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades como elemento de gestão pública; ✓ Aplicação da Legislação urbanística demonstrando um controle no uso e ocupação do solo urbano, principalmente no controle das

	Diretor municipal; ✓ Estruturação do órgão responsável pelo controle do meio Ambiente municipal; ✓ Estruturação do órgão de turismo e de desenvolvimento econômico.	ocupações próximas ao Rio do Corvo.
--	---	-------------------------------------

Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Desde então, a cidade se transformou bastante: as legislações administrativas e tributárias foram estruturadas, ainda que esta última, como supra apontado, necessite de nova versão; a legislação urbanística está contemplada em alguma medida (como no Código de Posturas), embora necessite de equacionamento em um item capital – a produção e entrada em vigor do Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob), nos termos do Caderno de Referência do Ministério do Desenvolvimento Regional. Observa-se que tanto o Sistema Municipal de Informações como a estrutura administrativa também tiveram excelente dose evolutiva.

Em relação às deficiências apontadas na tabela anterior, algumas têm natureza que requer investimento constante como, por exemplo: cadastro técnico, melhoria na arrecadação (o que vem ocorrendo, conforme demonstrado acima), equipamentos de informática, estruturação do órgão responsável pelo acompanhamento do PDM (o Conselho Municipal da Cidade está em fase de reordenamento), estruturação do órgão responsável pelo controle do meio ambiente municipal (o código local pertinente está vigente desde 2016) e estruturação do órgão de turismo e de desenvolvimento regional (que requer principalmente articulação com os municípios do entorno).

O mesmo se aplica ao elemento Potencialidades, ou seja, ajustes recorrentes nos instrumentos de gestão pública (a partir do Estatuto das Cidades) e na aplicação da legislação urbanística quanto ao uso e ocupação do solo urbano, algo que, precisamente, o atual processo revisional do PDM contempla.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PARANÁ

FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Equipe FAU UNICENTRO - PARANÁ

CAPÍTULO III

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a Definição de Diretrizes e Proposições e consiste na Fase 3 do PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR. Trata-se de um documento apresentado ao Município no mês de maio de 2022 para análise, avaliação e validação.

Durante a execução do cronograma do PDM ocorreram diferentes etapas, com finalidades específicas, tais como: assinatura do contrato de prestação de serviço; entrega de Plano de Trabalho ao município; treinamento ministrado à Equipe Técnica Municipal; 1ª Audiência Pública; Leitura Comunitária coordenada pela Equipe Técnica Municipal e pela Comissão de Acompanhamento para a terceira fase; levantamentos de campo e de documentos, efetuados pela Consultoria juntamente com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento.

Neste momento, são considerados os aspectos relevantes no que se refere ao futuro da cidade, a fim de vislumbrar avanços e reorganizar questões territoriais pertinentes à vida em sociedade. O PDM é um mecanismo democrático que elabora propostas para o desenvolvimento do Município. De tal forma, agora se realiza a reflexão sobre a próxima década, a partir de proposições baseadas nas potencialidades e dificuldades.

Na definição do Município que se deseja, estão enumeradas as estratégias e os instrumentos próprios para alcançá-las, tomando como base a vocação do Município. Em outras palavras, são apresentados caminhos para que se construa a cidade em que se quer viver.

A Fase 3 está detalhada no Plano de Trabalho da seguinte forma:

a) Descrição da fase

Compreende a definição de Diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais, bem como também proposições para os aspectos físico-espaciais e de infraestrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas de intervenção para curto, médio e longo prazo.

b) Metodologia

O ponto de partida para a definição das Diretrizes e propostas para o desenvolvimento municipal será a avaliação técnica temática do Município levando-se em conta a definição de cenários desejados para os diversos setores e elementos analisados. Será realizada a partir da avaliação do estágio de desenvolvimento de cada setor e de sua capacidade financeira, administrativa e de recursos humanos do município, entre outras condicionantes.

Assim, as Diretrizes são articuladas e especializadas a partir de uma escala apropriada, consolidando o Macrozoneamento, que abrange o território do Município, com base no futuro Zoneamento, onde cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e ocupação do solo municipal.

A construção desses cenários e a definição dos elementos foram realizadas pela Consultoria em conjunto com a Equipe Técnica Municipal, passando pela anuência da Comissão de Acompanhamento e será submetida ao público em geral na 2ª Audiência Pública, que registra o consenso da comunidade.

Da Avaliação Temática Integrada e as Diretrizes e Proposições sugeridas pela população, produziu-se o presente documento “Definição de Diretrizes e Proposições”, composto dos seguintes conteúdos:

1. Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Rural;
2. Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento;
3. Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas);
4. Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto, médios e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
5. Propostas, instrumentos e mecanismos referentes à:
 - ✓ Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural;
 - ✓ Distribuição equitativa dos usos, atividades, infraestrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;

- ✓ Estruturação e hierarquização do sistema viário, compatível com o uso do solo urbano, assim como a melhoria do transporte Escolar e formas alternativas de transporte para a população;
- ✓ Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural e demais elementos que caracterizam a identidade do município;
- ✓ Adequação da Arborização Pública e dos Passeios Públicos principalmente ao longo da Avenida São Roque e Dalzotto bem como seu cruzamento e seus prolongamentos.
- ✓ Elaboração e implantação de um Sistema de Informações para o Planejamento e Gestão Municipal, considerando as estratégias e as atribuições dos responsáveis pela atualização das informações físicas, cadastrais, socioeconômicas e as oriundas do sistema de gestão municipal, inclusive tributária.
- ✓ Procedimentos e instrumentos para atuação na solução das ocupações irregulares e clandestinas e contenção de sua proliferação em direção a regiões com restrição ambiental;
- ✓ Diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, inclusive industriais, de unidades de saúde e de serviços médicos;
- ✓ Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberação de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- ✓ Processos e recursos para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
- ✓ Parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos.

Na Fase 2 de construção do PDM, ocorreu a compilação, processamento e análise de dados do Município. Em seguida, foram detectados os aspectos expressivos para elaboração de estratégias para superar obstáculos que travam o desenvolvimento, evidenciando fatores que são destaques para seu crescimento.

Como resultado, tem-se o cenário atual e também a vocação do município (Tabela 29).

Tabela 29 - Síntese do município que temos (Fase 2)

Aspectos Sócioespaciais		
Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Evolução e ocupação do solo urbano ✓ Uso e ocupação do solo Urbano ✓ Demanda do Solo Urbano ✓ Uso e ocupação do solo rural 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixa exploração do potencial turístico rural ambiental no território municipal; ✓ Em função das condicionantes geotécnicas não serem favoráveis no território aumenta a dificuldade de ampliação do potencial agrícola principalmente na parte norte do território; ✓ Conflito do crescimento para leste e oeste da malha urbana dificultando a ocupação e a expansão urbana; ✓ Dificuldade de ocupação em função da topografia acidentada com formação de encostas e afloramento rochoso junto à malha urbana parte Oeste; ✓ Área de ocupação irregular com moradias precárias – Vila Gloeden nas margens do Riacho do Cristo Rei; ✓ Coibir ocupações indevidas principalmente nas proximidades da faixa de preservação do Rio do Corvo e Riacho Cristo Rei. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Potenciais turísticos com elementos naturais significativos na zona rural; ✓ Reestruturar como potencial turístico o Parque Ambiental da Farinheira; ✓ Potencializar parques urbanos lineares ao longo das margens do Rio do Corvo e Riacho Cristo Rei; ✓ Área urbana localizada de maneira centralizada em relação ao território, o que facilita o acesso a todas as comunidades rurais; ✓ Potencial de expansão no setor agroindustrial com desenvolvimento e incentivo de agroindustrial familiar; ✓ Potencial de expansão no setor pecuária leiteira; ✓ Diversificação de Culturas; ✓ Incentivo a agricultura familiar e orgânica;

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

A seguir, aspectos de infraestrutura e serviços públicos (Tabela 30).

Tabela 30 – Infraestrutura e Serviços Públicos

Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
<p>Infraestrutura</p> <p>Saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos sólidos); Sistema viário e transporte;</p> <p>Energia elétrica e iluminação pública;</p> <p>Telecomunicações.</p> <p>Equipamentos urbanos</p> <p>Equipamentos sociais (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, segurança pública e recreação).</p>	<p>Infraestrutura</p> <p>Saneamento Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área urbana não atendida com saneamento básico: Falta de rede esgoto e sem previsão de instalação; - Dificuldade de implantação física de obras de drenagem e passeio público em função do relevo acidentado; - Grande atenção quanto às fossas rudimentares próximo dos rios e córregos comprometendo a qualidade da água. - Falta de pavimentação urbana e aberturas de ruas em vias mais periféricas. <p>Sistema viário urbano e rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de passeios públicos e sinalização viária; - Necessidade de ampliação do sistema de galeria de águas pluviais em vias locais; - Sinalização viária escassa; - Manutenção das estradas rurais; - Falta de arborização urbana; - Necessidade de ampliação da iluminação Pública nas vias mais periféricas; - Melhoria no Transporte Urbano intermunicipal – Pontos, Itinerários e Horários de frequência. <p>Equipamentos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorias, manutenção e conservação no Parque Ambiental da Farinheira; - Adaptar as estruturas físicas das escolas para os portadores de necessidades especiais; - Escolas: readequação e falta de espaço físico para ampliações. 	<p>Infraestrutura</p> <p>Saneamento Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento de água, energia elétrica e atende a área urbana quase que na sua totalidade; - Potencial para ampliação da coleta seletiva de resíduos sólidos; - Parque Municipal da Farinheira - recreação e lazer da comunidade; - Existência de ações de conscientização à população como palestras educativas; - Grande potencialidade quando ao turismo rural em face aos atrativos existentes; - Biblioteca pública: estrutura adequada. <p>Ação Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE): adequada para melhor atendimento à população; - Paço Municipal e câmara municipal com edificações novas atendendo com eficiência as necessidades tanto de quem trabalham como de quem recebe o serviço; - Centro Infantil: boa estrutura de atendimento.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6 DEFINIÇÃO DA VOCAÇÃO

A vocação do Município é definida em conjunto, tendo como conceito o fato de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE ser um município agrícola voltado à produção primária, sendo uma referência na agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, com incentivo ao turismo rural. A partir disso, há uma série de etapas para que se chegue a tal conquista.

6.1 Como definimos “Que Município Desejamos”

A metodologia adotada considera os aspectos: regionais, ambientais, socioeconômicos, sócioespaciais, infraestrutura e serviços públicos e institucionais.

6.2 Cenário Atual

Conhecendo o cenário atual, e sabendo sobre o destino em se quer chegar, há o cenário desejado para 2032, conforme as tabelas a seguir (Tabela 31).

Tabela 31 – Aspectos de Infraestrutura e Serviços

Cenário atual	Princípio (no aspecto - Nós)	Cenário desejado (2032)	Macro objetivo
- Malha urbana com vazios urbanos principalmente no entorno do perímetro atual, com dificuldade de expansão nas extremidades em função de sua topografia e seus rios e poucas áreas de lazer e recreação na sede urbana.	- Buscar recurso para atender toda a população urbana e rural no abastecimento de água potável, educação, saúde, transporte e acondicionamento adequado do lixo que possa gerar risco de contaminação do ser humano e meio	- Estradas rurais conservadas e mantidas evitando a erosão e facilitando o transporte e o escoamento da safra; Pavimentação da área urbana e das principais comunidades, iluminação pública e expansão de rede elétrica, redes de	- Melhoria da oferta dos serviços de saúde, educação em todos os níveis; Melhoria na mobilidade de pessoas e veículos e cargas; Adequar à infraestrutura básica para o escoamento da produção; Adequar à infraestrutura viária

	ambiente. Buscar recursos para melhoria na questão de saneamento básico e abastecimento de água, iluminação pública e rural no que se referem a qualidade de serviços, melhorias nas vias periféricas urbanas e rurais.	esgoto, calçadas desenvolvidas visando à acessibilidade; Padronização de vias e logradouros públicos, acessibilidade ao comércio e órgãos públicos; Serviços públicos de qualidade com atendimento adequado com equipamentos e veículos apropriado a necessidade da população local.	evitando o isolamento e proporcionando uma maior integração com os municípios vizinhos, Implantar projetos de sistemas de redes e tratamento de esgoto, eliminando as fossas e trazendo assim a conservação do solo e das águas subterrâneas. Melhorar a infraestrutura de atendimento de energia elétrica.
--	--	--	---

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.3 Macros Objetivos

As Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal estão dispostas a seguir (Tabela 32).

Tabela 32 – Diretrizes para Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	✓ Promover a conscientização e capacitação nos setores definidos na vocação.	✓ Desenvolver ações e projetos buscando agregar valor aos produtos e o crescimento sustentável diversificado;
Aspecto Ambiental	✓ Estabelecer programas de conscientização da necessidade de preservar o meio ambiente.	✓ Estabelecer Novas estruturas de fiscalização e controle do meio ambiente evitando o processo de degradação; ✓ Organizar programas em parceria Poder Público Municipal

		<p>e EMATER;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar palestras de conscientização da população com informações sobre as questões ambientais; ✓ Realizar eventos que promovam a disseminação do conceito de preservação; ✓ Elaborar e distribuir material informativo e educativo de conscientização ambiental; ✓ Implantar o programa de mata ciliar.
Aspecto Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investir nas Políticas Públicas e Sociais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar programas de incentivo a instalações de empresas voltadas a vocação local - agropecuária; ✓ Criar mecanismos de capacitação de mão-de-obra tanto para o setor agrícola como industrial. ✓ Realizar parceria público-privado; ✓ Realizar programas sociais com âmbito econômico na melhoria da qualidade de vida;
Aspecto Socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitar profissionais nas diversas áreas, setores urbanos e rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover cursos de capacitação em conjunto com as áreas de demanda ocupacional; ✓ Capacitar professores municipais para fomentar o desenvolvimento de crianças e jovens; ✓ Buscar parcerias dos órgãos reconhecidos em programa de capacitação, tais como SENAC, SENAI, EMATER, entre outros; ✓ Racionalização do uso e ocupação do solo com a diversificação da produção rural.
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a melhoria da oferta dos serviços públicos, principalmente de saúde e educação em todos os níveis, bem como na mobilidade de pessoas e cargas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diagnosticar as necessidades da população dos diversos aspectos dos serviços públicos: saúde, educação, entre outros; ✓ Ampliar e melhorar a informatização das escolas e unidades de saúde para auxiliar

		<p>em todos os setores da administração municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar programas que atendam às necessidades levantadas nos diversos setores de serviço público; ✓ Adequar à infraestrutura urbana e os serviços públicos para atender às demandas da população; ✓ Melhoria e alternativa de transporte escolar no deslocamento das comunidades rurais a sede; ✓ Melhoria de ruas e passeios públicos; ✓ Ampliação de oferta de espaços de recreação: praças e equipamentos esportivos (Academia a céu aberto) principalmente nas comunidades rurais.
Aspecto Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reestruturar a administração pública 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rever a estruturação administrativa municipal; ✓ Possibilitar a capacitação continuada para técnicos e servidores públicos municipais; ✓ Adequar o organograma a nova estrutura administrativa municipal.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Tabela 33 – Diretrizes para o estabelecimento de uma Sistemática Permanente de Planejamento

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a estrutura física dos setores definidos na vocação e dispor de estrutura técnica e planejamento para auxiliar os setores supracitados; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a estrutura física de apoio aos setores de vocação do município; ✓ Dispor de estrutura técnica para atender a demanda das áreas vocacionais; ✓ Elaborar processo de planejamento para auxiliar os setores vocacionais do município;
Aspecto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diversificar os meios de produção com exploração 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar e realizar um plano municipal com alternativas de

	sustentável;	exploração sustentável; <ul style="list-style-type: none"> ✓Pesquisar alternativas de exploração sustentável em conjunto com a EMATER/PR.; ✓Realizar parcerias com instituições de ensino para elaboração de pesquisa para alternativas de exploração sustentável; ✓Programa para proteção do manancial de abastecimento;
Aspecto Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> ✓Incentivar a comercialização, através da melhoria da infraestrutura e qualificação de mão de obra para a expansão do agronegócio e incentivo a agricultura familiar para expansão dos itens constantes na vocação; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓Implantar programas de apoio a expansão do agronegócio, turismo rural e demais atividades urbanas e rurais econômicas; ✓Promover cursos de capacitação para a participação popular, fomentando o empreendedorismo.
Aspecto Socioespacial	<ul style="list-style-type: none"> ✓Instrumentar a administração pública através de uma legislação moderna, visando um planejamento permanente e programar ações de controle do uso do solo urbano e rural. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓Capacitar a equipe municipal para o planejamento permanente e participativo; ✓Estimular a participação da população nas ações da administração municipal; ✓Disciplinar o controle do uso do solo urbano e rural; ✓Melhorar os setores de fiscalização municipais com treinamento voltado ao trabalho preventivo e orientativo.
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓Implantar o sistema de planejamento para garantir a implantação de infraestrutura e Serviços públicos de Qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓Modernizar os equipamentos e programas de informatização para o atendimento público municipal; ✓Ampliar e incentivar a Coleta Seletiva para a destinação e controle adequado dos resíduos sólidos; ✓Buscar 100% de abrangência de rede de esgoto, água tratada, rede elétrica e telefônica; ✓Qualificar o atendimento dos serviços públicos.
Aspecto Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓Garantir a acessibilidade à 	<ul style="list-style-type: none"> ✓Manter atualizadas as

	<p>legislação em vigor oportunizando o conhecimento dos direitos e deveres de cada cidadão;</p>	<p>informações aos cidadãos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Inovar o planejamento; ✓ Manter uma equipe para atuar no Plano Diretor; ✓ Incluir a participação democrática no processo de planejamento municipal, por meio de Audiências Públicas e incentivos aos projetos comunitários; ✓ Construir indicadores que permitam avaliar o desempenho no processo de planejamento e gestão municipal; ✓ Capacitar e reestruturar o Conselho de Desenvolvimento das cidades de Boa Ventura de São Roque.
--	---	--

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Tabela 34 - Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas)

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Aspecto Regional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgar e comercializar os produtos locais e qualificar a mão-de-obra ativa para as atividades possíveis a serem implantadas, tanto no agronegócio como no turismo rural e nas possíveis atividades industriais e comerciais; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar e implantar o Plano Municipal de Turismo Rural integrado com os municípios vizinhos com potencialidade. ✓ Promover a produção local, através da participação em feiras, eventos e exposições; ✓ Capacitar à mão-de-obra local com cursos voltados a vocação do município; ✓ Promover o aumento da produção orgânica, na agropecuária.
Aspecto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investir no desenvolvimento das atividades, a fim de obter resultados que venham a sustentar e dar suporte ao crescimento econômico e profissional de maneira sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recuperar áreas degradadas mata ciliar, proteção de nascentes e conservação do solo. ✓ Implantar rede de coleta e tratamento de esgoto urbano; - Implantar coleta seletiva de lixo, aterrar adequadamente resíduos sólidos e orgânicos; - Utilizar racionalmente os

		agrotóxicos com controle dos órgãos ambientais;
Aspecto Socioeconômico	✓Expandir os aspectos contidos na vocação.	- Dotar o município da estrutura física necessária para atender a sua vocação; - Desenvolver ações que promovam o município nos aspectos de agronegócios, agricultura familiar, turismo rural e fortalecimento do comércio e serviço local; - Qualificação da mão de obra para a geração de renda com atividades contidas na vocação;
Aspecto Socioespacial	✓Promover a ocupação do solo urbano e rural de maneira adequada e controlada, a fim de manter a qualidade de vida existente.	✓Manter os serviços básicos as comunidades rurais, atendendo a demanda; ✓Aplicar uma legislação moderna visando à ordenação do espaço, e através dela buscar o desenvolvimento sustentável no município; ✓Atingir o desenvolvimento e o crescimento através de ações de planejamento;
Aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos	✓Incentivar e facilitar à comercialização de produtos e serviços locais e adequar à infraestrutura as novas demandas, principalmente a conservação das estradas.	✓ Adequar a infraestrutura básica para o escoamento da produção, através de obras de drenagem, pavimentação, saneamento, rede elétrica e telefonia móvel; ✓ Implantar equipamentos comunitários de qualidade de acordo com os raios de abrangências.
Aspecto Institucional	✓Investir em Políticas Públicas e Sociais voltado ao desenvolvimento econômico do Município.	✓ Revisar e atualizar a legislação municipal.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.4 Diretrizes e Proposições

6.4.1 Diretrizes para Infraestrutura e Serviços Públicos

A seguir (Tabela 35) são apresentadas as Diretrizes e Proposições no aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos.

Tabela 35 - Diretrizes e Proposições no aspecto Infraestrutura e Serviços Públicos

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Infraestrutura e Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantir a melhoria da oferta dos serviços públicos, principalmente de saúde e educação em todos os níveis, bem como na mobilidade de pessoas e cargas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diagnosticar as necessidades da população dos diversos aspectos dos serviços públicos: saúde, educação, entre outros; ✓ Ampliar e melhorar a informatização das escolas e unidades de saúde para auxiliar em todos os setores da administração municipal; ✓ Realizar programas que atendam às necessidades levantadas nos diversos setores de serviço público; ✓ Adequar a infraestrutura urbana e os serviços públicos para atender às demandas da população; ✓ Melhoria e alternativa de transporte escolar no deslocamento das comunidades rurais a sede; ✓ Melhoria de ruas e passeios públicos; ✓ Ampliação de oferta de espaços de recreação: praças e equipamentos esportivos (Academia a céu aberto) principalmente nas comunidades rurais.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Tabela 36 - Diretrizes para o estabelecimento de Sistemática Permanente de Planejamento

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Infraestrutura e Serviços Públicos	✓ Implantar o sistema de planejamento para garantir a implantação de infraestrutura e Serviços públicos de Qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modernizar os equipamentos e programas de informatização para o atendimento público municipal; ✓ Ampliar e incentivar a Coleta Seletiva para a destinação e controle adequado dos resíduos sólidos; ✓ Buscar 100% de abrangência de rede de esgoto, água tratada, rede elétrica e telefônica; ✓ Qualificar o atendimento dos serviços públicos.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Tabela 37 - Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do Município (emprego, renda, geração de receitas)

Grupo de análise	Macro objetivos	Diretrizes
Infraestrutura e Serviços Públicos	✓ Incentivar e facilitar a comercialização de produtos e serviço locais e adequar à infraestrutura as novas demandas, principalmente a conservação das estradas.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adequar a infraestrutura básica para o escoamento da produção, através de obras de drenagem, pavimentação, saneamento, rede elétrica e telefonia móvel; ✓ Implantar equipamentos comunitários de qualidade de acordo com os raios de abrangências.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

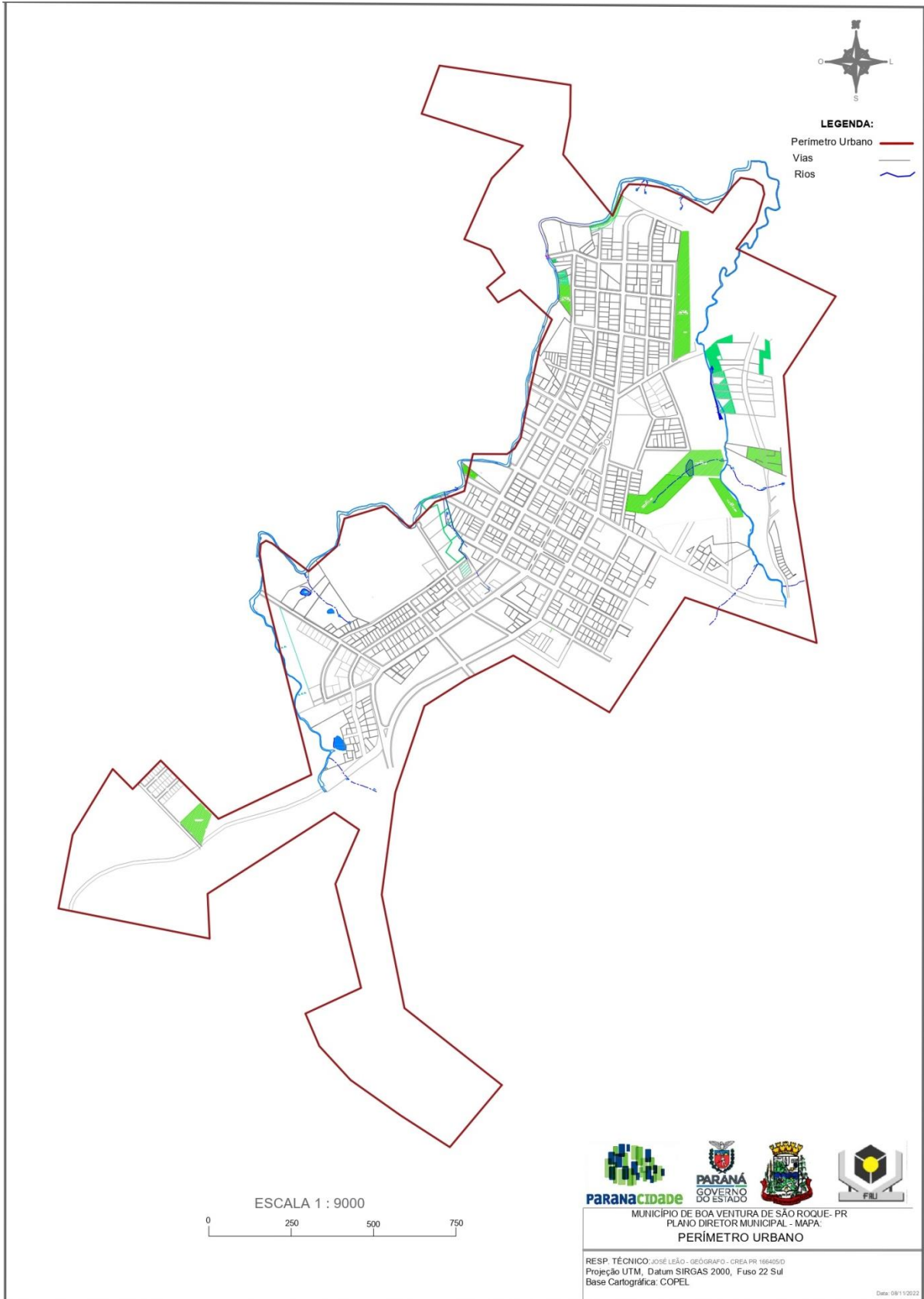
6.5 Perímetro Urbano, Zoneamento e Macrozoneamento

Um dos instrumentos fundamentais para a concretização da proposta, é a ampliação e implementação da Regulação Urbana: Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal, Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária, Código de Obras, Código de Posturas e o Sistema Viário. As propostas para a revisão da legislação urbanística serão detalhadas em Minutas de Projetos de Lei e espacializadas nos mapas em anexo.

6.5.1 Perímetro Urbano

Em estudo com a Equipe Técnica da Prefeitura e a Engenharia observou-se a necessidade de alteração do perímetro urbano, incluindo áreas com características urbanas, ligando a zona industrial ao perímetro e excluindo áreas de grandes vazios urbanos no entorno do Município, onde ainda permanecem como áreas de lavoura, executando a reelaboração e demarcação dos marcos conforme Mapa do Perímetro Urbano da Sede (Figura 28).

Figura 28 - Mapa do Perímetro Urbano da Sede DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE



Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.6 Zoneamento

A Lei nº 593/2011 (BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2011d) que “Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano e municipal do município de Boa Ventura de São Roque e dá outras providências”, foi sancionada pela Câmara em 2011 e teve duas alterações ao longo dos anos, a primeira alteração com a Lei 872/2012 que “ALTERA O QUADRO II DA LEI 593/2011” e a segunda com a Lei 843/2015 que “Altera parcialmente a lei 593/2011 e dá outras providências”.

Abaixo (Quadro 12) o resumo das duas alterações realizadas nas Leis.

Quadro 12 – Síntese das alterações da Lei nº 872/2012 e da Lei nº 843/2015

Zonas	Coeficiente de aproveitamento básico	Taxa de ocupação máxima (%)	Taxa de permeabilidade mínima (%)	Alteira máxima (par.)	Lote mínimo/testada mínima (m²/m)	Recuos (m) (1) (2)		
						Frete (3)	Lateral (4)	Fundos
ZCSC - Zona de Comércio e Serviço Central	2,8	30%	10%	4	300/10	-	1,5 (4)	1,5
ZCSG - Zona de Comércio e Serviço Geral	1,2	60%	15%	2	300/10	3	2	1,5
ZRU - Zona Residencial Urbana	1,2	70%	15%	2	250/10	3	1,5	2,00(5)
ZIT - Zona Institucional	1,5	50%	15%	3	250/10	3	1,5	2,00(5)
ZEIS- Zona Especial de Interesse Social	1	50%	15%	2	250/10 (3)	3	1,5	2,00(5)
ZEU - Zona de Expansão Urbana	1	50%	15%	2	250/10	3	1,5	2,00(5)
ZI - Zona Industrial	1	50%	25%	2	1000/20 (8)	3	1,5	2,5
SURC - Subzona de Uso Restrito e controlado	0,6 (10)	15% (10)	50% (10)	2 (10)	- (10)	3,0 (10)	2,50 (10)	2,50 (10)
SPP - Subzona de Preservação Permanente	<i>Para qualquer intervenção nesta sub-zona deverá ser consultado os órgãos ambientais, bem como obter concessões através de licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental competente.</i>							

Fonte: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

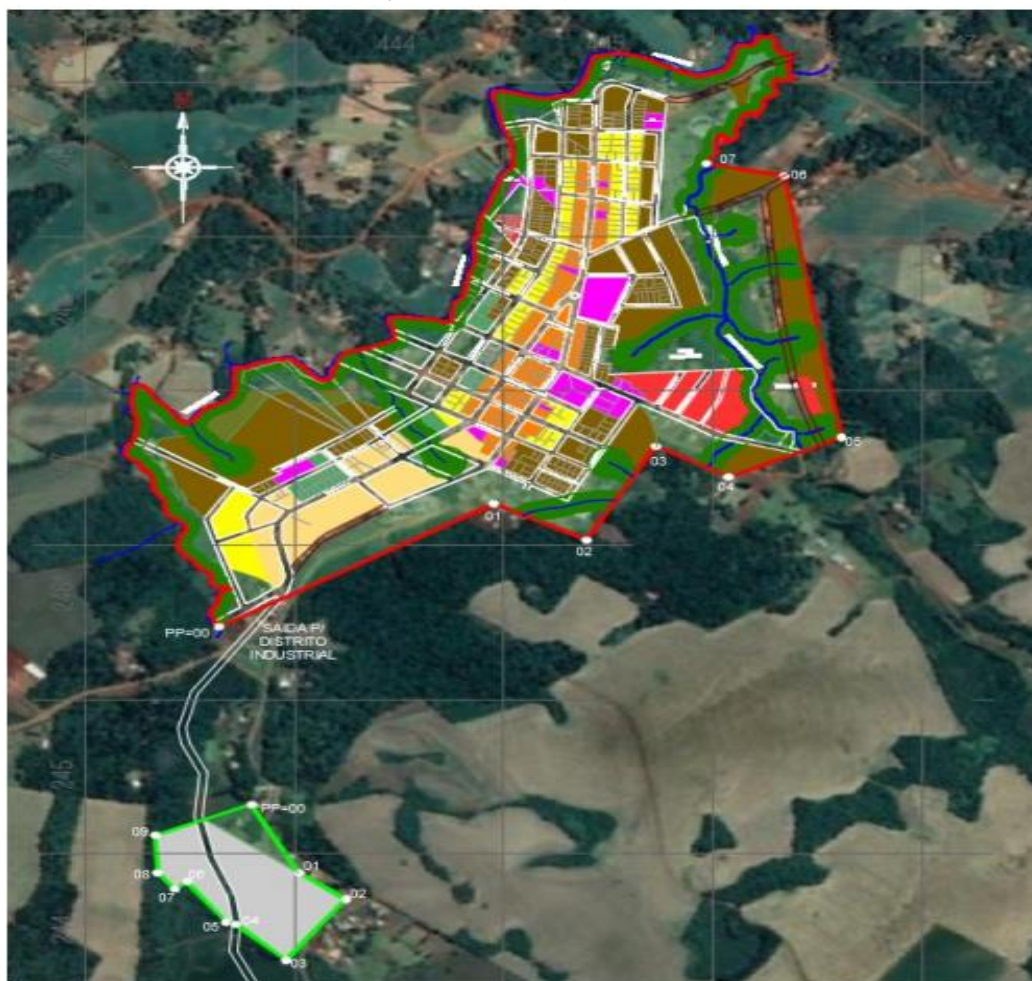
Legenda:

- Alterações da Lei nº 872/2012.
- Alterações da Lei nº 843/2015.

Analisando a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a divisão das zonas no mapa, observou-se que, principalmente na Subzona de Ocupação Controlada Restrita

(SPP) há muitas moradias irregulares, com necessidade de relocação. A imagem abaixo (Figura 29) mostra este conflito, na área verde mais clara. Outra sugestão é a criação de uma zona mista (comercial e residencial), pois na maior parte da área central do Município existem comércio e residência no mesmo lote.

Figura 29 – Sobreposição das imagens e Mapa de Zoneamento

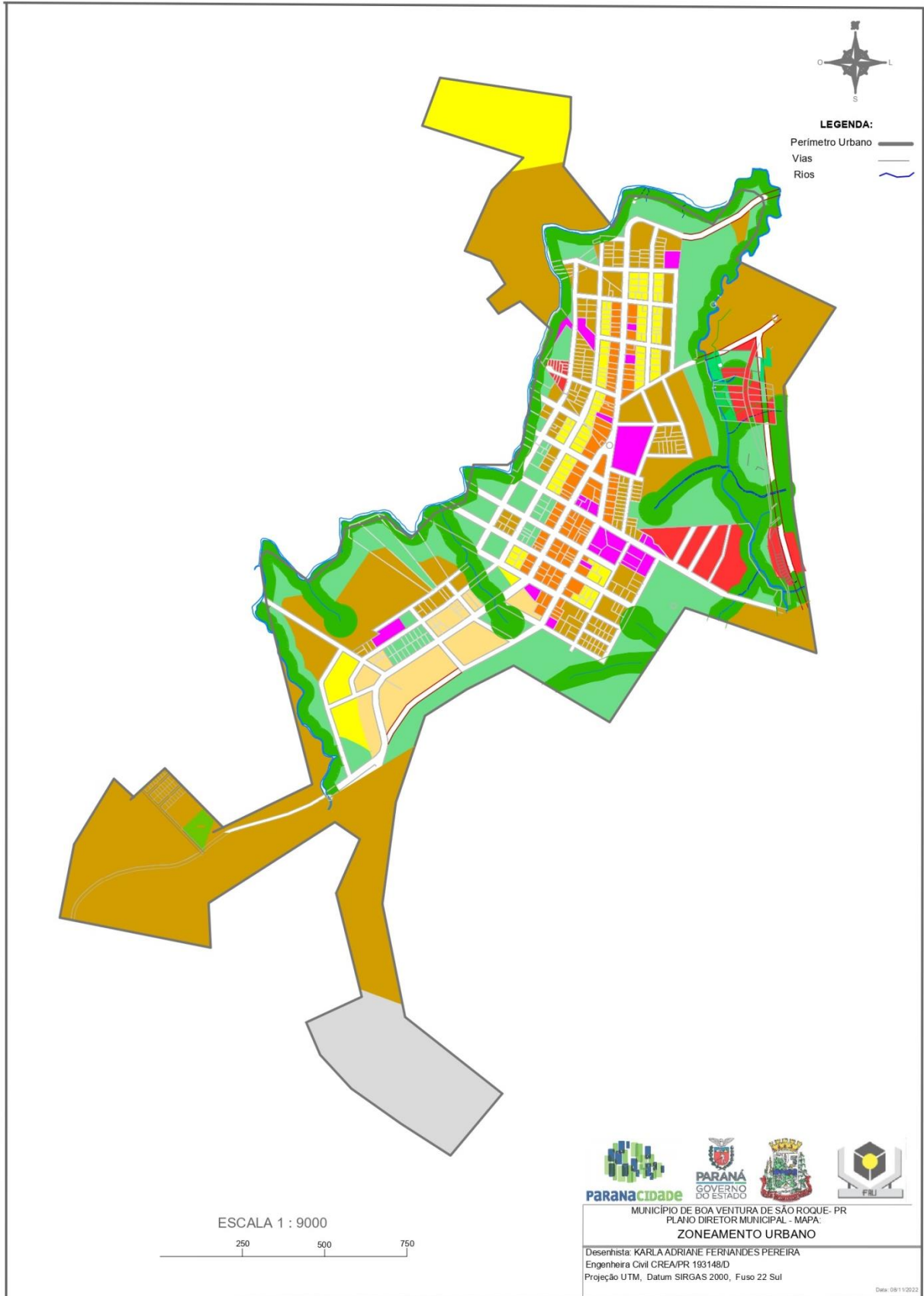


Fonte: Google Earth e Lei nº 593/2011.

Para a delimitação da Zona de Interesse Social – Zoneamento (ZEIS) há dois tipos de ZEIS, conforme Mapa (Figura 30).

- a) As ZEIS ocupadas, onde já existem assentamentos de população de baixa renda que precisa ser urbanizada e regularizada;
- b) As ZEIS de vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de habitações de Interesse Social.

Figura 30 - Mapa de Zoneamento



Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.7 Macrozoneamento

No que diz respeito ao Macrozoneamento de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, em reunião técnica com a equipe da FAU em conjunto com a equipe técnica da Prefeitura Municipal, foi discutida e analisada a Lei nº 591/2011, art. 56 que dispõe sobre a Divisão Territorial do Macrozoneamento, bem como as diretrizes e macros objetivos (BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2011e).

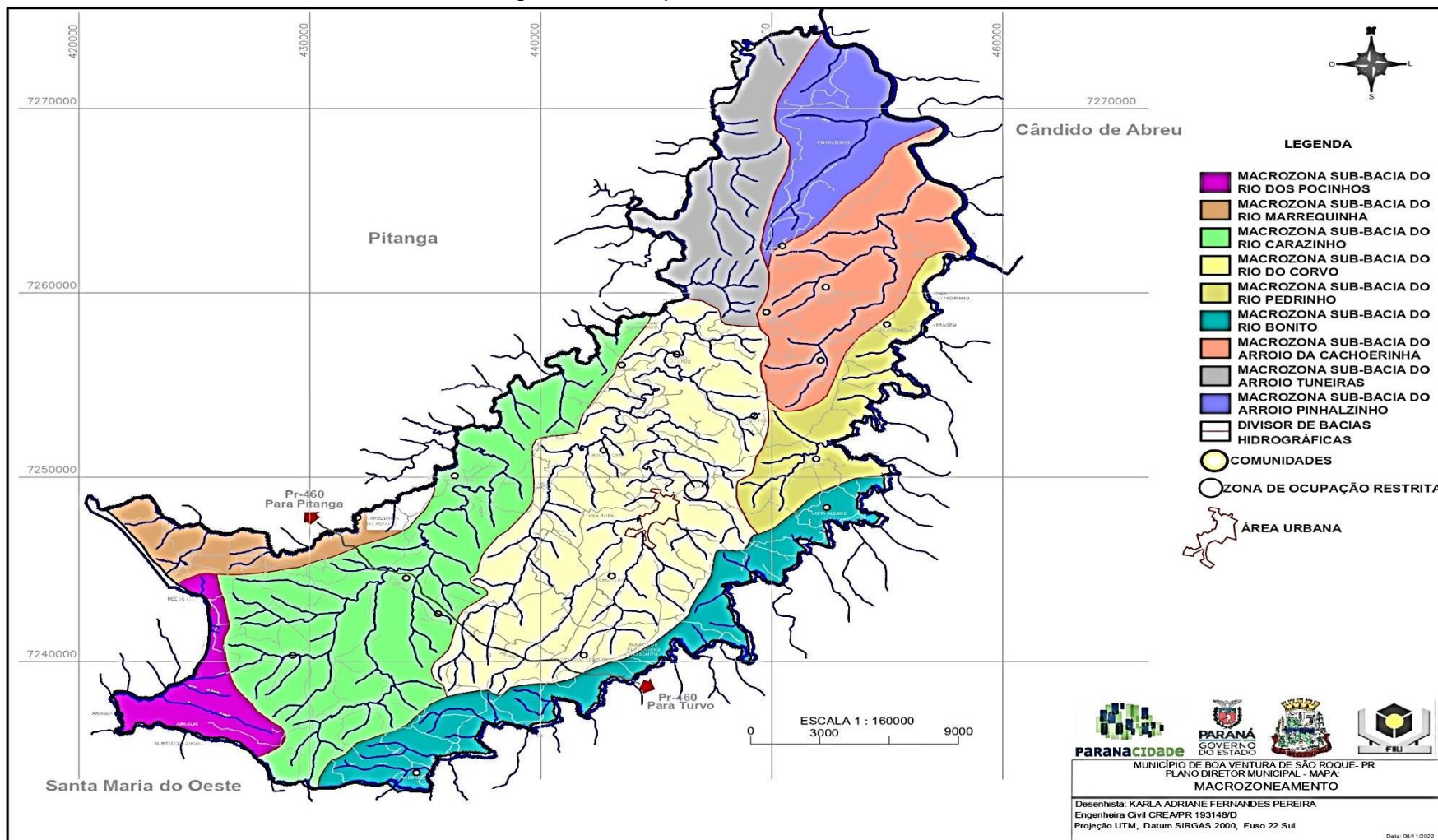
A Lei do PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE define as políticas de desenvolvimento e expansão do Município, considerando a área urbana e rural, respeitando as diretrizes gerais da política urbana para o estabelecimento das normas e instrumentos previstos nos artigos 2º e 39 do Estatuto da Cidade.

Na reunião do dia 09/05/2022 ficou acordado que não há necessidade de alteração no art. 56 da Lei vigente do PDM. No entanto, é importante delimitar no Mapa uma área ao redor do aterro sanitário, uma vez que se trata de uma Zona de Ocupação Restrita (ZOR).

A observação salienta destacar na ZOR no macrozoneamento (Figura 31):

- ✓ A Zona Urbana Ocupação Restrita (ZOR), áreas destinadas para a conservação da paisagem, a implantação de atividades compatíveis com a manutenção dos recursos ambientais, e proteção de áreas que prestam serviços ambientais, restringindo a ocupação humana permanente num raio de 600 metros do centro principal da atividade, restringir a ocupação humana para habitação;
- ✓ Zona Urbana de Ocupação Restrita 1 - Aterro Sanitário

Figura 31 - Mapa do Macrozoneamento



Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.8 Leitura Comunitária - Reunião Comunitária

Em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, nas oficinas realizadas foram trabalhados os Eixos Temáticos. Primeiramente foram discutidos os temas, seguido pela elaboração de uma síntese das ideias pertinentes conforme conclusões em conjunto com a população, documentando o processo.

Em função do número de participantes e da representatividade de pessoas da cidade presentes nas oficinas, propôs-se o desenvolvimento dos trabalhos por meio das seguintes etapas e estratégias:

- a) Breve explicação acerca do que vem a ser o Plano Diretor e o papel da população neste processo;
- b) Apresentação da dinâmica a ser utilizada nos trabalhos da oficina aos membros da comunidade;
- c) Divisão em grupos de trabalho, conforme a região a qual pertence;
- d) Registro dos participantes;
- e) Distribuição do Formulário dos Eixos Temáticos;
- f) Debate sobre as potencialidades e os problemas identificados no município, onde cada participante indicou em ordem de prioridade os problemas e soluções de Boa Ventura de São Roque;
- g) Socialização das prioridades apontadas de todos os Eixos Temáticos para o grupo;
- h) Encerramento das atividades e avaliação por meio de coleta de opiniões dos participantes.

As participações comunitárias serviram de subsídio para auxiliar no processo de elaboração das Diretrizes e propostas do PDM. Estas ocorreram durante a execução da terceira fase da revisão e contemplou todas as comunidades, onde foram levantados vários questionamentos e sugestões, com a coordenação da Equipe Técnica Municipal.

Foi aplicada a metodologia do CDP, descrita anteriormente e utilizada também na versão original do PDM, exemplificada nos quadros abaixo (Quadros 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20). A metodologia foi dividida em quatro grupos:

- a) Aspectos Regionais;
- b) Agropecuária Indústria Comércio e Turismo;

- c) Aspectos Urbanos e Infraestrutura;
- d) Serviços, Sistema Viário e Transporte.

Os participantes atribuíram uma nota de 1 a 4 para o grau de importância dos respectivos aspectos.

Material aplicado na Leitura Comunitária constou de:

a) Potencialidades

Quadro 13 - Grupo 1: Aspectos Regionais

Ordem de importância	POTENCIALIDADES
1°	Grandes riquezas naturais e turísticas
2°	Área de Lazer da sede Urbana – Parques Municipais; Com novas ações municipais as potencialidades turísticas poderão ser incentivadas com a instalação de novas estruturas de apoio ao turismo rural; Melhorar a acessibilidade com relação à estrada que liga ao município de Cândido de Abreu.
3°	O Município está próximo de Centros Educacionais (Guarapuava e Pitanga)
4°	A região apresenta baixos índices de criminalidade e atuação de forças de segurança.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 14 - Grupo 2: Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo

Ordem de importância	POTENCIALIDADES
1°	Reestruturação do distrito industrial para atrair novas empresas e alocar melhor as empresas já instaladas;
2°	Solo fértil e produtivo bem como bons indicadores agrícolas devido a conjunção econômica nacional;
3°	Boa produtividade de leite – laticínios bem estruturados e escoamento diário do leite produzido pelos agricultores;
4°	O município possui parques municipais como uma ótima potencialidade turística.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 15 - Grupo 3: Aspectos Urbanos

Ordem de importância	POTENCIALIDADES
1°	O Perímetro urbano do município não é tão grande, o que facilita a manutenção e o embelezamento;

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 16 - Grupo 4: Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transportes

Ordem de importância	POTENCIALIDADES
1º	Equipamentos Públicos com manutenção em dia e em condições de utilização imediata na sede urbana;
2º	Pavimento de acesso ao Município em boas condições aumentando a potencialidade de crescimento do perímetro urbano.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

b) Deficiências

Quadro 17 – Grupo1: Aspectos Regionais

Ordem de importância	DEFICIÊNCIAS
1º	Não existe ligação asfáltica entre Boa Ventura de São Roque e o município de Cândido de Abreu;
2º	Melhoria na qualidade no transporte de pacientes para tratamento de saúde.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 18 - Grupo 2: Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo

Ordem de importância	DEFICIÊNCIAS
1º	Acesso às propriedades – falta de manutenção nas estradas e necessidade de aumento de investimentos para as obras de manutenção e conservação de estradas
2º	Falta de trator nas Associações dos produtores rurais com equipamento adequado para preparo de solo para pastagens;
3º	Pontos a melhorar na fiscalização dos produtos de origem animal;
4º	Necessidade de instalação de novas indústrias no município;

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 19 - Grupo 3: Aspectos Urbanos

Ordem de importância	DEFICIÊNCIAS
1º	Falta de placas refletivas e indicativas para acesso às comunidades rurais e para orientar eventuais turistas;
2º	Falta de ações de embelezamento do perímetro urbano
3º	Falta de rotatórias nas principais vias da cidade;
4º	Faltam passeios e calçadas adequadas;
5º	Residências, comércio e indústrias são instalados sem planejamento na área urbana e muitas vezes sem a fiscalização municipal.

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 20 - Grupo 4: Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transportes

Ordem de importância	DEFICIÊNCIAS
1º	Melhoria e conservação das estradas rurais;
2º	Falta de pavimentação na malha urbana
3º	Falta médico para emergência no município;
4º	Falta de pavimentação do acesso a Avenida São Roque
5º	Falta de um sistema de drenagem
6º	Falta rede de coleta de esgotos no município;
7º	Falta de áreas de lazer nas comunidades (melhorar os campos de futebol, criar quadras de esportes nas comunidades)

Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.9 Descrição das Potencialidades

Na sequência estão listados os principais pontos levantados pela comunidade no momento da leitura:

- Município localizado no centro geográfico do Estado do Paraná;
- Forte potencial cultural em função da presença da colonização ucraniana tanto na gastronomia, arquitetura e nas festividades;
- Potencial de empreendimentos voltados ao Turismo rural; levantar, identificar e cadastrar propriedades;
- Incentivar a instalação de cafés coloniais, trilhas, Cavalgadas, hospedarias e pousadas com a temática rural aproveitando a cultura local;
- Riqueza hídrica (fontes, rios, lagos) no Território;
- Potencialidade de crescimento da renda per capita, mediante a centralidade do Município no Estado propiciando novas oportunidades à região;
- Potenciais turísticos com elementos naturais significativos na zona rural;
- Área urbana localizada de maneira centralizada em relação ao território, o que facilita o acesso a todas as comunidades rurais;
- Diversificação de Culturas;
- Necessidade de construção de novo Paço Municipal com edificações novas atendendo com eficiência as necessidades tanto de quem trabalham como de quem recebe o serviço;
- Aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades como elemento de gestão pública.

6.10 Descrição das Deficiências

A seguir são elencados os pontos principais a melhorar conforme levantamento pela comunidade no momento da leitura:

- Acesso mais adequado às propriedades rurais com manutenção e novas estradas, bem como a garantia de recursos para isso;
- Necessidade de melhorias nas áreas de lazer nas comunidades, tais como melhorar os campos de futebol, criar quadras de esportes entre outros;
- Pavimentação da estrada e necessidade de construção de nova ponte que ligue o município a Cândido de Abreu;
- Necessidade de mais ações de regularização fundiária rural e urbana;
- Falta de incentivo a instalação de indústrias e empresas no município;
- Atendimento médico de emergência no município incipiente necessitando de melhorias contínuas;

6.11 Novos Cenários e Tendências

As cidades possuem um papel cada vez mais importante na economia brasileira. Atualmente, grande parte da população mundial vive em áreas urbanas e é responsável pela geração do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Estima-se, também, que o crescimento populacional para os próximos anos será majoritariamente nas áreas mais urbanizadas do país. Ademais, a descentralização fiscal e administrativa ocorrida nas últimas décadas ampliou o papel das cidades no que tange à atração de investimentos e à provisão de serviços públicos para seus residentes.

Neste cenário, o desenvolvimento das cidades possui dois grandes desafios: aumentar a qualidade de vida dos seus atuais moradores e fornecer eficientemente infraestrutura urbana e serviços públicos a fim de acomodar os seus atuais e futuros habitantes.

6.12 Cenários Negativos

Com a compilação dos dados da Leitura Comunitária e dinâmica de grupo aplicada, a Equipe Técnica e a comissão de acompanhamento, nas audiências em conjunto com a consultoria, buscaram formar cenários não desejados para que o Município possa avançar no seu desenvolvimento. A síntese dessas formulações resultou em:

- Intensificação da agricultura com ênfase na monocultura de trigo, milho e soja, com tendência ao esgotamento dos solos e contaminação dos recursos hídricos;
- Dificuldades de ampliação das atividades dos pequenos produtores, devido aos baixos subsídios e ausência de programas alternativos para a produção agrícola.

6.13 Cenários Positivos

A partir da compilação dos dados da Leitura Comunitária e dinâmica de grupo aplicada, a Equipe Técnica e a comissão de acompanhamento, nas audiências em conjunto com a consultoria, formularam cenários desejados para que o Município possa avançar em seu desenvolvimento. A síntese das formulações contemplou cada aspecto conforme exposto na sequência.

a) Aspectos Regionais:

- ✓ Pavimentação da estrada municipal e nova ponte entre Boa Ventura de São Roque e Cândido de Abreu, favorecendo o Turismo Rural e escoamento da produção;
- ✓ Manutenção constante e conservação da rodovia que liga a sede urbana a Rodovia PR 466;
- ✓ Utilização de práticas conservacionistas e ambientalmente sustentáveis;
- ✓ Maior apoio ao pequeno e médio produtor rural com novos programas de apoio a agricultura familiar;
- ✓ Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre alternativas de agregar o Turismo Rural a um roteiro regional;

- ✓ Reurbanização, regularização e Relocação de ocupações irregulares no município na sua área urbana e rural.

b) Agropecuária, Indústria, Comércio e Turismo - Setores Produtivos

- ✓ Maior desenvolvimento das atividades agropecuárias e tecnológicas;
- ✓ Aproveitamento do potencial turístico rural;
- ✓ Aumento dos incentivos ao associativismo comercial;
- ✓ Aumento do valor agregado à produção primária;
- ✓ Apoio a comercialização da produção Familiar;
- ✓ Aproveitamento dos potenciais naturais do Município de maneira sustentável para a prática do turismo ecológico e rural;
- ✓ Promoção do turismo Rural, incentivando equipamentos de hospedagem como pousadas e cabanas campestres e divulgação dos pontos de potencial turístico (cachoeira, casa antiga da cultura).

c) Aspectos Urbanos

- ✓ Implantação da lei de uso e ocupação do solo urbano propondo um zoneamento adequado a nova realidade;
- ✓ Projeto urbanístico de reestruturação das Avenidas São Roque e Dalzotto;
- ✓ Projeto de padronização das calçadas;
- ✓ Construção de um portal de acesso ao município;
- ✓ Projeto de um novo trevo de acesso principal ao município com um marco de entrada;
- ✓ Criação de Parque Urbano;
- ✓ Elaboração e Implantação do Plano de Habitação Municipal;
- ✓ Aplicação dos instrumentos do estatuto da cidade para otimização de vazios urbanos.

d) Infraestrutura, Serviços, Sistema Viário e Transportes

➤ Educação

- ✓ Desenvolver atividades colocando a Escola como Centro da Comunidade;
- ✓ Ampliação da oferta de vagas no ensino infantil e fundamental;
- ✓ Erradicação do analfabetismo e controle da evasão escolar;
- ✓ Inserção de uma Disciplina sobre Inovação, Tecnologia e Cooperativismo nas escolas municipais;

- ✓ Melhoria na infraestrutura municipal;
- ✓ Investimentos nas áreas de lazer e Esporte;
- ✓ Projeto de manutenção da sinalização viária na frente das escolas e creches municipais e estaduais;
- ✓ Criar programas de atividades culturais (teatro, cinema e músicas) parceria com universidades;
- ✓ Aquisição de equipamentos e eletrodoméstico nas cozinhas das escolas.

➤ **Saúde**

- ✓ Aumento das políticas de prevenção de doenças; com promoção de Palestras educativas e de orientação às gestantes;
- ✓ Melhoria e ampliação de Unidades de Saúdes;
- ✓ Capacitação dos profissionais de saúde do Município; através de convênios com instituições de ensino superior nas cidades polo como Guarapuava e Pitanga;
- ✓ Melhoria no atendimento de transporte de pacientes para o encaminhamento hospitalar, através da ampliação de convênios de serviços de saúde de maior complexidade;
- ✓ Melhoria nos Programas da Saúde da Família, Agentes comunitários de Saúde e manutenção da atenção Básica;
- ✓ Aquisição de novas ambulâncias equipada para atender as demandas de transporte;
- ✓ Prevenção – Ampliar o programa de saúde bucal.

➤ **Assistência Social**

- ✓ Manutenção e Ampliação dos programas de Assistência Social;
- ✓ Implantação de cursos de capacitação técnica para qualificar jovens;
- ✓ Promoção do Cooperativismo e Associativismo visando uma alternativa de renda (artesanato, agronegócio e Turismo rural);
- ✓ Construção de um Centro de Eventos que comporte eventos de grande porte;
- ✓ Projeto de acessibilidade aos munícipes.

➤ **Segurança e Defesa Civil**

- ✓ Soluções relativas a melhoria do atendimento do corpo de bombeiros;
- ✓ Plano Diretor Municipal de Defesa Civil;
- ✓ Implantar novos equipamentos de sinalização de trânsito e manutenção das vias já sinalizadas.

➤ **Sistema Viário e Transportes**

- ✓ Intervenções pontuais no Sistema viário urbano;
- ✓ Dimensionamento das vias adequado ao seu uso primordial;
- ✓ Desenvolvimento de um Plano de Arborização Urbana e melhoria nas condições das calçadas, valorizando os pedestres;
- ✓ Vias periféricas urbanas pavimentadas;
- ✓ Legislação municipal do sistema viário básico;
- ✓ Melhoria do transporte Escolar;
- ✓ Aumento e criação de um novo programa de calçamento de estradas rurais.

➤ **Aspectos Institucionais**

- ✓ Gestão Democrática e participativa;
- ✓ Implantação de uma estrutura de controle e acompanhamento do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Acompanhamento constante do Plano Diretor Municipal através de indicadores de monitoramento;
- ✓ Legislação urbanística em conformidade com as características físico-ambientais;
- ✓ Melhoria na gestão urbana, com ampliação da capacidade de planejamento e gestão nas diferentes áreas da administração municipal;
- ✓ Elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

6.14 Propostas Específicas

No que concerne ao Desenvolvimento Social, Econômico e Turístico as propostas foram as seguintes:

- Estruturar loteamentos com infraestrutura deficitária;
- Relocação de casas em locais impróprio e regularização da Vila Gloden;

- Capacitação de pequenos trabalhadores rurais no fomento da agricultura familiar;
- Investir, apoiar e estruturar a exploração do turismo rural;
- Melhoria e conservação das estradas;
- Investir na estruturação e organização de Agroindústrias;
- Incentivar a implantação de mais indústrias de pequeno e médio porte não poluentes em área adequada (Distrito industrial);
- Investir na produção orgânica através da agricultura familiar;
- Investir em cursos de capacitação direcionado a agropecuária do Município;
- Implantar a qualificação da mão-de-obra;
- Apoiar o Turismo Rural: Pousadas rurais, Centros equestres, restaurantes rurais e café coloniais, Cavalgadas e trilhas ecológicas, visitas pedagógicas ao campo, Esportes fluviais, rurais e radicais;
- Aplicação da patrulha agrícola para o povo, ao pequeno produtor rural;
- Políticas Sociais;
- Manutenção dos Programas Sociais (Saúde da Família, Saúde bucal entre outros);
- Equipe técnica multiprofissional (Assistente social, educadores e Psicóloga);
- Melhoria do serviço de transporte Escolar;
- Mecanismos para diminuição do analfabetismo, no meio rural;
- Programa de Cidadania – Elaboração de Documentos;
- Melhorias na infraestrutura dos espaços destinados ao lazer e esporte nas comunidades rurais;
- Aplicar e apoiar programa de qualidade da água;
- Plano para desaceleração do êxodo rural;
- Informatização para toda a rede pública de ensino.

Acerca do Saneamento Ambiental Integrado as propostas versaram sobre:

- Implantação de rede e tratamento de esgoto;
- Comprimento legal para tratamento de efluentes e gases poluentes gerados por qualquer empreendimento que possui característica poluidora;
- Controle de entulhos;
- Ampliação do sistema de coleta seletiva em meio urbano e implantação do

sistema de Coleta Seletiva no meio rural;

- Programa de Arborização Urbana - em desenvolvimento;
- Políticas públicas de conscientização da importância do consumo de água tratada na área rural;
- Levantamento das nascentes e minas superficiais e sua revitalização e controle do crescimento urbano;
- Capacitação e fiscalização dos organismos ambientais;

Sobre a Mobilidade Urbana as propostas foram as seguintes:

- Padronizar os passeios públicos através de projeto e programas;
- Incentivar e/ou compelir a população a edificar passeios públicos (calçadas) de forma a contribuir para que o pedestre não utilize a pista de rolagem;
- Conservação, manutenção e pavimentação das estradas rurais a fim de atender as comunidades do interior;
- Pavimentação da malha viária urbana;
- Incentivar e/ou compelir os agricultores a realizarem conservação de solos e a absterem-se de práticas que comprometem as estradas rurais, de forma que permitam o aumento da vida útil destas;
- Iluminação Pública nas vias periféricas da malha urbana;
- Ampliação de horários de ônibus intermunicipal;
- Projeto que desincentivo a especulação imobiliária, para o preenchimento dos vazios urbanos.

Em relação ao Ordenamento Territorial as propostas são:

- Recadastramento imobiliário (visando aumentar a arrecadação do Município);
- Reestruturação do sistema de fiscalização, tornando-o mais atuante principalmente nas questões ambientais e de obras privada;
- Análise do código tributário e legislação vigente, para sua atualização, adequando-o à realidade do município;
- Organizar o perímetro urbano disponibilizando área para a expansão urbana;
- Revisão e Ampliação do Plano de Carreira;
- Capacitação de funcionários públicos para atuar na área de planejamento e controle do uso do solo urbano.

6.15 Regularização do Uso e Ocupação do Solo

Para que seja possível colocar em prática todas as Diretrizes propostas pela equipe da FAU, equipe técnica do Município e população são necessários alguns ajustes nas legislações e na capacitação e implantação de Sistema de Informação no Município, conforme sugerido a seguir com novas Diretrizes.

6.16 Capacitação, Treinamento e Reciclagem dos Funcionários para o Constante Monitoramento da Comunidade

Para que as propostas se concretizem, o instrumento proposto é a organização, instalação e monitoramento de atividades ligadas à gestão territorial: cadastro imobiliário, licenciamento, fiscalização de obras e controle do crescimento populacional e do uso e ocupação do solo, tributação, saneamento e obras públicas, o zoneamento e o macrozoneamento.

A população de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE distribuída igualmente em comunidades rurais e urbanas será atendida e esclarecida de forma justa e igualitária nas questões territoriais. Desde as comunidades mais afastadas da sede, por exemplo, terão onde buscar informações sobre os instrumentos ligados à gestão territorial. Para que esta proposta se realize serão necessárias políticas públicas municipais, cujas ações estejam voltadas para a capacitação de funcionários e a implementação da fiscalização.

A capacitação deve contemplar a Organização do Sistema de Informações do Município para o Planejamento e Gestão Pública Municipal - Implementação de Geoprocessamento e Sistema de Informação Geográfica (SIG). A criação do Sistema de Informação unificado no Município constitui uma importante proposição no âmbito do desenvolvimento político-institucional. Esse sistema deve ter como finalidade, estabelecer uma base de informações padronizadas e confiáveis na Administração Municipal. Deve também ser capaz de subsidiar o planejamento e a gestão democrática, em especial a elaboração e revisão do PDM.

Considerando que o planejamento de uma cidade é um processo dinâmico que exige monitoramento constante, verifica-se a necessidade da implantação de um Sistema de Informações georreferenciado. Esse mecanismo permite o controle

da ocupação do território, bem como a gestão integrada, cruzando informações referentes às finanças públicas e à área técnica.

O Sistema de Informações do Município deverá compreender a atualização constante dos dados municipais, tais como:

- a) Geo-ambientais: compreendendo o solo, o subsolo, relevo, hidrografia e cobertura vegetal;
- b) Cadastros urbanos: em especial equipamentos sociais, equipamentos urbanos públicos, cadastro imobiliário, áreas vazias, sistema viário, arruamento, infraestrutura d'água, esgoto, energia elétrica e telefonia, estabelecimentos industriais, de comércio e serviços;
- c) Legislações urbanísticas: em especial uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento, código de obras, posturas e tributação e áreas especiais de atividades econômicas, preservação ambiental, histórica e cultural;
- d) Socioeconômicas: em especial demografia, emprego e renda.

O acompanhamento envolve a obtenção de dados gerados por diversos departamentos, a interpretação dos mesmos e a verificação junto às propostas do PDM quanto a: alteração nos índices de crescimento do Município; modificação das principais atividades econômicas; e verificação do cumprimento das Leis Propostas pelo PDM. Este acompanhamento técnico envolve prioritariamente as seguintes ações:

- Fiscalização preventiva e punitiva de Posturas, de Obras, Parcelamento do Solo e de Funcionamento de Atividades Econômicas. Atualmente esta função não é ocupada por nenhum funcionário. Para a obtenção dos resultados esperados pelo Município há necessidade de se verificar o cumprimento da legislação proposta objetivando um planejamento efetivo. As normas existem para serem cumpridas, para isso é que são criadas. As notificações e embargos de obras e atividades não são somente para arrecadação de emolumentos ao Município, mas sim uma forma de orientar e de organizar o Município;
- Acompanhamento e fiscalização da execução de obras e atividades no Município, quanto ao cumprimento às Licenças emitidas pela Prefeitura Municipal;
- Verificação do Cadastro Imobiliário Municipal, com relação às edificações a

serem cadastradas. As edificações que não possuem “Habite-se” ou Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, certificando o cumprimento da legislação vigente, não poderão ter seus imóveis cadastrados como predial para fins de lançamento de impostos. Nessas condições, terão que arcar com a alíquota mais alta até o momento da regularização, quando o imóvel passaria a ser cadastrado pela Prefeitura Municipal, obtendo uma alíquota de imposto predial. Dessa forma, é possível privilegiar os munícipes que cumprem a legislação urbana facilitando o cadastramento municipal;

- Acompanhamento junto à execução das obras municipais e verificação da correta aplicação das verbas disponíveis no Município conforme as necessidades propostas no PDM.

Todas as informações coletadas deverão ser tabuladas e analisadas e, sempre que possível, em escala apropriada. Essas informações servirão de base para as revisões do PDM. Todas as possíveis alterações do Plano Diretor deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da Comunidade, ou seja, deverão ser feitas Audiências Públicas, Conferências Municipais e/ou eventos semelhantes, para que as alterações tenham legitimidade e atendam às premissas da legislação federal.

De acordo com o item 3.1.14 do Termo de Referência, o Município, após a última Audiência Pública, deverá elaborar a Conferência da Revisão do Plano Diretor Municipal “Pactuação do Plano Diretor Municipal”. Durante a Conferência, serão tratados os seguintes assuntos:

- ✓ Garantir a continuidade da implantação de um planejamento, visando comprometimento do Poder Público Municipal com a sequência da implantação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- ✓ Reativação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, o comprometimento da Câmara de Vereadores⁶ com a aprovação do PDM construído coletivamente.

⁶ Câmara de Vereadores de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE, www.cmboaventura.pr.gov.br

6.17 Conselho de Desenvolvimento Municipal

Com base na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Termo de Referência, o Município deverá manter ativo seu Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM). Este Conselho é responsável pelas disposições alusivas à democratização da gestão municipal e à participação da sociedade no processo de planejamento, pelas orientações do PDM para a elaboração da legislação complementar e adequação da legislação municipal em decorrência de suas disposições.

Na Conferência, será aprovada a nova composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, definido na Lei do PDM, bem como seu Regimento Interno.

6.18 Participação Popular

Como proposta da participação popular no acompanhamento da implementação do PDM, são propostas Conferências Públicas, cujo objetivo é mobilizar o Poder Público Municipal e a sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas. Na construção desses dispositivos, serão discutidas as metas e as prioridades para o Município.

6.19 Sistema Viário

Quanto ao Sistema Viário, as Diretrizes Básicas para a proposta são medidas capazes de garantir deslocamentos básicos, desimpedidos de conflitos e trajetos desnecessários. Estes deslocamentos devem ser propostos de maneira a aumentar a mobilidade e a rapidez entre as diversas regiões.

Considerando que o Sistema Viário ocupa percentual considerável do solo urbano, é necessário levar em conta a função desse Sistema e do Transporte, além da finalidade elementar de circulação ou locomoção. Em termos de vivência e lazer, o uso desses espaços, constitui aspecto bastante significativo ao se pretender a elevação da qualidade do ambiente urbano, efetivando-se como elemento obrigatório do cotidiano da população.

Quanto às vias a serem abertas, deverão ter revestimento, calçamento e arborização adequados às suas funções, principalmente nos locais onde já ocorre um comprometimento no desempenho do sistema de circulação. Além disso, deverão obedecer às normas vigentes.

No caso de vias já existentes e consolidadas e que não seja possível se adequar à legislação vigente, sugere-se a adaptação da malha viária existente e a inclusão de um artigo:

Art. 00 As vias urbanas classificam-se, quanto a sua implantação, em:

I - Vias existentes: as vias já implantadas e denominadas, inclusas na malha urbana;

II - Vias projetadas: ampliação da malha viária existente, sujeitas a projeto e/ou implantação, cujo dimensionamento deverá seguir os parâmetros inclusos nesta lei.

Parágrafo único. Os parâmetros para cada elemento que compõe as vias públicas poderão sofrer alterações mediante critérios adotados no Plano de Mobilidade Urbana e mediante estudos individualizados, realizados pela administração municipal para cada via proposta e aprovado pelo Conselho de desenvolvimento Municipal (BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022).

As vias devem garantir o mínimo de segurança na circulação de pedestres, por meio da criação de calçadas nas vias do sistema viário básico e nas vias de acesso às escolas. Alguns dispositivos de controle do tráfego também são necessários para reduzir os problemas de segurança dos pedestres, tais como, redutores de velocidade, passeios que diminuam a distância de travessia nas esquinas (próximo das escolas), criação de ruas de recreação e ruas de pedestres.

Para a hierarquização do Sistema Viário básico é necessário o enquadramento conforme o Código de Trânsito Brasileiro, alterando o art. 15 da Lei nº 595/2011. A partir deste, será possível garantir uma atuação ordenada nas intervenções urbanas e permitir que as vias de interesse local (secundárias) possam ser urbanizadas com modelos e padrões mais adequados às suas funções, criando até mesmo, pontos de encontro e de lazer de vizinhança nos passeios. As calçadas e as faixas de recuo das vias podem ser usadas para ajardinamento e arborização criando áreas verdes de acordo com as regiões.

De acordo com a proposta as vias foram classificadas como:

a) Vias Arteriais (VA)

As Vias Arteriais têm a função de escoar o tráfego a médias e altas

velocidades. Como função secundária podem permitir acesso a propriedades lindeiras, desde que não interfira na sua função principal. A velocidade média é de 45 a 60 km por hora. A via deve ter características para atender todo tipo de veículos. Quanto aos usos, ao longo da Via Arterial são induzidas as atividades múltiplas, de âmbito local e municipal. Para direcionar o fluxo e induzir a redução da velocidade, serão propostos redutores de velocidade e execução de calçadas;

b) Vias Coletoras (VC)

As Vias Coletoras devem servir tanto para o tráfego de passagem quanto para acesso a propriedades adjacentes. O serviço de tráfego é feito no sentido de coletar e distribuir o tráfego local para as arteriais e vice-versa. Estas vias em condições de tráfego livre têm velocidade média de 30 a 45 km por hora. Quanto aos usos, as Vias Coletoras não constituem barreiras entre os setores urbanos e sim a própria estrutura de atividades e equipamentos de uso público. As atividades lindeiras a estas vias estão condicionadas aos limites de usos impostos pela zona urbana em que estiver inserida;

c) Vias Locais (VL)

As Vias Locais têm como principal função propiciar o alcance das propriedades lindeiras. O acesso direto é permitido a todas essas propriedades e, em princípio, elas devem apenas coletar e distribuir o tráfego com origem ou destino às mesmas propriedades. As Vias Locais podem ser residenciais, comerciais ou industriais, dependendo do uso predominante do solo. Assim, as atividades lindeiras ficam condicionadas aos limites impostos pela zona urbana em que estiver inserida.

Quanto às dimensões das vias existentes pavimentadas, estas não deverão sofrer alterações. As vias que não possuem pavimentação definitiva deverão obedecer às dimensões constantes na prancha de detalhamento dos perfis. Em caso de haver encaixe na largura mínima exigida em Lei deverá ser discutido e aprovado em reunião do conselho do PDM, para que possa ser votada a possibilidade de ruas mais estreitas.

Em relação às estradas rurais faz-se necessário que sejam inseridas na Lei do Sistema Viário as seguintes complementações:

Art. XX É proibido aos proprietários dos terrenos marginais às estradas ou a

quaisquer outras pessoas, sob qualquer pretexto:

I - Instalar mata-burros, porteiras ou quaisquer outros obstáculos que prejudiquem o livre trânsito de veículos e pedestres ou que dificultem o trabalho de conservação das vias;

II - Destruir ou danificar o leito das vias, pontes, bueiros e canaletas de escoamento de águas pluviais, inclusive seu prolongamento fora da estrada;

III - Abrir valetas, buracos ou escavações no leito das estradas;

IV - Erguer qualquer tipo de obstáculos ou barreiras, como árvores, cercas, postes, tapumes etc. dentro da faixa de domínio do Município;

V - Impedir ou dificultar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades lindeiras;

VI - Permitir que as águas concentradas nas propriedades lindeiras atinjam o leito carroçável das estradas;

VII - executar qualquer espécie de benfeitoria de caráter permanente na área das faixas de domínio.

Parágrafo único. Quando houver condições que dificultem a drenagem na faixa de domínio da via, a municipalidade poderá executar obras dentro das propriedades privadas, mediante trâmites legais necessários e aviso prévio.

Art. XX Os Projetos das estradas Municipais obedecerão às características técnicas que lhe são próprias, segundo as prescrições desta Lei.

Art. XX A largura das estradas, incluindo a faixa de domínio será:

a) No mínimo de 20 metros para estrada principal;

b) No mínimo de 17 metros para estrada secundária;

Art. XX As pistas de rolamento deverão obedecer às seguintes larguras:

I. Estradas principais – 10,00 (dez metros);

II. Estradas secundárias – 7,00 (sete metros);

§ 1º Nas estradas principais e secundárias a faixa de domínio será acrescida de 5 (cinco) metros para cada lado além da pista de rolamento, área denominada de reserva marginal, e que será destinada a futuros alargamentos, e ou, utilização para redes de energia elétrica, de água e das redes de telefonia rural.

A classificação das vias deverá obedecer às normas gerais de circulação e conduta do Código Brasileiro de Trânsito, art. 60

Art. 60

As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

I - vias urbanas:

a) via de trânsito rápido - (limite de **80 km/h**); Segundo o CTB é “aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de PEDESTRES em nível”.

b) via arterial - (limite de **60 km/h**); Segundo o CTB é “aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade”. Elas se caracterizam por fazer a ligação de um bairro a outro, por exemplo, em uma cidade;

c) via coletora - (limite de **40 km/h**); segundo o CTB é “aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade”. Elas estão caracterizadas por facilitar a movimentação de uma região à outra em uma cidade por estarem ligadas às vias arteriais e de trânsito rápido.

d) via local - (limite de **30 km/h**) - segundo o CTB é “aquela caracterizada por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas”. Estas têm como característica não possuir nenhum tipo de ligação, sendo usadas apenas por veículos restritos ou com algum interesse, as ruas de um condomínio fechado, por exemplo.

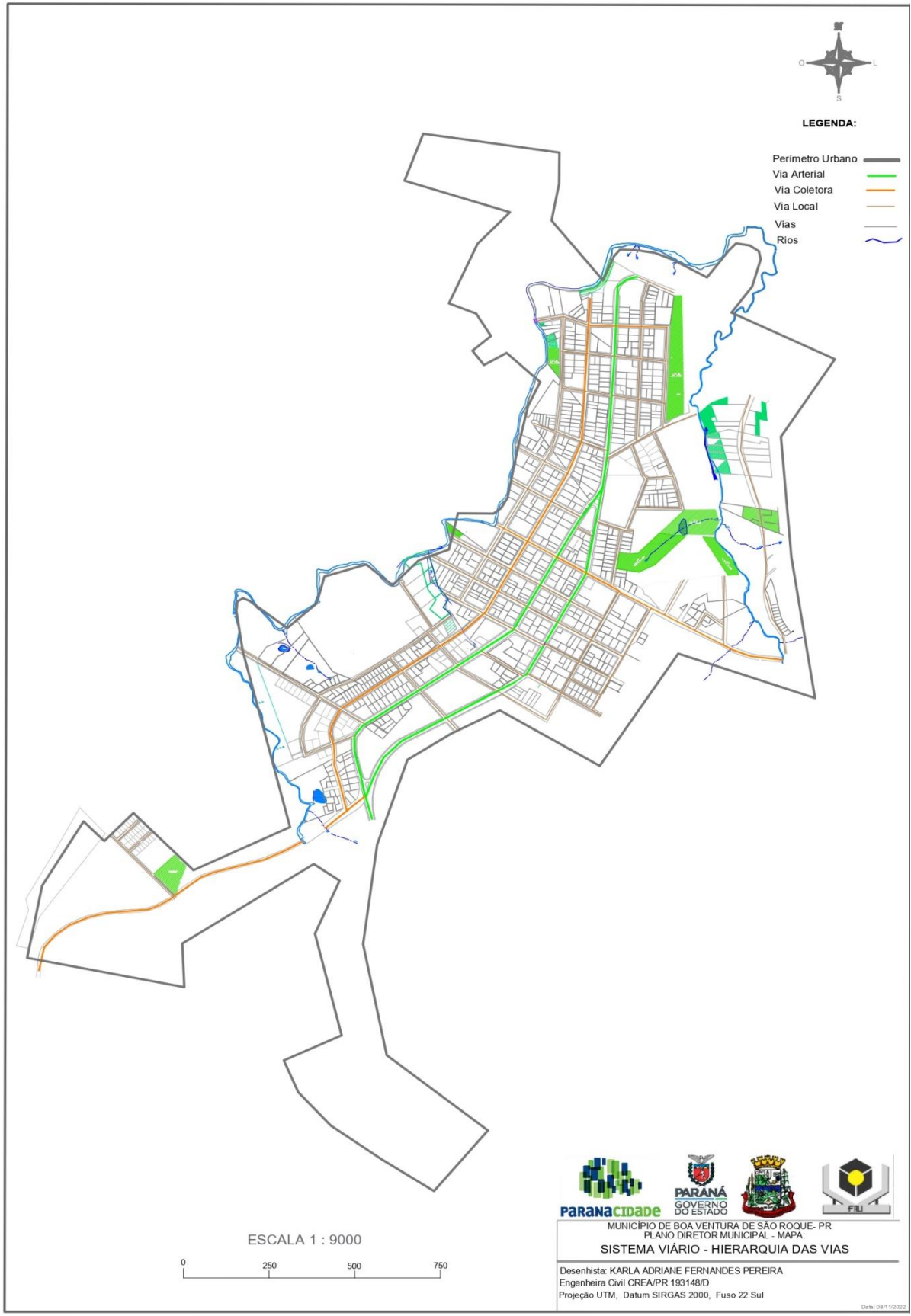
II - vias rurais:

a) rodovias;

b) estradas - Estradas são as vias rurais sem pavimentação, também conhecidas como estradas de terra. Elas são tão comuns e importantes quanto às próprias rodovias e nelas o limite de velocidade é de 60 km por hora (CTB). (BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022).

O mapa a seguir (Figura 32) representa a classificação do Sistema Viário.

Figura 32 - Sistema Viário



Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.20 Passeios Públicos

No contexto das alterações, deverá ainda, ser garantida a qualidade na execução dos passeios bem como na sua manutenção, sendo proibida a criação de degraus de qualquer natureza ou dimensões. Nos lotes de esquina, a adequação dos passeios para a acessibilidade das pessoas com dificuldade de locomoção será feita pela implantação de rampas em todos os cruzamentos (ver ABNT NBR 9050) e de acordo com a classificação das vias.

A exigência das calçadas acessíveis também para deficientes visuais é um trabalho de inclusão social e precisa cada vez mais ser incentivado. É indiscutível a importância da colocação piso tátil para fornecer maior segurança às pessoas com dificuldades visuais.

Excessos e exageros podem fazer com que o espaço público se torne mostruário de materiais distintos de pavimentação. A combinação de materiais deve oferecer segurança e unidade paisagística, facilitando os percursos, e não o inverso, ao gerar sensações nada aprazíveis pelo resultado da composição desacertada (ROMERO, 2006). Assim, para a execução do passeio em cada quadra, a Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo deverá examinar e distribuir a nova cartilha que define o material e o desenho a ser implantado.

Na sequência das pavimentações os passeios deverão seguir o novo padrão de desenho, harmonizando com o existente na mesma quadra. Na construção ou reconstrução dos passeios, as faixas pavimentadas deverão ser executadas com um dos seguintes materiais: blocos de concreto pré-moldado com qualquer dimensão ou piso cimentado, uma vez que os demais materiais não serão permitidos.

A construção ou reconstrução de passeios em praças, parques, terminais de transporte e entorno de equipamentos públicos, bem como os passeios das vias arteriais, devem seguir os padrões estabelecidos nos projetos específicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

Nos passeios existentes a Prefeitura incluirá a execução de rampas nos cruzamentos e piso tátil para a acessibilidade às pessoas com dificuldade de locomoção e deficiência visual. Deverá implantar um incentivo de revitalização dos passeios na área urbana, implantação, manutenção e reforma das calçadas existentes, reduzindo o valor do IPTU.

6.21 Vitalidade Urbana

A Vitalidade Urbana refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, diz-se que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços como, por exemplo, caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais, interagindo, conversando, encontrando-se, olhando a paisagem e as outras pessoas, divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais.

Toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar, entre outras. Em suma, a vitalidade urbana pode ser entendida como a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como à interação deste com as atividades que ocorrem no interior das edificações, tornando a cidade mais atrativa e segura.

Um das demandas da comunidade é a revitalização, nos entornos dos conjuntos habitacionais populares, a melhoria no bairro com infraestrutura adequada e embelezamento das vias, passeios e iluminação pública (Figura 33).

Figura 33 - Mapa de Melhorias Urbanas



Fonte: PDM de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

6.22 Implantação e aumento na arrecadação municipal garantindo o adensamento urbano e respeitando o meio ambiente

- a) Previsão da adoção de alíquotas diferenciadas no IPTU para terrenos urbanos ocupados e desocupados, com o objetivo de adensar áreas urbanizadas subutilizadas, coibir a expansão urbana e proibir o parcelamento de novas glebas.
- ✓ O aumento progressivo na alíquota do IPTU será gradual, já que o objetivo é compelir o proprietário de imóvel não utilizado, subutilizado ou não edificado a cumprir as obrigações decorrentes do art. 5º do Estatuto das Cidades, forçando, assim a ser dada função social à propriedade, tendo, portanto, caráter subsidiário. Há ainda o IPTU progressivo no tempo, que consiste na progressividade das alíquotas do Imposto Territorial Urbano;
- ✓ Potencializar a arrecadação de IPTU de acordo com a revisão do zoneamento proposto e o Código Tributário. Além de implantar as leis, o Município poderá fazer o recadastramento na área urbana com finalidade de atualização cadastral dos imóveis, dados nominais, sociais e tributários do Município, sobretudo para a arrecadação de impostos imobiliários e territoriais;
- b) O IPTU Verde é um instrumento Municipal, a ser instituído por Decreto para incentivar empreendimentos do Município a adotarem práticas sustentáveis em suas edificações, concedendo-lhes descontos fiscais no IPTU. Trata-se de instrumento que não está previsto no Estatuto da Cidade, portanto, serão fornecidos maiores detalhes sobre seu funcionamento.

Objetiva-se incentivar a sustentabilidade urbana por meio de descontos no valor do IPTU para empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos, institucionais e industriais que adotem medidas de estímulo à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente. Procedimentos dessa amplitude minimizam os efeitos negativos e impactos decorrentes da urbanização, criam um modelo integrado de desenvolvimento e sustentabilidade ao movimentar o mercado de empresas especializadas em tecnologias sustentáveis, resultando em geração de emprego e renda e movimentando a economia da cidade.

Ao dar entrada no pedido para obtenção da certificação, o requerente deve apresentar os documentos solicitados no Manual que comprovem o cumprimento

dos requisitos pleiteados, dispostos no Anexo do Decreto a ser elaborado, organizadas em cinco categorias:

- ✓ Gestão Sustentável das Águas;
- ✓ Eficiência e Alternativas Energéticas;
- ✓ Projeto Sustentável;
- ✓ Criação de área de Proteção Ambiental;
- ✓ Emissões de Gases do Efeito Estufa.

Os órgãos responsáveis pela análise de cada categoria irão avaliar os requisitos e, caso seja deferido, será somado à pontuação da empresa ou cidadão. As classificações e correspondentes descontos são:

- ✓ Bronze: mínimo 50 pontos e desconto de 5% (cinco por cento);
- ✓ Prata: mínimo 70 pontos e desconto de 7% (sete por cento);
- ✓ Ouro: mínimo 100 pontos e desconto de 10% (dez por cento).

O IPTU Verde, além de certificar os imóveis que realizam práticas de sustentabilidade, também pode conceder a redução de 80% (oitenta por cento) no valor venal de terrenos declarados como não edificáveis e que não sejam economicamente explorados, para efeito de apuração do IPTU a ser pago (PENSAMENTO VERDE, 2022).

São considerados terrenos não edificáveis aqueles localizados em Áreas de Proteção Ambiental (APA), nos termos do PDE, obedecidos os critérios do zoneamento específico para cada área. Para fins de duração do benefício concedido, é considerada a validade de 3 (três) anos, podendo ser renovado por igual período, enquanto for do interesse do requerente. Esse instrumento poderá ser aplicado em toda a área urbana.

6.23 Ampliar o Sistema Viário Urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade

As características do relevo da sede de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e a ausência de transporte coletivo favorecem o deslocamento dos moradores por meio de bicicletas e caminhadas. Com a ampliação da pavimentação e calçadas tornar-se-á necessário incentivar o aumento da mobilidade urbana.

Logo, torna-se necessário a ampliação de calçadas e ciclovias, a implantação que garantirá a circulação dos moradores de maneira segura e agradável. A instalação de bicicletários em pontos estratégicos, como escolas, parques, e outros locais, para o incentivo desse modal de transporte e não somente como uma atividade de lazer (MOBILIZE, 2022; MOBILIDADE URBANA, 2022).

Com o objetivo de demarcar os espaços exclusivos para os ciclistas e calçadas diferenciadas para os pedestres, utilizar-se-á de mobiliário urbano próprio e marcos indicando distâncias percorridas, de forma que as vias se interliguem. Esta medida também favorece a prática de esportes, a programação de competições, a criação de mais um atrativo para o turista e a qualidade da circulação do morador local. A proposta de melhorias urbanas, Parques Municipais e demarcação do trajeto para uso do pedestre e do ciclista se encontram em mapas e perspectivas (Ver mapa Melhorias Urbanas da Sede já apresentado).

6.24 Regularização Fundiária

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização; uso e ocupação do solo e edificação, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais. Sobre a Diretriz esta traz a seguinte orientação:

- **Promover a regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas degradadas e de risco ambiental. Assim como a regularização das áreas de ocupação irregular e os assentamentos.**

A análise da realidade municipal identificou que um dos temas prioritários a serem enfrentados pelo Município para a promoção do desenvolvimento local é a regularização fundiária do solo.

De acordo com a Análise Temática Integrada (ATI), BOA VENTURA DE SÃO ROQUE possui áreas com ocupações irregulares, cuja titulação não pertence aos ocupantes. Esse quadro gera inúmeros conflitos de uso e ocupação do solo, uma vez que essas apropriações indevidas ocorrem de forma aleatória, não

respeitando um Projeto de Loteamento, contribuindo com a desordem urbana e a deterioração desses ambientes.

Portanto, infere-se a necessidade de implementar a Lei nº 594/2011 existente sobre Regularização Fundiária e uma política pública envolvendo instituições pertencentes aos dois entes federativos (Município e Estado), e mais diretamente a Prefeitura Municipal. Para que tal política seja implementada, a condição fundamental é a organização e a formalização de um Plano de Ação Interinstitucional em que deverão estar presentes Prefeitura Municipal, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), Instituto Água e Terra (IAT) e Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

Com o objetivo de proporcionar ao Município mecanismos de comando e controle são propostas as seguintes diretrizes para essas áreas: a implantação dos Programas de Regularização Urbana Social (REURBS) e Regularização Urbana (REURB), ambos direcionados à Regularização Fundiária.

Mas o que é REURB? Trata-se de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de núcleos urbanos informais. Não é uma invenção recente, mas a REURB ganhou uma nova nomenclatura com a Lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

Quando foi publicada a Medida Provisória nº 759/2016, que foi posteriormente convertida na Lei 13.465/17, o Ministério das Cidades emitiu “nota” sobre as medidas de regularização fundiária urbana e informou que “O novo marco legal traz inovações com o conceito de informalidade tratado como núcleo urbano informal, a legitimação fundiária, a desburocratização dos procedimentos de aprovação e registro, além da criação do direito de laje”.

Portanto, verifica-se que a REURB é, grosso modo, um procedimento que pretende a regularização de diversas moradias irregulares.

Existem duas modalidades de REURB (PARANÁ, 2022):

- REURB-S: REURB de interesse social. Aqui são incluídas as ocupações por pessoas de baixa renda, com finalidade residencial, que receberão gratuitamente o registro do imóvel e toda a infraestrutura básica por conta do Poder Público;
- REURB-E: REURB de interesse específico. Neste caso, o particular deverá custear toda a infraestrutura a ser definida no projeto de regularização da

região.

O site Jusbrasil⁷ tem demonstrado quem pode iniciar o procedimento, como é realizado o procedimento administrativo, o registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) no cartório e quais profissionais podem realizar a REURB.

Portanto, complementar à pactuação interinstitucional, será a implementação de um Projeto de Cadastramento Imobiliário e Populacional das comunidades, com o objetivo de produzir informações georreferenciadas sobre o território. Dessa forma serão fornecidos instrumentos precisos e atualizados capazes de viabilizar a Regularização Fundiária. Nesta ação, destaca-se como prioridade, o cadastramento inicial de todas as comunidades.

Além disso, a lei do PDM, ora elaborada, deverá regulamentar os instrumentos de Concessão de Direito Real de Uso e as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e Lei nº 13.465/17 deverão compor o arcabouço legal necessário para a efetivação desta política.

Finalmente, deverá fazer parte da política de Regularização Fundiária no Município, a efetivação de um trabalho articulado entre o poder público e as comunidades diretamente envolvidas com a questão. Razão esta, pela qual deverão ser desenvolvidas estratégias para informação, consulta e envolvimento da sociedade no processo. Para tanto, e em observação ao novo desenho da organização institucional proposto para o PDM, ressalta-se a importância da retomada do Conselho do Plano Diretor e da efetivação da articulação entre as secretarias municipais.

É importante ressaltar que a participação e o envolvimento da população são condições fundamentais para a implementação da Regularização Fundiária sustentável. Entendida como uma intervenção pública, a Regularização abrange não apenas aspectos jurídicos e físicos, mas principalmente sociais. Ou seja, um dos principais objetivos da sua realização é a legalização da terra e a permanência das populações residentes, possibilitando a segurança jurídica, o acesso ao direito e o resgate da cidadania.

Por meio desses instrumentos pretende-se aumentar em médio e longo prazo, o número de propriedades urbanas e rurais devidamente registradas no

⁷ <https://fellypesd.jusbrasil.com.br/artigos/669486906/como-regularizar-loteamentos-irregulares-conheca-a-reurb>

Cartório de Registro de Imóveis, alterando o cenário de quase total informalidade em que se encontram as propriedades no Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR.

Outro instrumento fundamental para a concretização dos objetivos do PDM será a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade. Levando em conta a realidade encontrada no Município, serão fundamentais a aplicação das leis vigentes:

- Lei nº 600/2011 - institui o consórcio imobiliário para urbanização e edificação de unidades imobiliárias e dá outras providências;
- Lei nº 602/2011 - dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir e dá outras providências;
- Lei nº 603/2011 - dispõe sobre a transferência do direito de construir, no Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE e dá outras providências;
- Lei nº 594/2011 - dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e a regularização fundiária de áreas urbanas do município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE.

Esses dispositivos legais utilizados de forma complementar, auxiliarão o poder público na indução de novas formas de uso e ocupação do solo, ampliando as possibilidades de efetivação da regularização fundiária de democratização do acesso à terra urbanizada e do cumprimento da função social da propriedade.

7 CONCLUSÃO

O presente documento agrupa o conteúdo na Fase 03 do atual processo revisional, tendo sido elaborado pela equipe FAU Unicentro a partir das sinergias com a Prefeitura Municipal de BOA VENTURA DO SÃO ROQUE e com a sociedade como um todo, por meio de diversos canais. O relatório serve de lastro para a etapa derradeira da revisão, que engloba o Plano de Ação e Investimentos (PAI) e os demais elementos mencionados no contrato entre as partes e em consonância com as diretrizes vigentes, incluindo as normativas do órgão Paranacidade.

Objetivando complementar resta informado que a etapa final incluirá os seguintes itens, a priori, consoante com o disposto na atual versão do PDM abaixo transcrito:

- ✓ Lei do Plano Diretor Municipal de Uso e Ocupação do Solo Municipal;
- ✓ Lei do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana;
- ✓ Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- ✓ Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- ✓ Lei do Sistema Viário;
- ✓ Lei do Código de Edificações e Obras.

Também serão apresentadas minutas de Anteprojetos de Lei sobre:

- ✓ Lei do Código de Posturas;
- ✓ Leis Específicas para utilização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

E para finalizar a etapa, ainda serão oferecidas propostas de:

- ✓ Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal;
- ✓ Organização do sistema de informações para o planejamento e gestão municipal.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PARANÁ

FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

Equipe FAU UNICENTRO - PARANÁ

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no Termo de Referência da SEDU/PARANACIDADE, este documento apresenta o Plano de Ação e de Investimentos, parte integrante do Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR - 2022.

As ações propostas, mais especificamente aquelas da área operacional, estão descritas em forma de diretrizes e deverão ter o seu detalhamento e especificações na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual na medida em que forem sendo colocadas em prática.

A proposta financeira está dimensionada em função dos aportes de recursos previstos e dos recursos exigidos pelos diversos planos, programas, projetos, atividades e ações propostas para execução deste Plano.

O Plano de Ação e Investimentos indica as ações e os projetos prioritários para implementação do Plano Diretor Municipal em BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR. Detalha projetos e suas estimativas de custos, em infraestrutura, equipamentos comunitários, ações sociais e institucionais para os próximos cinco anos, compatibilizando a projeção orçamentária com a capacidade de endividamento municipal. Objetiva o equilíbrio entre o desenvolvimento municipal e a sua sustentabilidade no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Prefeitura Municipal de

Boa Ventura de São Roque

Quadro 21 – Secretaria do Executivo Municipal

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS – BOA VENTURA DO SÃO ROQUE 2022-2026					
PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: Executivo Municipal					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
Gabinete do prefeito	R\$ 250.000,00	2022-2026	livres e vinculados	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	8
Atividades de assessoria jurídica	R\$ 1.056.200,00	2022-2026	livres e vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES JURÍDICA	8
Atividades da Secretaria Executiva	R\$ 1.509.748,00	2022-2026	livres e vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS DO SECRETÁRIO, AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS PARA AS ATIVIDADES DE CONTROLE	8
Atividades do Controle Interno	R\$ 374.000,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA AS ATIVIDADES DO CONTROLE	8
Atividades da Assessoria de Planejamento e Engenharia	R\$ 138.400,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PROJETOS DE ENGENHARIA COM VISTAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO PARA ATENDER AS DEMANDAS	9

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 22 – Secretaria de Administração

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: Administração					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
Atividades do Departamento de Serviço e Encargos Gerais	R\$ 498.432,00	2022-2026	Livres e vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS.	8
Atividades do departamento de Compras e Licitações	R\$ 988.828,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	8
Atividades do departamento de Material e Patrimonio	R\$ 289.600,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	8
Apoio a Entidades Municipalistas	R\$ 176.000,00	2022-2026	Livres e Vinculados	REPASSE DE RECURSOS PARA ENTIDADES COMO AMOCENTRO, CNM, CONSAD E AMP, ETC.	17
Manutenção do Gabinete do secretario de Admnistração	R\$ 350.600,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS.	8
Subvenção Conselho Municipal de segurança	R\$ 120.000,00	2022-2026	Livres e Vicuados	REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AUXILIO DAS ATIVIDADES VOLTADAS A SEGURANÇA DO MUNICIPIO.	8
Aquisição de terreno e Construção de um novo Paço municipal	R\$3.000.000,00	2022-2026	Livres e Vinculados	ESPAÇO PARA ACOMODAR TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	11 e 7
Aquisição de veículos para secretárias	R\$1.600.000	2022-2026	Livres e Vinculados	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA DO TRANSPORTE DOS FUNCIONÁRIOS.	11 e 2

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 23 – Secretaria de Finanças

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: Finanças					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
Atividades do gabinete do Secretario de Finanças	R\$ 350.600,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E OBRIGAÇÕES PATRONAIS, PAGAMENTO DE DESPESAS COM VIAGENS	8
Atividades do Departamento de Contabilidade	R\$ 1.944.334,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES, ALUGUEL DE SISTEMA, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA AUXILIO NAS ATIVIDADES DE ROTINA	8
Atividades do Departamento de Tesouraria	R\$ 391.498,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO	8
Atividades do Departamento de Cadastro, Tributação e Fiscalização	R\$ 898.310,00	2022-2026	Livres e Vinculados	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS DE SERVIDORES, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO	17
Atividades de Atendimento ao Empreendedor	R\$ 40.000,00	2022-2026	Livres e Vinculados	FAZER ATENDIMENTOS REFERENTES AOS EMPREENDEDORES MEI E OUTRAS EMPRESAS, PROMOVER PALESTRAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO ÀS EMPRESAS DO MUNICIPIO	8 e 9

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 24 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 3.500.000,00	2022-2026	LIVRES	PAGAMENTOS DE VENCIMENTOS E OBRIGAÇÕES E DEMAIS DESPESAS NECESSARIAS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ROTINA DA SECRETARIA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
EVENTOS EDUCACIONAIS	R\$ 77.569,32	2022-2027	LIVRES	DESPESAS COM A RELIZAÇÃO DE CURSOS, PALESTRAS, ENCONTROS CONFERENCIAS E ETC	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
DESPESAS COM A RELIZAÇÃO DE CURSOS, PALESTRAS, ENCONTROS CONFERENCIAS E ETC	R\$ 45.256,31	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE TODA A EQUIPE QUE ATUA NA SECR. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MELHORIAS NA ESTRUTURA FISICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	R\$ 624.537,11	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	REFORMAS ME GERAL DAS ESCOLAS(PEQUENOS REPAROS, PINTURA) CONSTRUÇÃO DE NOVAS SALAS DE AULA.	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR	R\$ 1.729.990,43	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	PAGAMENTO DE FUNCIONARIO DO DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ESCOLAR, (NUTRICIONISTAS, TECNOLOGA EM GESTAO PUBLICA E MOTORISTA, COMBUSTIVEL, ETC.) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAIS (EPIs) PARA SERVIÇOS GERAIS. AQUISIÇÃO DE BOTAS JALECOS AVENTAL CALÇAS E CAMISAS, DETETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E RETIRADA DE MORCEGOS EM TODAS AS AREAS INTERNAS DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS, AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS PARA OS EDUCANDOS	2- FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTAVEL 4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

UNIFORMES PARA TODOS	R\$ 1.150.000,00	2022-2026	LIVRES	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA TODOS OS ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, PRE ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO AEE	R\$ 52.949,89	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	GARANTIR ACESSO E APRENDIZADO DE MODO PERMANENTE AOS EDUCANDOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS. APOIO A CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (INCLUINDO PSICOLOGOS, FONOAUDIOLOGOS E NUTRICIONISTAS) AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, CUSTEIO DE DESPESAS COM VIAGENS PARA CURSOS E CAPACITAÇÕES. AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ESCOLARES ADAPTAD	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO FUNDEB 70%	R\$ 12.000.000,00	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	PAGAMENTO EXCLUSIVAMENTE DOS PROFISSIONAIS EM SALA DE AULA COM CONTATO DIRETO COM ALUNO, COMO FORMA DE INCENTIVAR E GARANTIR DIREITOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 14.615.944,76	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	CUSTEAR DESPESAS DE MANUENÇÃO DO ENSINO, PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS NECESSARIOS A MANUTENÇÃO	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 16- PAZ E JUSTIÇA
A ARTE DE ENSINAR NA PRE-ESCOLA	R\$ 280.000,00	2022-2026	LIVRES- VINCULADOS	IMPANTAR BRINQUEDOTECA NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de
Boa Ventura de São Roque - Paraná

Final

A ARTE DE ENSINAR NA PRE-ESCOLA	R\$ 280.000,00	2022-2026	LMRES- VINCULADOS	IMPANTAR BRINQUEDOTECA NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 10.538.461,99	2022-2026	LMRES- VINCULADOS	GARANTIR QUE O ALUNO TENHA ACESSO A ESCOLA, CUSTEAR DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS PARA REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, MANUTENÇÃO DO DESLOCAMENTO DA FROTA MUNICIPAL, PAGAMENTO DE SERVIDORES, MANUTENÇÃO DA FROTA E OUTRAS DESPESAS NECESSARIAS PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR. PAGAMENTO DE DIARIAS CONTRATAÇÃO DE MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA PRESTAR ASSISTENCIA DURANTE TODO O TRAJETO DO TRANSPORTE DO ALUNO ATRAVES DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
INCENTIVO A CULTURA, ATMDADES ARTÍSTICAS, LEITURA E MÚSICA	R\$ 81.033,75	2022-2026	LMRES- VINCULADOS	AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR OFICINAS COM CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FANFARRA MUNICIPAL, AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECA	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE 16- PAZ E JUSTIÇA
AQUISIÇÃO DE VEICULOS	R\$ 1.500.000,00	2022-2026	LMRES- VINCULADOS	PARA DESENVOLVIMENTO PEDAGOGICAS EM VISITAS NA ESCOLAS, PARA LEVAR PROFESSORES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO	4- EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

Quadro 25 – Secretaria de Saúde

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR ANUAL	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
AÇÕES PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	R\$ 1.260.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADA	Pagamento de profissional SUS na Atenção Basica Medico, Enfermeiro e tec de Enfermagem devidamente escrito no Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES).	03- SAUDE E BEM-ESTAR
AÇÕES PAB/SUS PARTE FIXA	R\$ 1.213.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADA	Despesas com água, luz, telefone, combustível, material de limpeza, papel, tinta para impressora, coleta de resíduos das Unidades Básicas de Saúde, fardamento, sapatos, material de EPI (protetor solar, camisa com filtro UV etc.) Capacitação, educação permanente, aluguel de equipamentos, aluguel veículos, contratação de empresa para fornecimento de infraestrutura tecnológica, além de serviços de Tecnologia da Informação – TI, que possibilite a implantação e manutenção de prontuário eletrônico (PEC/AB) nas Unidades Básicas de Saúde – UBS, com link de acesso à internet, rede de computadores local (cabeadas e Wifi), computadores em todos os ambientes, tablets disponíveis para todos os agentes comunitários, sistema de prontuário eletrônico em servidor local, externo ou em nuvem, câmera de segurança, leitor biométrico, serviços de manutenção de hardware e software, suporte, capacitação dos profissionais e serviço de impressão, Pagamento de profissional SUS, etc.	03- SAUDE E BEM-ESTAR

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

DESPESAS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 850.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Pagamento de profissional SUS especializados, Plantão Medico 24H, pagamento GUIA Hospital, Exames em Geral.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
MEDICAMENTOS FARMACIA BASICA MUNICIPAL	N	N	N	N	N
AÇÕES ASSISTENCIA AMBULATORIAL	N	N	N	N	N
AÇÕES ASSITENCIA FARMACEUTICA QUALIFAR-SUS	R\$ 60.000,00	2022 A 2025	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Aquisição de material permanente (aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos), tais como mobiliários e equipamentos necessários para estruturação das Farmácias e Centrais de Abastecimento Farmacêutico no âmbito da Atenção Básica. Os bens adquiridos com recurso de investimento deverão constar no patrimônio municipal e descrito no plano de aplicação com as unidades de saúde a qual serão destinados e identificados seus respectivos Cadastros Nacionais de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Alguns exemplos: aquisição de ar condicionado, refrigerador/câmara fria, gerador, termohigrômetros, estantes, armários, porta-bins, bins, pallets, mesas, cadeiras, computadores, etc.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
AÇÕES VIG. ALIMENTAR E NUTRICIONAL	R\$ 10.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Despesas de custeio (correntes), como manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral. Aquisição de materiais de consumo	03- SAUDE E BEM-ESTAR
ATENÇÃO A MAMÃE BOAVENTURENSE	R\$ 120.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Exames de pre-natal, kit Gestante, Acompanhamento da Criança ao Desenvolvimento, Diminuir as Desigualdades sociais.	03- SAUDE E BEM-ESTAR

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

ASSISTENCIA FARMACEUTICA ESTADUAL	R\$ 10.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Parte Capital: Compra de Equipamnetos Imobiliarios: computador, mesa, Camera Fria para Medicamnetos, cadeira etc. Parte Custeio: Materiais de consumo, papel A4, material grafico, caneta, Manutenção de Computadores de geladeira etc.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 2.800.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	pagamento de profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saude, pagamento de medicamentos, insumos de enfermagem, medicamentos e equipamentos de emergencia e de uso da atencao basica etc. Despesas com água, luz, telefone, combustível, material de limpeza, papel, tinta para impressora, coleta de resíduos das Unidades Básicas de Saúde, fardamento, sapatos, material de EPI (protetor solar, camisa com filtro UV etc.) Capacitação, educação permanente, aluguel de equipamentos, aluguel veículos, contratação de empresa para fornecimento de infraestrutura tecnológica, além de serviços de Tecnologia da Informação – TI, que possibilite a implantação e manutenção de prontuário eletrônico (PEC/AB) nas Unidades Básicas de Saúde – UBS, com link de acesso à internet, rede de computadores local (cabeadas e Wifi), computadores em todos os ambientes, tablets disponíveis para todos os agentes comunitários, sistema de prontuário eletrônico em	03- SAUDE E BEM-ESTAR
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 90.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Pagamento do gestor de saude (Secretario Municipal de saude outros encargos, diarias e reembolsos.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
615- EXECUÇÃO DO PROGRAMA APSUS - ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	R\$ 400.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Transporte Sanitario, e insumos de enfermagem na atencao Primaria a Saude. Aquisição de veiculos Transporte Sanitario	03- SAUDE E BEM-ESTAR

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

Final

PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA	R\$ 8.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. São diretrizes para a implementação do PSE: I. descentralização e respeito à autonomia federativa; II. integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde; III. territorialidade; IV. interdisciplinaridade e intersetorialidade; V. integralidade; VI. cuidado ao longo do tempo; VII. controle social; e Pagamento de insumo para atencao a saude na escola,	03- SAUDE E BEM-ESTAR
PRO-ESTADUAL PROVIGIA	R\$ 60.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Conforme plano de ação do PROGRAMA PROVIGIA Municipal e Resolução Sesa nº 1.102/2021 que Institui o Programa; Resolução Sesa nº 1.103/2021 que define o repasse financeiro 2021.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
EXECUÇÃO DO PROGRAMA PARANA SAUDE	R\$ 190.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	aquisição de MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA E INSUMOS DE ENFERMAGEM através do consorcio Paraná saúde. Lei Municipal Paraná Saúde 940/2017.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
INCREMENTO A SAUDE BUCAL	R\$ 57.600,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Folha de pagamento equipe saude Bucal. Profissionais lotados no CNES ESB. Segundo Resolução Equipe de Saúde Bucal ESB 40h - Equipe de Saúde Bucal de 40 horas nº 44 de 19/08/2020 Federal.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
AQUISIÇÃO DE VEICULOS	R\$ 300.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Aquisição de Veiculos para Atenção Primaria a saude e Vigilancia em Saude.	03- SAUDE E BEM-ESTAR
REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAUDE .	R\$ 250.000,00	2022 A 2026	LIVRES/ RECEITA VINCULADO	Reforma, Ampliação e Contrução de UBS Unidade Basicas de Saude.	03- SAUDE E BEM-ESTAR

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 26 – Secretaria de Promoção Social

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: PROMOÇÃO SOCIAL					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
Manutenção das Atividades da Secretaria de Promoção Social	R\$ 465.835,00	2022-2026	Livres	Manter as atividades da secretaria, efetuar remuneração dos servidores, aquisição de materiais e equipamentos necessários para realização de atividades de rotina da secretaria	01, 02, 10.
Manutenção do Gabinete do Secretario de Promoção Social	R\$ 87.650,00	2022-2026	Livres	Pagamento da remuneração, aquisição de materiais de consumo e equipamentos que garantam a administração da secretaria de promoção social	
Benefícios Eventuais	R\$ 39.950,00	2022-2026	Livres	Auxílio de caráter suplementar e provisório prestados aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte e situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade.	01, 02, 10.
Índice de gestão descentralizada - IGDBF	R\$ 32.525,00	2022-2026	Vinculados e livres	Auxílio financeiro para aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços para realização de atividades de cadastramento e monitoramento de famílias cadastradas no programa federal do bolsa família.	01, 02, 10.
Piso Básico Variável - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	R\$ 28.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Execução de recursos da deliberação 062/2016 CEDCA/PR, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do governo federal de bloco de proteção básica e também recursos livre do município.	10, 03, 16.
Manutenção das atividades do CREAS	R\$ 87.950,00	2022-2026	Livres, vinculados	Centro de referência especializada, serviços de atendimento as famílias em situação de violência e rompimento de vínculos, direitos violados, trabalho infantil, violência sexual entre outros.	10, 16.

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

Execução do repasse FNAS - BPC na escola	R\$ 3.800,00	2022-2026	Vinculados e livres	O Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.	04, 10.
Apoio ao renda mínima	R\$ 30.000,00	2022-2026	Livres	Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social para geração de renda, em especial aquelas incluídas no programa bolsa família, utilizando cursos profissionalizantes, incluindo também jovens	01, 08, 10.
Ações de subsistência nutritiva	R\$ 40.000,00	2022-2026	Livres	Proporcionar a garantia de alimentação saudável, acessível e em quantidade suficiente de modo permanente para as famílias em situação de baixa renda com risco de fome.	01, 02.
Manutenção das Atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	R\$ 265.650,00	2022-2026	Livres, vinculados	Pagamento de vencimentos de servidores e aquisição de materiais, equipamentos e pagamentos de contratação de prestação de serviços com o objetivo de integração junto as famílias, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecimento de vínculos, através da realização de varias atividades, como, cursos, palestras, encaminhamento de benefícios, entre outros.	01, 02, 03, 05, 10, 16.
Atividades do fundo municipal de assistência social.	R\$ 28.035,00	2022-2026	Livres	Realização das atividades de assistência social não contemplados em programas específicos como mais uma ferramenta de apoio e garantia de assistência social as famílias.	10.
Execução repasse FNAS - Piso Básico Fixo	R\$ 34.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Realização de atividades como aquisição de material e equipamentos para a realização de cursos e atividades de trabalho específico voltado as famílias.	01, 08, 10.

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

PPAS III - Programa PAEFI regionalizado - CREAS	R\$ 102.600,00	2022-2026	Vinculados	execução dos recursos conforme o Plano de Ação nas áreas da Proteção Social Especial, Aprimoramento da Gestão e Benefícios Eventuais dentro do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).	01, 08, 10.
Execução do programa expansão do piso paranaense de assistência social - PPAS I	86,398,00	2022-2026	vinculados	execução dos recursos conforme o Plano de Ação nas áreas da Proteção Social Básica, aprimoramento da Gestão e Benefícios Eventuais dentro do Centro de Referência de Assistência Social (Cras)	01, 08, 10.
Morar com dignidade	R\$ 84.000,00	2022-2026	Livres	Construção de casas, banheiros, reformas e pequenos reparos, para famílias vulnerabilizadas pela pobreza, garantindo assim uma moradia digna.	01, 06, 10,
Atividades do fundo municipal para infância e juventude	R\$ 89.600,00	2022-2026	Livres, vinculados	Atenção a criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social do município, dando acesso a atividades culturais, artísticas e de lazer, bem como desenvolvimento de atividades sócio educativas, fortalecimento da rede municipal de enfrentamento as violências contra a criança e o adolescente e desenvolvimento de atividades como cursos profissionalizantes, atividades de modalidade esportivas.	03, 04, 10, 16.
Manutenção do conselho tutelar	R\$ 170.950,00	2022-2026	Livres	Manter as atividades do conselho tutelar, efetuar remuneração dos conselheiros, adquirir materiais permanentes e de consumo para realização de atividades, manutenção do veículo próprio e da estrutura do prédio do conselho.	03, 04, 10, 16.

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de
Boa Ventura de São Roque - Paraná

Atividades culturais, artísticas de esporte e lazer	R\$ 16.150,00	2022-2026	Livres	Desenvolver atividades esportivas, artísticas, recreativas e de lazer para crianças e adolescentes, ações de orientação de jovens para melhoria da qualidade de vida.	03, 10, 16.
Repasse de recurso FNAS - PTMC para APAE	R\$ 3.370,00	2022-2026	Livres	Auxílio financeiro para a manutenção das atividades da entidade APAE	10.
Execução do programa e serviço de atendimento a pessoa idosa	R\$ 15.050,00	2022-2026	Livres	Deliberação 001/2017 CED/PR	10, 16.
Construção da sede dos serviços e manutenção, e reforma quando necessário.	R\$ 500.000,00	2022-2026	livres, vinculados	Construção da sede do Conselho Tutelar para melhor atender seus usuários, com salas adequadas para o trabalho, sala de reunião, sala de escuta, banheiro adaptado, e tudo que o serviço precisa, construção da sede do Creas, atendendo todas as normas e necessidades, e construção da sede da Secretaria de Promoção Social com espaço adequado para o trabalho e para atendimento ao público. A construção dessas sedes também se faz necessária para que a prefeitura deixe de pagar aluguel. Esse recurso também será utilizado para manutenção das sedes de todos os serviços da secretaria, em reformas.	01, 10.
Aquisição de veículos para os serviços da secretaria.	R\$ 500.000,00	2022-2026	Livres, vinculados	Aquisição de veículos para os serviços do CRAS, CREAS, Conselho tutelar e secretaria. Esses veículos serão utilizados para atendimento ao público, em visitas as famílias e em ocorrências que muitas vezes precisam do deslocamento da equipe técnica até o local.	01, 10, 16.

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...
Final

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

Construção de clube para idosos	R\$ 500.000,00	2022-2026	Livres, vinculados	Cosntrução de um clube para idosos com espaço para realização de cursos e oficinas, sala de convivencia, sala de TV com equipe capacitada para o atendimento dos mesmos. Esse clube tem como objetivo se tornar um local de encontro para idosos que se sentem sozinhos e que podem utilizar desse local para ocupar o tempo, aprender coisas novas e conviver com outras pessoas.	03, 10.
Casa de apoio para mulheres, idosos e crianças e adolescentes que estão em situação de risco ou vulneráveis.	R\$ 100.000,00	2022-2026	Livres, vinculados	Construção de casa de apoio para pessoas que estão em situação de risco ou vulneráveis, para que em um momento difícil consigam ter o mínimo apoio e conforto até que a situação em questão seja resolvida.	05, 10, 16.
Construção de Habitação social	R\$ 500.000,00	2022-2026	Livres e vinculados	Construção de habitação social para pessoas baixa renda que residem no município, priorizando mães solas, com avaliação de assistente social.	01, 10.

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 27 – Secretaria de Obras, Transporte, Urbanismo

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA: OBRAS TRANSPORTE URBANISMO					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	R\$ 909.600,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	PAGAMENTO DE PESSOAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES	8
ATIVIDADES DO GABINETE SECRETARIO DE OBRAS	R\$ 350.600,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, COM O OBJETIVO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS	8
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	R\$ 7.657.200,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, PAGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DEMAIS DESPESAS NECESSARIAS PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E ACESSOS NAS AREAS RURAIS E URBANAS DE NOSSO MUNICIPIO	11
INFRA ESTRUTURA TRANSPORTE RECURSOS DA CIDE	R\$ 67.600,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E URBANA, GARANTIA DE ACESSO A POPULAÇÃO	11
REPASSE PARA CONSÓRCIO CIDE CENTRO	R\$ 378.000,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO PARA CONSORCIO COM O OBJETIVO DE PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS	11
ADeQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RUAS E CALÇADAS URBANAS	R\$ 210.000,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	REALIZAR O CALÇAMENTO DE RUAS URBANAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DO ACESSO	11
ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	R\$ 1.699.000,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	MANUTENÇÃO DE CANTERIOS CENTRAIS, PRAÇAS, RUAS E CALÇADAS	11
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 953.200,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA ATRAVES DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	7
AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	R\$ 3.000.000,00	2022-2026	LIVRES E VINCULADOS	ESTRUTURAR E MELHORAR O TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA SECRETARIA	7

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 28 – Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO					
AÇÃO/ E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	R\$ 4.000.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	PAGAMENTO DE VENCIMENTOS, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, PAGAMENTO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.	14
EXECUÇÃO DE PROJETOS DE APOIO AOS PEQUENOS AGRICULTORES	R\$ 2.000.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	CORREÇÃO DE SOLO, APOIO A PRODUÇÃO DE ERVAS MEDICINAIS, OLERICULTURA E FRUTICULTURA, PROGRAMA PSICULTURA E AGROINDUSTRIAS.	12
EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO FUNDAF- FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	R\$ 2.000.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR ATRÁVES DE AÇÕES QUE AJUDEM NA APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR ATRÁVES DE AÇÕES QUE AJUDEM NA CORREÇÃO DE SOLOS, NO INCENTIVO A PRODUÇÃO DE PEQUENOS CULTIVOS COMO ERVAS MEDICINAIS, OLERICULTURA, FRUTICULTURA, CRIAÇÃO DE PEIXES, FOMENTO A PECUÁRIA E AGROINDUSTRIA.	11
CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES	R\$ 20.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	CURSOS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS E VISITAS TÉCNICAS	12
EXECUÇÃO DO PROGRAMA PROPRIEDADE À DENTRO	R\$ 1.000.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	BENEFICIAR E INCENTIVAR PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES, MELHORANDO O ACESSO A SUAS PROPRIEDADES E REALIZAR SERVIÇOS QUE POSSIBILITEM MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E RENDA.	12
PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E CONSULTORIA VETERINÁRIA	R\$ 600.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	CONTINUAR O INCENTIVO AO MELHORAMENTO GENÉTICO DOS REBANHOS E ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA DO LEITE ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EXPANSÃO DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. COM O OBJETIVO DO AUMENTO E QUALIDADE DO REBANHO E PRODUÇÃO	12
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	R\$ 1.120.000,00	2022-2026	VINCULADOS E LIVRES	ESTRUTURAR E MELHORAR O TRANSPORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DA SECRETARIA	11.2

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 29 – Secretaria de Meio Ambiente

PAI - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS - REVISÃO DO PLANO DIRETOR - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	RAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS/META
1101 - Manutenção das Atividades do gabinete do Secretario de Meio Ambiente	R\$ 350.600,00	2022-2026	Vinculados e livres	Vencimentos e vantagens fixas, pessoal civil, contribuições patronais, diários - civil, material de consumo, outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, indenizações e restituições.	8
1102- Manutenção das Atividades da Secretaria de Meio Ambiente	R\$ 2.406.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Aquisição de equipamentos ,materiais e pagamentos de serviços, pessoal, e outros	8
1103 - De olhos nos olhos	RS 18.800,00	2022-2026	Vinculados e livres	Programa de proteção de nascentes de agua, recuperação e conservação de nascentes, cujo o objetivo é melhorar a qualidade de agua para as familias da area rural,	14
1104 - Apoio as atividades Faxinalenses	R\$ 201.400,00	2022-2026	Vinculados e livres	Apoiar e incentivar as práticas de preservação ambiental atendendo as principais necessidades dos Faxinalenses - Proteção de nascentes, aquisição e entrega de materiais para construção de cercas, aquisição de mudas nativas, Coleta de resíduos.	15
1106 - Manutenção do Aterro Sanitário	R\$ 1.120.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Aquisição de material e equipamentos necessarios manutenção do aterro com o objetivo de possibilitar a destinação correta dos residuos sólidos, buscando assim melhoria na qualidade de vida dos municípes. (no Município) gestão aterro sanitário, coleta seletiva dos residuos, limpeza de ruas e triagem de lixo, proteger as areas verdes, valorizar o Conselho do Municipal e Estadual do Meio Ambiente.	13

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

1107 - Estação Ecológica Cachoeirinha	R\$ 566.400,00	2022-2026	Vinculados e livres	Elaboração de projetos de pesquisa e formação na área ambiental, confecção de uma casa de pesquisa com laboratório, confecção de cercas em todas as divisas, Levantamento de fauna e flora, Elaboração do Plano de manejo, Eradicação de espécies exóticas invasoras, proteção do solo e água, proteção de áreas verdes, Incentivo a pesquisa científica.	13/15
1108 - Educação Ambiental	R\$ 100.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Meio ambiente nas escolas educação ambiental - Projeto força verde mirim, palestra com animais taxidermizados, palestras sobre o dia da água, semana do meio ambiente, dia da árvore, palestra sobre resíduos sólidos, visitas ao aterro sanitário municipal, centro de triagem de materiais recicláveis.	13
1109 - Urbanização e paisagismo na área urbana	R\$ 100.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Preservação e conservação ambiental - Elaboração e implantação do plano de arborização urbana, plantio de mudas de árvores nas áreas urbanas do município, aquisição e entrega de mudas de árvores nativas para área rural.	13/15
Aquisição de veículo utilitários, caminhão e retroescavadeira.	1.600.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	compra veículo utilitário, para uso no aterro sanitário, vistoria ambiental, coleta de material reciclável. Aquisição de caminhão para coleta seletiva, aquisição retroescavadeira, para utilizar no aterro sanitário para cobertura de valas, carregar resíduos sólidos.	
Construção sede própria para secretaria do Meio Ambiente	R\$ 300.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Construção de uma casa em alvenaria onde será a sede da Secretaria do Meio Ambiente	
Incentivo a criação de parques ambientais públicos e privados, e Unidades de Conservação	R\$ 100.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população. Pois proporcionam contato com a natureza e suas estruturas e qualidade ambiental, quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer.	15

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Continua...

Plano Diretor Municipal – Fase 4: Plano de Ação e Investimentos (PAI) - Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque - Paraná

Final

Construção e implantação barracão de centro de triagem de lixo com equipamentos próprios para separação, pesagem, prensagem e carregamentos de material reciclavel para	R\$ 600.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Construção e implantação barracão de centro de triagem de lixo, com equipamentos próprios para separação, pesagem, prensagem e carregamentos de material reciclavel.	13/14
Manutenção e conservação do Cemitério Municipal	R\$ 100.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Construção de uma capela mortuaria, reforma e construção de cercas, placas, arborização, coleta de lixo, entulho, limpeza e roçadas, atender a legislação ambiental através de licenças entre outros.	
Saneamento	R\$ 1.000.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Ampliação da rede de distribuição de água, saneamento básico urbano, implantação sistema de esgotamento sanitário municipal, fossas sépticas.	14
Defesa Civil Municipal	R\$ 264.000,00	2022-2026	Vinculados e livres	Responsável por prevenir e socorrer pessoas das situações de desastres. O trabalho de prevenção começa com o mapeamento das áreas de risco, a localização e constatação de situações que possam culminar em desastres ou acidentes, diante destas condições a DEFESA CIVIL realiza ações preventivas para evitar que o desastre aconteça e se acontecer que ele cause o mínimo de danos às pessoas e ao meio ambiente. Mas quando o desastre acontece sem cuidados prévios, a DEFESA CIVIL age prontamente socorrendo e minimizando os efeitos causados as pessoas e ao meio ambiente até a completa estabilização da normalidade.Plano de Contigencia, atendimento com entrega de lonas, telhas, alimento e produtos de higiene, transporte de pessoas para alojamentos.	13

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

Quadro 30 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

PAI PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS – REVISÃO DO PLANO DIRETOR – SECRETARIA DE INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO					
AÇÃO/E OU INVESTIMENTO	VALOR	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTES DE RECURSOS	DIRETRIZES	ODS META
Restruturação da casa da cultura do Parque da Farinheira	800.000,00	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	REFORMA E RESTRUTURAÇÃO DO ANTIGO MUSEU DO PARQUE DA FARINHEIRA	9
Criação de rotas turísticas que incentivam a rede hoteleira e produção rural local	60.000	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	CRIAÇÃO DE ROTAS TURÍSTICAS NA ÁREAS DE ECOTURISMO, TURISMO GASTRONÔMICO AUXÍLIO AOS PRODUTORES RURAIS, E SEUS PRODUTOS	9
Incentivo a Rede Hoteleira e gastronômica	20.000,00	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	AUXILIAR COM CURSOS, PALESTRAS, INCENTIVO FISCAL E ESTRUTURAÇÃO	9
Criação de evento gastronômico anual tradicional como incentivo ao turismo gastronômico	10.000	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	CRIAR UM PRATO TÍPICO DO MUNICÍPIO E INSERIR-LO NAS FESTIVIDADES MUNICIPAIS	9
Criação de programas turísticos que envolvam o esporte e aproveitamento de áreas rurais do município	20.000,00	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	REALIZAÇÃO DE PASSEIOS CICLISTICOS, CAMINHADAS, PASSEIO OFF-ROAD, PARA OS	9
Criação de Núcleo, plano de desenvolvimento	10.000,00	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	CRIAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL E COMÉRCIO DE UMA AÇÃO E PLANEJAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	8
Incentivo a instalações de novas empresas e comércio	20.000,99	5 ANOS	VINCULADOS LIVRES	CRIAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS, ESTRUTURAIS, A CAPACITAÇÃO DE EMPREENDEDORES	8

Fonte: Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A readequação do Plano Diretor Municipal de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR só foi possível devido aos esforços da atual gestão pública em cooperação com o Governo Estadual para democratizar as decisões públicas transformando o planejamento da ação municipal em trabalho compartilhado entre os cidadãos e assumido pelos mesmos visando à construção de um processo de planejamento que privilegia uma cidade mais justa e próspera.

Na elaboração do PDM foram abertos canais para discussão dos problemas da cidade entendendo-se que todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu Município.

A atividade de construir e revisar o PDM deve servir para incentivar os cidadãos e a gestão pública a avaliar e implantar o sistema de planejamento municipal, pois a conclusão da revisão do Plano Diretor não encerra o processo de planejamento. Desta forma, torna-se importante manter o processo de discussão sobre as metas a alcançar realizando novos acordos integrados por meio de fóruns, conferências e audiências públicas.

Será necessário, às gestões futuras, maior esforço para dar continuidade à ação de planejamento de forma participativa. Nesse sentido, as diretrizes e propostas para o desenvolvimento institucional são de grande importância.

O Plano de Ação e Investimentos torna-se um importante instrumento porque nele estão definidas as ações prioritárias que serão desenvolvidas nos próximos anos pactuadas em conjunto com os cidadãos devendo ser acompanhado pela população e revisado quando necessário de forma transparente e participativa.

Sendo assim, os cidadãos Boa-Venturenses têm no seu Plano Diretor o reflexo de seus anseios devendo ser utilizado para efetivar o sonho de uma cidade cada vez melhor para se viver, com sustentabilidade, oportunidades para todos e justiça social.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade Urbana e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

AGOSTINHO, A. A. e GOMES, L. C. **Reservatório de segredo**: bases ecológicas para o manejo. Maringá: EDUEM, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Rio de Janeiro, 2004.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Aspectos Regionais**: Principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades no Município de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE em 2008. Acervo Documental da Prefeitura Municipal, 2008.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei nº 592, de 13 de setembro de 2011**. Institui o Perímetro Urbano da Sede e do Distrito Industrial do Município de Boa Ventura de São Roque, e dá outras providências. 2011a. Disponível em: [https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5922011-PERIMETRO-URBANO_\(767\).pdf](https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5922011-PERIMETRO-URBANO_(767).pdf). Acesso em: 05 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei nº 633, de 16 de dezembro de 2011**. Dá nova redação ao Código Tributário Municipal e dá outras providências. 2011b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/b/boa-ventura-de-sao-roque/lei-ordinaria/2011/63/633/lei-ordinaria-n-633-2011-da-nova-redacao-ao-codigo-tributario-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei n. 595, de 13 de setembro de 2011**. Súmula: dispõe sobre a mobilidade municipal e urbana e hierarquização do sistema viário para o município de Boa Ventura de São Roque, e dá outras providências. 2011c. Disponível em: [https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5952011-SIST-AVIARIO_\(591\).pdf](https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5952011-SIST-AVIARIO_(591).pdf). Acesso em: 05 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei n. 593, de 13 de setembro de 2011**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano e municipal do Município de Boa Ventura de São Roque e dá outras providências. 2011d. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/b/boa-ventura-de-sao-roque/lei-ordinaria/2011/60/593/lei-ordinaria-n-593-2011-dispoe-sobre-o-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-e-municipal-do-municipio-de-boa-ventura-de-sao-roque-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei n. 591, de 13 de setembro de 2011**. Institui o Plano Diretor Municipal, estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos para as ações de planejamento no Município de Boa Ventura de São Roque e dá outras providências. 2011e. Disponível em:

[https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5912011-PLANO-DIRETOR_\(964\).pdf](https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5912011-PLANO-DIRETOR_(964).pdf). Acesso em: 06 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei n. 594, de 13 de setembro de 2011.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e a regularização fundiária de áreas urbanas do município de boa ventura de são roque, e dá outras providências. 2011f.

Disponível em:

[https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5942011-PARC-SOLO_\(138\).pdf](https://transparencia.boaventura.pr.gov.br/uploads/pagina/arquivos/LEI-5942011-PARC-SOLO_(138).pdf). Acesso em: 02 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nº 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12587-3-janeiro-2012-612248-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Lei nº 769, de 27 de fevereiro de 2014.** Altera parte da Lei nº 592/2011 e institui novo Perímetro urbano da Sede do Município de Boa Ventura de São Roque, e dá outras providências. 2014. Disponível em:

http://cmboaventura.pr.gov.br/galeria/legislacao/lei_769_2014.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Evolução da ocupação urbana:** loteamentos/áreas. 2022. Acervo Documental da Prefeitura Municipal, 2022.

BRASIL. **Código De Trânsito Brasileiro.** 1997. Disponível em:

[Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503/97 | Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Presidência da República \(jusbrasil.com.br\)](http://jusbrasil.com.br/leis/9503/97). Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.** Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19785.htm. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. **Estatuto da Cidade.** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018.** Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os

procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9310-15-marco-2018-786319-publicacaooriginal-155038-pe.html>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n^{os} 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n^o 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 02 dez. 2022.

CÂMARA DE VEREADORES DE BOA VENTURA DO SÃO ROQUE. Acesso a Documentos e leis. Disponível em: www.cmboaventura.pr.gov.br.

DATA MPE BRASIL. **Boa Ventura de São Roque**. 2020. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/boa-ventura-de-sao-roque>. Acesso em: 02 dez. 2022.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNICENTRO PARANÁ. **Acervo Documental, 2022**. Guarapuava, 2022.

FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ (FUPEF). Certificação Florestal. 1991. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mesorregião Centro-sul**. 2002. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul_tabelas.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

GOOGLE EARTH. **Google Maps**. 2019. Disponível em: <http://earth.google.com/2019>. Acesso em: 24 jul. 2022.

GOOGLE SEARCHS. **Aeroporto Regional de Guarapuava Tancredo Thomas de Farias**. 2021. Disponível em: https://www.google.com/search?gs_ssp=eJzj4tLP1TdISS_MzasyYLRSNaiwNEINM7YwSk01NTQ2S04ztzKoMLc0TjJMM7AwNbEwMDM2SvMST0wtyi_ILYrJV0hJVUgvT

[SxKLChNLEsEAFL8F3E&q=aeroporto+de+guarapuava&rlz=1C1GCEA_enBR918BR918&oq=aeroporto+de+Guarapuava&aqs=chrome.0.46i175i199i512j69i57j0i22i30i3.4930j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#lpg=cid:CqIqAQ%3D%3D,ik:CAoSLEFGMVFpcE16OEI0OFd3bGJkOXhjTnNiRTAtNGF4cVdSRFZqdUw1Q0t0Z1pK](https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/agrometeorologia/atlas-climatico/atlas-climatico-do-parana-2019.pdf). Acesso em: 03 dez 2022.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). **Atlas Climático do Estado do Paraná** [recurso eletrônico]. Pablo Ricardo Nitsche [et al.]. Londrina (PR), 2019. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/agrometeorologia/atlas-climatico/atlas-climatico-do-parana-2019.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Boa Ventura de São Roque**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/boa-ventura-de-sao-roque.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Lista dos 399 Municípios do Estado ordenados segundo mesorregiões e microrregiões geográficas do IBGE - Paraná – 2000**. Disponível em: https://mppr.mp.br/arquivos/File/subplan/gempar/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf. Acesso em: 03 dez. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Relatórios de Pesquisa - 2003**. 2003. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Relatorios-de-Pesquisa-2003>. Acesso em: 02 dez. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense**. 2004. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf. Acesso em: 5 dez. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico: Boa Ventura de São Roque, Paraná**. 2022. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85225>. Acesso em: 2 dez. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Hipsometria Paraná**. 2019. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Hipsometria%20-%20Paran%C3%A1.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – 2010**. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mesorregião Centro-sul**. 2002. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul_tabelas.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba, 2002.

MASCARÓ, J. L.; YOSHINAGA, M. **Infraestrutura urbana**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MINERAIS DO PARANÁ S/A (MINEROPAR). **Atlas comentado da Geologia e dos Recursos Minerais do Estado do Paraná**. Governo do Paraná. Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo. Curitiba, 2001. Disponível em: http://www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/2012/atlas_geologico_parana.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

MOBILIDADE URBANA. **Ciclovias**. Disponível em: [Mobilidade Urbana | Ciclovias | 24 7 Arquitetura](#). Acesso em: 10 nov. 2022.

MOBILIZE. Estrutura Ciclovária em Cidades Do Brasil. 2022. Disponível em: mobilize.org.br. Acesso em: 10 out. 2022.

PARANÁ. **Lei Complementar nº 59, de 01 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. 1991. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-59-1991-parana-dispoe-sobre-a-reparticao-de-5-do-icms-a-que-alude-o-art-2-da-lei-n-9491-90-aos-municipios-com-mananciais-de-abastecimento-e-unidades-de-conservcao-ambiental-assim-como-adota-outras-providencias>. Acesso em: 03 dez. 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná. Curitiba, 2003.

PARANÁ. **Decreto nº 2581, de 17 de fevereiro de 2004**. O Estado do Paraná somente firmará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com Municípios. 2004. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-2581-2004-parana-o-estado-do-parana-somente-firmara-convenios-de-financiamento-de-obras-de-infra-estrutura-e-servicos-com-municipios>. Acesso em: 01 dez.. 2022.

PARANÁ. **Infraestrutura**. Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná. 2022. Disponível em: <https://www.infraestrutura.pr.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PENSAMENTO VERDE. **IPTU Verde**. Saiba o que significa este novo modelo de IPTU. 2022. Disponível em: pensamentoverde.com.br. Acesso em: jan. 2022.

ROMERO, Marta A. B. **O desafio da construção de cidades**. Revista Arquitetura e Urbanismo. Ano 21, nº. 142, janeiro de 2006. São Paulo: Pini.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE. **Instituições de ensino**. Acervo Documental da Secretaria de Educação, 2022.

SILVICONCONSULT ENGENHARIA. Consultoria. 1995. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mesorregião Centro-sul**. 2002. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul_tabelas.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM (SPVS). Manejo de Unidades de Conservação. In: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Mesorregião Centro-sul**. 2002. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul_tabelas.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.